

OFICINA
ESTADO E
SERVIÇOS
PÚBLICOS
NO BRASIL



Caderno de textos dos/as palestrantes da oficina

Panorama sobre o Estado de Bem-Estar social no Brasil e principais países no início do século 21

Perspectiva situação Mundo

Panorama sobre o Estado de Bem-Estar social no início do século XXI - Dr. Jorge Abrahão de Castro

Perspectiva situação Brasil

Desmonte do Estado no Governo Bolsonaro: causas e consequências do bullying institucional - Dr. José Celso Cardoso Jr

1º Painel

Assistência Social: A política de assistência social ameaçada - Joelson Rodrigues Reis e Silva

Saúde: Saúde! - Ronald Ferreira dos Santos

Trabalho: O Ministério do Trabalho e a soberania nacional - Antônio Neto

Educação: É preciso substantivar nosso projeto de educação- Gilson Luiz Reis

Ciência e Tecnologia - Luis Manoel Rebelo Fernandes Apresentação (slides)

2º Painel

Habitação: Observatório da Democracia – Políticas públicas para a habitação – Margareth Matiko Uemura

Infraestrutura: Investimentos do setor de Saneamento no Brasil e desafios para universalização do saneamento no Brasil - Álvaro Bittencourt Henrique Silva

Meio ambiente: Brasil, da gravíssima crise socioambiental ao retrocesso acelerado - Nelton Friedrich

Segurança pública: Algumas notas sobre segurança pública - Luiz Eduardo Soares

PANORAMA SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: PERSPECTIVA SITUAÇÃO MUNDO

Jorge Abrahão de Castro¹

1. Introdução

O texto a seguir apresenta um panorama do Estado de bem-estar social no início do século XXI, para alguns países da Europa e para o Estados Unidos, para isso vai se buscar elementos característicos do desenvolvimento econômico, social e político desses países e de suas interações globais, com prioridade para os acontecimentos do início do presente século.

A especificidade histórica de cada país é de grande importância, no entanto, isto não significa que o estudo do Estado de bem-estar social deva abrir mão de qualquer perspectiva generalizadora, resumindo-se apenas a uma análise de cada país como casos únicos. A literatura da área tem demonstrado que existe uma diversidade de tipos/regimes de Estados de bem-estara social, que é resultante de raízes e condições históricas distintas. Esses tipos/regimes que se consolidam, quando avaliados, podem ser mais progressistas, mais conservadores ou no meio termo. No financiamento e gasto social existem muitas diferenças, mas houve uma tendência geral de elevação de gasto social, mas com ritmos diferentes. No plano institucional a montagem do aparelho burocrático-administrativo obedeceu à lógicas diversas.

É importante observar que o Estado de bem-estar social é um elemento contemporâneo das diversas economias capitalistas modernas e, portanto, sua evolução é bastante influenciada pelas transformações que ocorrem no âmbito da economia nacional e internacional, na geopolítica mundial, nos elementos políticos-ideológicos e nas mudanças sociais.

Para tratar do objetivo proposto o texto está dividido em três partes. Primeiro, efetua-se breves comentários sobre a pré-história do Estado de bem-estar social. Em seguida, apresenta-se os acontecimentos do período pós-segunda guerra, que marca a constituição do Estado de bem-estar social. Por último, o período pós anos 70, que vai compreender o início do século XXI que é o de maior interesse do texto. São apresentados em anexo, dados e informações que facilitam a compreensão dos períodos.

2. Pré-história do Estado de bem-estar social: anterior a 1945

Os países da Europa já tinham algumas modalidades de proteção social, antes do Estado de bem-estar social atual. Essa proteção seguia as instituições de solidariedade sobreviventes do período feudal e da fase de transição. Esta proteção vai se dar, principalmente através de entidades privadas (igrejas, comunidades, associações, etc.), sem grande participação do Estado, sendo os riscos cobertos bastante limitados.

Por isso, até a segunda guerra mundial o gasto social e o sistema de financiamento fiscal ocuparam papel secundário na proteção social da população, isto se devia a ideia de transitoriedade destes esquemas cuja visão era para o encaminhamento para o sistema diretamente contributivo, ver Gráfico 1, anexo.

¹ Doutor em economia foi diretor do IPEA e do Ministério do Planejamento e professor/pesquisador da UNB.

No entanto, alguns países que tiveram sua unificação tardia que é o caso da Alemanha e Itália, que mesmo vindo depois da Inglaterra no processo de constituição do capitalismo, da partida a intervenção do Estado na formulação e execução de uma política social. As razões estão na própria unificação tardia que vem ocorrer junto ao processo de industrialização.

3. Estado de bem-estar social: 1945-1975 (anos dourados)

O quadro histórico após 1945 é o de um mundo que saía de uma grande guerra mundial com perdas humanas elevadas, com a Europa e o Japão econômica e socialmente destruídos, mas, por outro lado, o Estados Unidos tinha preservado e ampliado sua estrutura produtiva e sua economia. Foi dividido em dois grandes blocos, com o bloco capitalista dirigido sob a hegemonia dos Estados Unidos. Além disso, as memórias das soluções encontradas no pós-primeira guerra e da grande depressão ainda eram muito presentes para todos os países indistintamente. O Estado de bem-estar social será, em grande medida, uma resultante dessa situação histórica.

Fiori (1995) e Aureliano e Draibe (1989) que analisaram as diversas interpretações do desenvolvimento do Estado de bem-estar social indicam como principais elementos viabilizadores de suas transformações no pós-segunda guerra, os seguintes aspectos:

i)*econômicos*: economia nacional, regulamentações da economia de mercado, paradigma fordista, políticas keynesianas, crescimento constante e busca do pleno emprego, decorrentes ganhos fiscais, o acordo de Bretton Woods garantia a estabilidade da economia internacional;

ii)*geopolítico*: o mundo bipolar criou estímulos/receios recíprocos e gerou cálculo estratégico socialmente orientadas, de todos os graus, a solidariedade entre os países centrais;

iii)*político-ideológico*: avanço das democracias partidárias e de massa, mediante a concorrência eleitoral deu peso as reivindicações dos trabalhadores e dos demais setores sociais; e

iv)*social*: família tradicional com muitas crianças, mulheres cuidadoras ainda em casa população jovem, relação de dependência favorável.

A partir desses elementos o Estado de bem-estar social, para fornecer proteção contra os riscos sociais e garantir melhorias nos padrões de vida, se desenvolveu mediante a emergência e consolidação de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social, habitação e saneamento básico que, conjuntamente as políticas de salário e emprego, regulavam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário na economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora.

O constante crescimento das responsabilidades sociais do Estado de bem-estar social e da própria concepção mais abrangente dos esquemas de proteção social, implicou em ampliação dos gastos e no aumento da carga fiscal e das contribuições individuais, além da procura pela diversificação das fontes de financiamento. A evolução para um sistema misto (recursos fiscais e contribuições diretas) implicou em reconhecer que o sistema contém benefícios de natureza diversa para os quais as modalidades de financiamento tradicionais eram insuficientes. O Gráficos 2, anexo, mostra o forte crescimento dos gastos sociais, no período.

Logo esse novo estado que surgia constituía-se pela transformação fundamental do próprio estado, de suas estruturas, de suas funções de sua legitimidade. Por outro lado, de acordo com Aureliano e Draibe (1989) os distintos padrões de bem-estar social estabelecidos em cada país expressam raízes históricas distintas, que estão relacionadas com as relações de inclusão/exclusão de que cada sistema nacional admite, seus aspectos redistributivos e em suas relações com sistema político. Por isso, podem haver aqueles Estados de bem-estar mais universalista, institucionalizado e estatizado, outros podem ser mais privatistas e residuais, mais seletivos e assistencialistas, mais infenso aos mecanismos e dinâmica político-partidária e eleitoral, etc. Em alguns casos quase se eliminou a pobreza absoluta, garantindo uma renda mínima a todos, em outros, tem deixado relativamente a descoberto e desprotegido bolsões ou camadas mais pobres da população.

Dado a diversidade possível alguns estudos procuraram estabelecer algumas generalizações que possibilitem maior grau de compreensão da situação. Um dos mais conceituados foi o de Esping Andersen (1991), que estipulou a possibilidade de três tipos de Estado de bem-estar social: i) Liberal/Residual caracterizado por um papel residual do Estado na provisão do bem-estar social e que inclui o Reino Unido (principalmente pós ano 80), Estados Unidos, o Canadá, e a Austrália; ii) Social-democrata, cujas características básicas são a desmercantilização e a universalização dos direitos sociais. Envolve os países do norte da Europa; e iii) Conservador (corporativista, continental ou bismarckiano), cujo princípio básico é garantir riscos, que dependem em última instância das circunstâncias de trabalho do indivíduo. França, Alemanha, Itália, Bélgica, entre outros. O Quadro 1, em anexo, mostra os elementos relevantes de cada tipo/regime.

A maioria das economias capitalistas experimentaram neste período um crescimento econômico sem precedentes, aliados a expansão dos programas e sistemas de bem-estar social. A expansão da economia mundial teve seus epicentros nas economias nacionais como os maiores propulsionadores do seu pleno desenvolvimento. Nos países centrais, as políticas econômicas de corte Keynesiana e o desenvolvimento do Estado de bem-estar pareciam terem resolvido os principais problemas do capitalismo. Se por um lado a política econômica tornaria insignificante a instabilidade do capitalismo, por outro, as políticas sociais do Estado eliminariam a pobreza e a miséria, ou seja, esta parceria levava a crer que as crises, desemprego em massa, a miséria, etc. seriam coisa do passado. Este período foi caracterizado como período de ouro. A comprovação dessa situação pode ser observada na permanente queda das desigualdades, em diversos países, que são apresentadas nos Gráficos 3, 4 e 5, em anexo.

4. Estado de Bem-estar social: dos anos 70 até a crise recente

A partir do fim dos anos 70 do século passado o padrão de desenvolvimento começou a dar mostras de esgotamento. Daí se inicia um processo de desaceleração das economias centrais cujos impactos nos níveis de emprego, consumo e comércio mundial se fariam sentir. Era o início do fim do período de ouro e a confirmação que o sistema capitalista contém instabilidades permanentes. As crises voltam aos horizontes de forma permanente e se inicia uma nova onda cuja culpa de todos os males é do estado social.

Com a rearticulação classes capitalistas dos países centrais a interpretação das crises que se torna dominante é a liberal, que entende as crises como resultante da interferência do estado, que através de regulamentações generalizadas e tributação em excesso, estariam retirando estímulos e oferta dos fatores de produção. Neste entendimento é a ação do

estado através de seu intervencionismo que gera a crise econômica, daí a solução menos estado e mais mercado.

A partir desse acordo a concepção neoliberal prevaleceu e foi colocado uma agenda que propunha: mínima participação estatal nos rumos da economia dos países; pouca/nenhuma intervenção do governo no mercado de trabalho; política de privatização de empresas estatais; livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização; abertura da economia para o livre trânsito das empresas multinacionais; adoção de medidas contra o protecionismo econômico; desburocratização do estado: leis e regras econômicas simplificadoras do funcionamento das atividades econômicas. Os elementos centrais desse novo momento histórico são os seguintes:

i)*econômicos*: o consenso contrário às ideias de crescimento e pleno emprego substituídas pelas ideias-força da *estabilidade* e dos *equilíbrios macroeconômicos*; *políticas keynesianas* foram abandonadas por quase todos os governos; *paradigma fordista* foi substituído pela *flexibilização* e *segmentação* dos processos produtivos; *desregulamentação* dos principais mercados (especialmente o capital e o câmbio, e do trabalho); fortalecimento do capital financeiro; *privatização* de empresas públicas e de muitas funções anteriormente considerada exclusiva do Estado, como previdência social, saúde e educação; *fragmentação* do mundo do trabalho e fragilização dos sindicatos; e capacidade fiscal dos Estados foi afetada devido aos baixos crescimentos.

ii)*geopolíticos*: o fim da *guerra fria* e a insolvência do *socialismo real*, reduz/elimina a necessidade de estratégias socialmente orientadas de solidariedade entre países; surgimento de novos blocos e novas lideranças: europeu, china, brics, etc

iii)*político-ideológico*: desaparecimento do fantasma do comunismo; enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos ligados ao mundo do trabalho; fragmentação dos interesses internos à classe trabalhadora; e avanço de forças desintegradoras sob o comando conservador; e

iv)*social*: desemprego crescente (estrutural e friccional); “*remercantilização*” da força de trabalho; mulheres participando ativamente do mercado de trabalho; diferenciação crescente das demandas sociais; transformação nas estruturas familiares; envelhecimento da população e relação de dependência desfavorável; e novos riscos sociais (doenças, segurança, acidentes, etc).

Esses elementos quando conjugados dão sentido ao atual processo de globalização que sob a liderança do capital financeiro, tem transformado a situação econômica, social e política da maioria dos países e tem impactado diretamente os Estado de bem-estar social, em aspectos relevantes, tais como:

- a reestruturação produtiva e a consequente reconfiguração ocupacional colocaram na agenda novos riscos e necessidades sociais, além de impulsionar a ampliação de outros já existentes;
- essas reestruturações tendem a afetar o equilíbrio orçamentário-financeiro do sistema, devido a tendência a diminuição do número de contribuintes para o sistema. A isso vai se somar as transformações na estrutura demográfica;
- ampliação de conflitos devido a imigração (resultante das transformações econômicas e dos diversos conflitos bélicos e étnicos) que se interrelaciona com a elevada desocupação nos diversos países;
- novos blocos (ex: Europeu) impõem condições e limites ao grau de liberdade para as políticas econômicas e sociais dos países membros;

- a competição global tem exigido dos países a desregulamentação dos mercados nacionais, com isso passasse a perceber (negativamente) os gastos do Estado social como um elemento de custos que afetam a competitividade das empresas;
- parcela crescente da população passa a ser entendida como *inaproveitável* para o mercado de trabalho e um peso para as políticas públicas;
- diminuição da solidariedade interna devido perda de legitimidade dos partidos e desestruturação dos sindicatos e organizações das classes trabalhadoras; e
- tudo isso torna mais complexa a ação estatal que passa a ter altos custos políticos, além de ter de conviver e competir com a ampliação do papel dos grupos privados, filantrópicos e religiosos, entre outros.

Tendo em vista essas grandes transformações: o que ocorreu com o Estado de bem-estar social?

Alguns autores vão caminhar na direção dessa pergunta, por exemplo, para tentar compreender que estava acontecendo, no início do século XXI, e o poderia acontecer com o Estado de bem-estar social, Pierson e Castles (2007), empreenderam um grande esforço analítico, que envolveu diversos autores de distintas abordagens teóricas. Na parte que tratou do período contemporâneo, uma das temáticas centrais foi o impacto da globalização sobre a proteção social, e sua conclusão é que os resultados não indicam o desmantelamento do Estado de bem-estar, apesar dos governos de Thatcher e Reagan. E quando olha para o futuro não aconselham o desmantelamento, argumentando que o Estado de bem-estar social foi capaz de diminuir as desigualdades e propiciar a integração social.

Ainda nesta perspectiva, em recente artigo Kerstenetzky e Guedes (2018) se propuseram a documentar e a analisar alguns dos principais indicadores da evolução do Estado do bem-estar social no mundo desenvolvido, desde 1980 até 2014. E os resultados são os seguintes:

- expansão quase que ininterrupta do gasto social como percentual do PIB, no período 1980-2013. Atinge 26% do PIB, com educação, em 2010-2013. (Tabela 1, anexa);
- expansão generalizada entre países, com os nórdicos continuando a ser os mais gastadores, mas há uma aproximação e convergência entre todos grupos (Tabela 1, anexa);
- expansão devido a vários fatores, por exemplo, mudanças demográficas, como o envelhecimento populacional, mudanças nos arranjos familiares, avanço na participação econômica das mulheres, mudanças estruturais na economia e seus múltiplos impactos sobre o mundo do trabalho;
- o gasto social cresceu quando o produto se contraiu, nos anos de 2008 e 2009, evidenciando o esforço do estado social para compensar as maiores carências sociais e os menores recursos, devidos à recessão.
- as políticas voltadas para a “velhice”, cujo principal item são as aposentadorias, e aquelas dirigidas à saúde apresentaram crescimento ao longo de todo o período, com subida pronunciada, especialmente como reação à crise, a partir do subperíodo 2000- 2008. A educação também cresceu os gastos;
- novas políticas ganham força, ao longo do século XXI, com destaque para as políticas voltadas para as famílias e, nelas, as intervenções voltadas para a primeira infância;
- ao contrário do que se poderia esperar, “novos tempos, novas políticas”, a análise revelou mais continuidade que mudança no estado social contemporâneo.

- verificando a efetividade da ação do Estado social considerando gasto e tributação, no que diz respeito a pobreza e desigualdade, obtiveram os seguintes resultados: i) a pobreza após a atuação do governo no âmbito da OCDE, aumentou um pouco (9,1% na década de 1980 para 11,6% no período recente). Isto é, o apesar do estado social continua bem-sucedido em reduzir a pobreza de mercado, contudo, estes não têm sido suficientes para confrontar as forças de exclusão que operam no âmbito do mercado (Tabela 2, anexa); e ii) situação semelhante acontece com as desigualdades de mercado e as desigualdades após o governo. As primeiras vêm aumentando e apesar de o estado social seguir em seu enalço, com esforços de redistribuição crescentes, não tem sido capaz de compensar essa dinâmica (Tabela 3, anexa). Em síntese, observa que apesar do maior vigor do estado social, as forças propulsoras das desigualdades e pobreza de mercado continuando atuando.
- por fim, concluem que o Estado de bem-estar social resiste, mas precisa de reforços se o objetivo for colocar desigualdade e pobreza sob controle. Na análise dos indicadores não detectou sintomas claros de decadência interna do estado social, mas não deixa de preocupar que as forças da mercantilização seguem no seu enalço, redobrando riscos, vulnerabilidades, privações, pobreza e desigualdades.

A Organização para a cooperação e desenvolvimento económico (OCDE), em recente comunicado de atualização das despesas sociais dos países do bloco (36 países), janeiro de 2019, informa que o gasto social foi estimado em um valor superior a 20% do PIB, em 2018 (dados anteriores mostraram que na recente grande recessão esses gastos foram superiores a 21% do PIB). Alguns países como França, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália e Suécia, dedicam mais que 25% de seu PIB a proteção social, ver Gráfico 6, anexo. Os gastos predominantes são com previdência e saúde, sendo que a previdência corresponde a 8% do PIB, em média, apesar haver grandes variações entre países, e que durante a última década tem aumentado o ritmo de gasto anual em 1%. O comunicado também salienta que os países tem crescido seus gastos desde 1960, apesar do ritmo de crescimento ter diminuindo depois de 1990, e que esse processo é diferente para cada país. Salienta que os dados sugerem que os sistemas de proteção social levam algum tempo para se transformar em Estados de bem-estar social.

Após esses dados, informações e análises uma resposta simples a pergunta formulada é:
O Estado de bem-estar resiste, mas inspira cuidados!!!

Bibliografia

AURELIANO, L. e DRAIBE, S. (1989) "A Especificidade do Welfare State Brasileiro", in *Economia e Desenvolvimento* 3, MPAS e CEPAL, Brasília.

ESPING ANDERSEN, (1990), "*The Three Worlds of Welfare Capitalism*", Princeton University Press, New Jersey.

ESPING ANDERSEN, G. (1991), "As Três Economias Políticas do Welfare State", in Revista *Lua Nova*, nº 24, setembro.

FIORI, J.L. (1997) *Estado de bem-estar social: padrões e crises*. Physis [online]. vol.7, n.2, pp.129-147

KERSTENETZKY, C.L. E GUEDES, G.P. (2018) O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(7):2095-2106

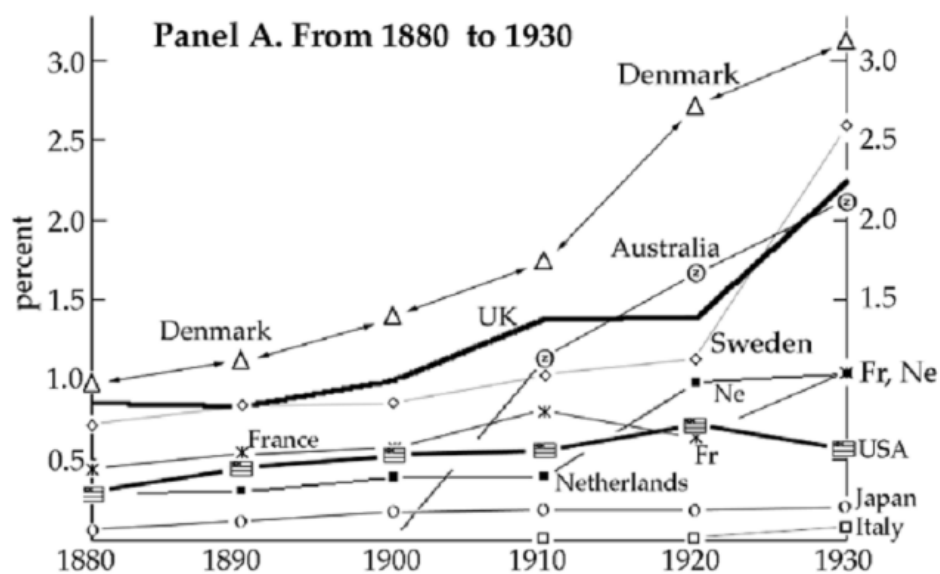
OCDE (Organização para a cooperação e desenvolvimento económico) (2019) *Social expenditure Update 2019*. Janeiro.

PIERSON, C.; CASTLES, F. (2007) *The welfare state reader*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2007, 492 pgs

PIKETTY, T. (2014) *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro. Ed. Intrínseca.

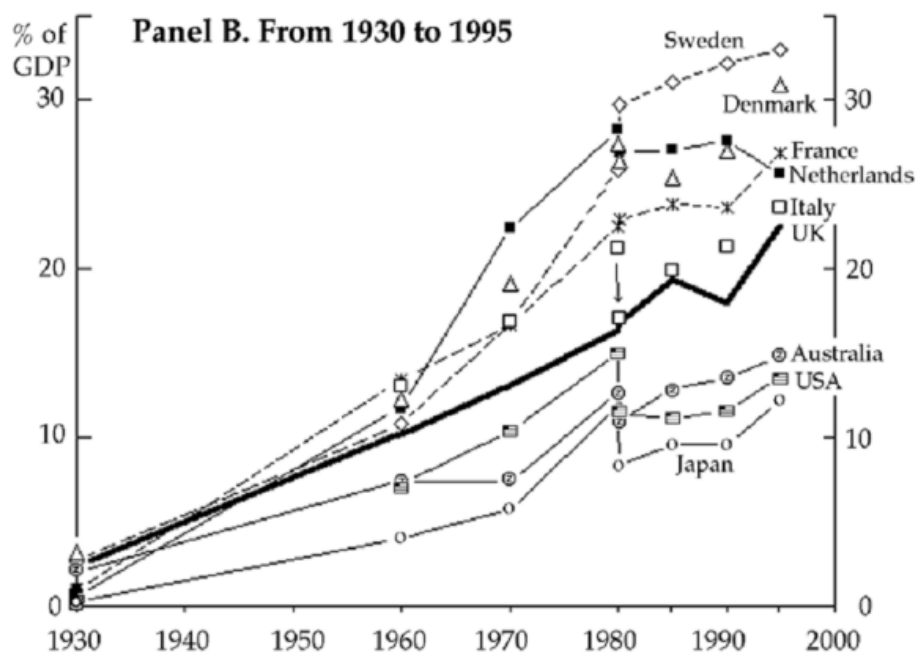
ANEXO

Gráfico 1 – Crescimento do Estado de bem-estar social: gasto social em relação ao PIB



Fonte: Lindert, Growing Public, p. 14

Gráfico 2 – Crescimento do Estado de bem-estar social: gasto social em relação ao PIB – 1930-1995



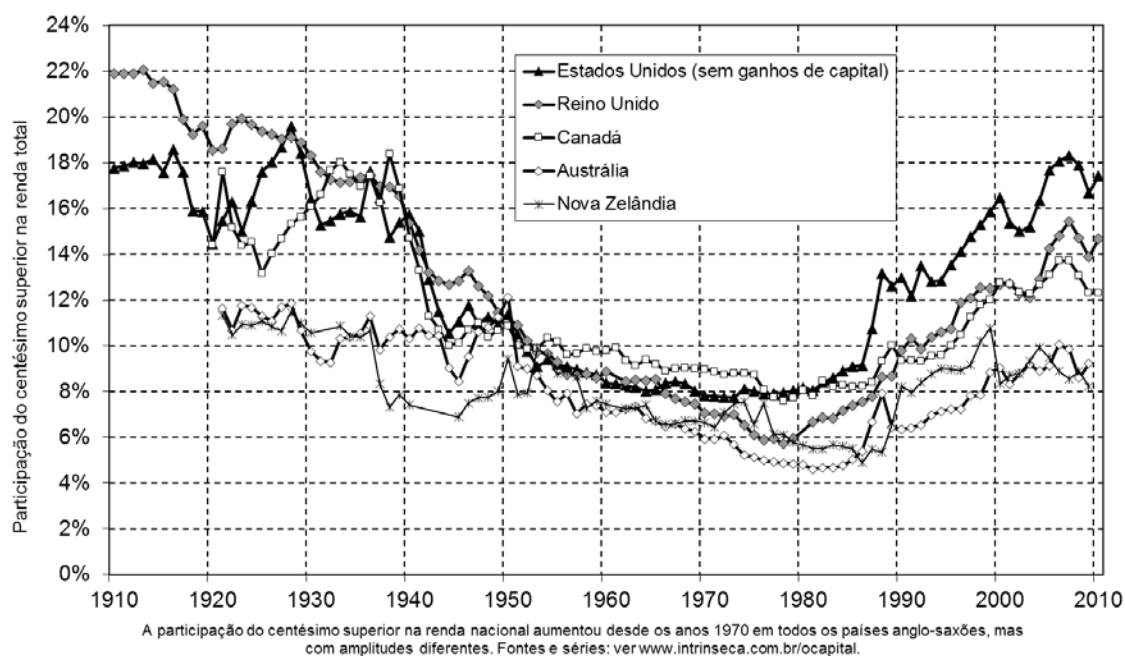
Fonte: Lindert, Growing Public, p. 14

Quadro 1: Elementos relevantes dos tipos/regimes de Estados de bem-estar social

Detalhes	Tipos/Regimes		
	Liberal	Social-democrata	Conservador/Corporativo
Papel desempenhado			
Família	Baixa	Baixa	Alta
Mercado	Alta	Baixa	Baixa
Estado	Baixa	Alta	Subsidiária
Solidariedade social			
Modo dominante de solidariedade	Individual	Universal	Corporativa
Locus dominante da solidariedade	Mercado	Estado	Corporações/Família
Grau de desmercadorização	Baixa	Alta	Alta (chefe de família)
Base do direito social	Necessidade	Cidadania	Contribuições
Desigualdade, pobreza e exclusão social			
Nível de desigualdade e pobreza	Alto (problema individual)	Baixo (disfunção do sistema)	Mediano (multicausal)
Medidas e ações programáticas	Prestações económicas (beneficiência)	Infraestrutura, serviços e programas	Prestações económicas compensatórias
Modo dominante de gestão dos riscos sociais			
Relação público/privado	Mercado/Residual	Estado/Universal	Estado/Ocupacional
Regulamentação do mercado de trabalho	Baixa	Moderada	Alta
Grau de des-familiarização	Alta (não familista)	Alta (não familista)	Mínimo (familista)
Mecanismos de atuação política	Pactos partidos e aliança entre classes	Aliança entre classes, normas legais e pactos sindicatos/patrões	Associativismo e envolvimento da comunidade
Países envolvidos			
	UK, USA, Canadá, Australia	Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia	Alemanha, França, Bélgica, Itália

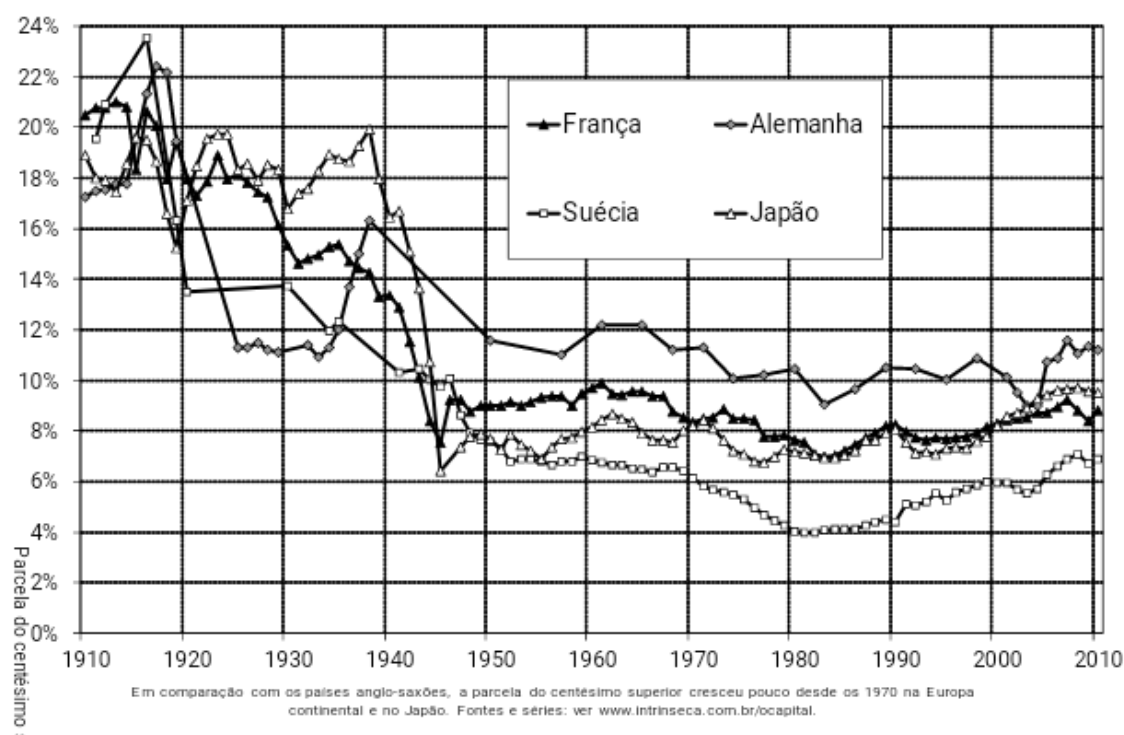
Fonte: Ryszard Szarfenberg (Theory and Practice of the Welfare State in Europe Sessions 5 and 6); Esping-andersen (1993)

Gráfico 3 - A desigualdade da renda nos países anglo-saxões, 1910-2010



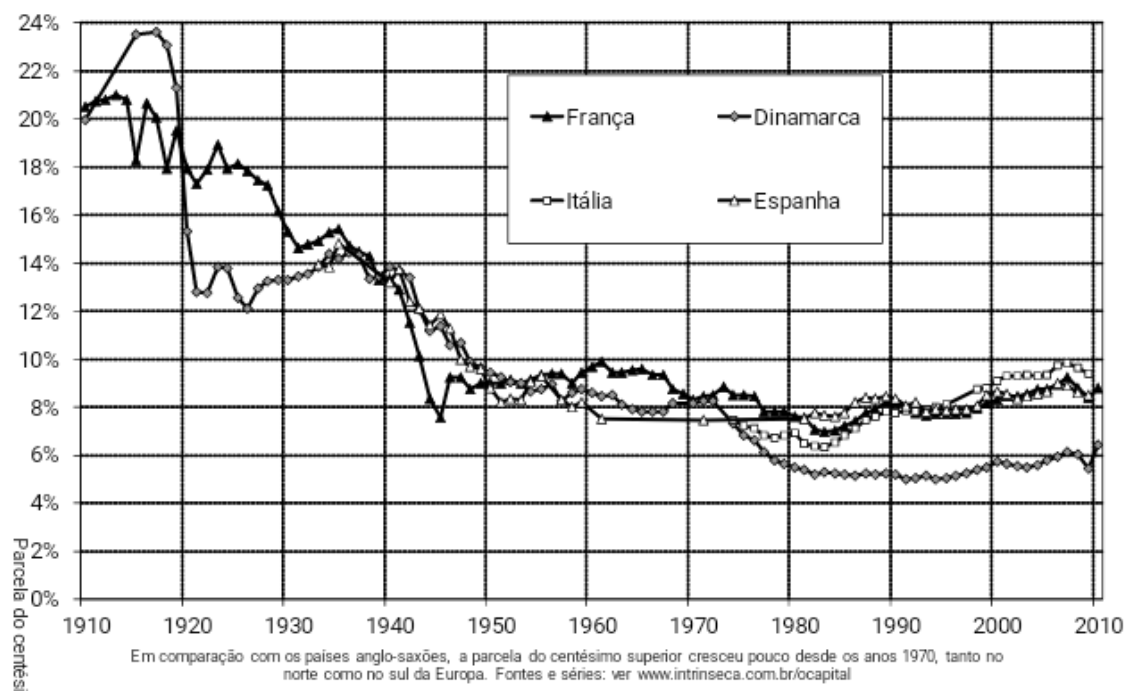
Fonte: Piketty (2014), pg. 308

Gráfico 4 - A desigualdade da renda: Europa continental e Japão, 1910-2010



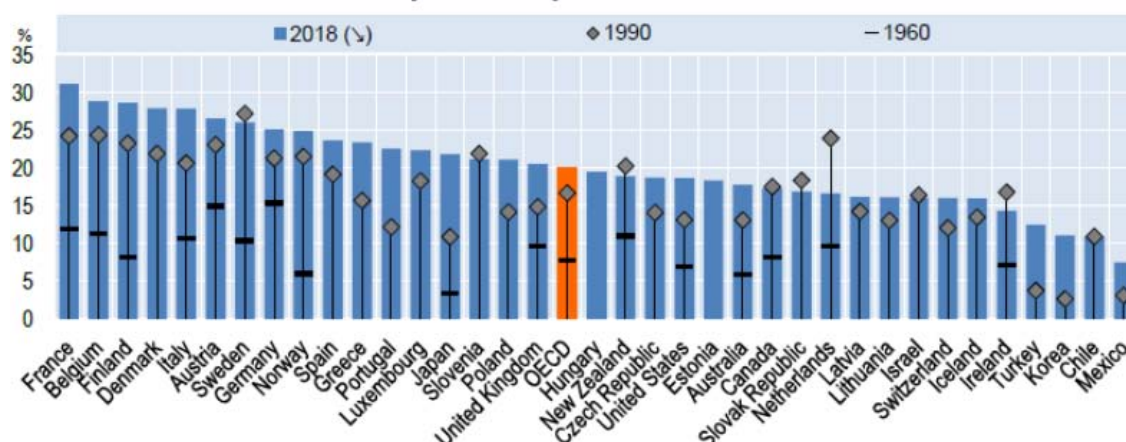
Fonte: Piketty (2014), pg. 309

Gráfico 5 - A desigualdade da renda: norte e sul da Europa, 1910-2010



Fonte: Piketty (2014), pg. 309

Gráfico 6 – Gasto Público Social como percentual do PIB, 1960, 1990 e 2018



Fonte: OECD. Social Expenditure Update. 2019

Tabela 1 – Gasto Público Social + Educação (% do PIB): média dos regimes e grupos de países. (Década de 1980 até 2010-2013)

Tipos/Grupo de países	Década 1980	Década 1990	2000-2009	2010-2013
Regime Liberal	19,5	22,1	22,5	24,6
Regime Conservador	26,2	28,9	29,9	31,9
Regime Social-democrata	22,5	32,0	30,6	32,8
10 países menos desenvolvidos OCDE	11,0	16,4	19,7	22,0
Países Asiáticos	15,6	10,8	15,9	19,4
Demais Países	22,3	21,8	23,8	26,3
OCDE	20,2	23,0	23,7	26,0

Fonte: The World Bank/Unesco (gasto público com educação)/OECD SOCX (gasto público social).
Elaboração: Kerstenetzky CL e Guedes GP (2018)

Tabela 2 – Pobreza pós-governo (% da população): média de regimes e grupos de países. (Década de 1980 até 2010-2014)

Tipos/Grupo de países	Década 1980	Década 1990	2000-2009	2010-2013
Regime Liberal	8,2	12,1	12,7	12,6
Regime Conservador	4,5	6,8	7,9	8,4
Regime Social-democrata	5,4	5,2	6,6	7,5
10 países menos desenvolvidos OCDE	16,9	14,5	13,9	14,2
Países Asiáticos	12,0	13,7	15,2	15,5
Demais Países	9,3	9,1	9,8	10,3
OCDE	9,1	10,0	11,2	11,6

Fonte: OECD Stats
Elaboração: Kerstenetzky CL e Guedes GP (2018)

Tabela 3 – Desigualdade pós-governo (coeficiente de Gini): regimes e grupos de países.
(Década de 1980 até 2010-2014)

Tipos/Grupo de países	Década 1980	Décda 1990	2000-2009	2010-2013
Regime Liberal	29,0	32,7	33,7	33,9
Regime Conservador	26,2	27,8	28,3	28,5
Regime Social-democrata	21,4	22,5	25,3	25,9
10 países menos desenvolvidos OCDE	42,0	41,2	36,8	36,1
Países Asiáticos	30,4	32,3	32,1	32,0
Demais Países	28,8	28,5	29,5	29,1
OCDE	29,2	30,9	31,8	31,7

Fonte: OECD Stats

Elaboração: Kerstenetzky CL e Guedes GP (2018)

**Desmonte do Estado no Governo Bolsonaro:
causas e consequências do *bullying institucional*.**

José Celso Cardoso Jr.¹

¹ Doutor em Economia pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical. As opiniões aqui emitidas são de responsabilidade do autor.

1. O Contexto Atual Geral.

Desde 2016, e com maior ênfase desde 2019, os grupos políticos que assumiram o comando do país, e os detentores de cargos públicos de alto escalão que os acompanham, mesmo aqueles que já são servidores concursados, portanto, supostamente a serviço do Estado e da Sociedade, possuem em comum uma visão extremamente **ideologizada** (vale dizer: pouco fundamentada seja na história brasileira ou das demais nações, seja nas teorias mais adequadas acerca desse objeto complexo e multidimensional) e **negativa** (vale dizer: preconceituosa e maledicente) acerca do peso e papel que o Estado deve ocupar e desempenhar em suas relações com os mundos econômico e social no país.

Não por outra razão, a postura discursiva dos altos escalões do governo federal e o pacote de propostas legislativas em curso atualmente no Brasil, no que tange aos temas do Estado, suas organizações, instituições e servidores públicos concursados possui em comum essa sanha **reducionista** (de preços e quantidades), **persecutória** (contra organizações e pessoas não alinhadas ao mesmo ideário e praxis político-ideológica) e **criminalizadora** da própria atuação governamental e de parte dos seus servidores (cf. LRF/2000, EC 95/2016, e propostas de reforma administrativa ora em curso).

Prova disso é a sequência de atos do executivo federal contra instâncias e protocolos de validação técnico-científica e de governança de programas de órgãos do Estado Brasileiro, que demonstra que o governo atual desconsidera evidências científicas e decisões técnicas em prol de um empobrecimento e desqualificação exacerbados do debate. Alguns exemplos são eloquentes.

A alteração/redução do questionário do IBGE para o Censo Demográfico e as mudanças na metodologia de coleta às vésperas de sua realização representam um grande risco à qualidade dos dados censitários. De forma similar, o processo de decisão técnica e gestão de programas no BNDES também foi atacado com o afastamento da chefe do Departamento de Meio Ambiente, que responde pela gestão do Fundo Amazônia.

Na área ambiental, vem ocorrendo o desmonte de políticas públicas com base em opiniões que também desconsideram estudos científicos. O governo cortou 95% dos recursos destinados aos programas para políticas sobre mudanças climáticas, afrouxou o combate ao desmatamento da Amazônia e aos crimes ambientais, acelerou o ritmo de liberação de agrotóxicos e alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente e do Comitê de Compensação Ambiental Federal. Além disso, a gestão de IBAMA e ICMBio tem sido marcada pelo tom difamatório adotado pelo Ministro do Meio Ambiente e pelo Presidente da República, que desautorizam publicamente ações de seus servidores. O mesmo ocorre no caso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), quando o Ministro, sem rigor científico e com o objetivo de substituir o Instituto no monitoramento da Amazônia, desqualifica-o publicamente e caracteriza-o como ineficaz no controle do desmatamento.

O desrespeito e intervenções injustificadas vêm ocorrendo também em instituições públicas de ensino superior e de C&T. Recentemente, o Ministro da Educação nomeou reitores ignorando consultas realizadas às comunidades acadêmicas, como na Universidade Federal da Grande Dourados e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Instituições de ensino superior foram alvo dos ataques do governo federal, que as acusa de fazer "balbúrdia" e, dessa forma, tenta justificar os cortes no orçamento da pesquisa e de universidades públicas, institutos e Cefet. Cabe ressaltar que carreiras de C&T, que operam todos os institutos públicos de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento, vêm perdendo de 10 a 15% de seus quadros anualmente, ameaçando a maioria dos institutos de extinção em curto período.

Igualmente preocupantes são as críticas de dirigentes baseadas tão somente em vivências pessoais ao 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira desenvolvido pela FIOCRUZ, por meio do embargo da pesquisa, e também ao Atlas da Violência 2019 no IPEA, em seu lançamento. Decisões arbitrárias e opiniões pessoais se tornam comuns nas novas direções e ministérios.

Por sua vez, no âmbito parlamentar, ainda que em meio aos cerca de 20 projetos em curso possa e deva haver pontos positivos em si mesmos, o certo é que a agenda acima listada não pretende reformar o Estado nacional para, *ainda que os discursos oficiais e da grande mídia assim o digam*, racionalizar gastos ou incrementar a eficácia e a efetividade das políticas públicas em favor das populações e territórios mais vulneráveis e desassistidos, combatendo, assim, as históricas desigualdades e heterogeneidades das estruturas econômicas e sociais brasileiras.

Bem ao contrário, no cerne de tais propostas estão: i) como fundamento, a suposta negatividade intrínseca do Estado; e ii) como desiderato, a destruição de sua índole pública e potencialmente transformadora. Em consequência, se bem sucedidas, restarão: i) um Estado plutocrático; e ii) organizações, instituições e servidores a serviço dos mercados ao máximo liberalizados e dos privilégios e *status quo* dos grupos no comando do poder político. Evidentemente, esse não é um cenário que aponte para nada parecido com soberania nacional, sustentabilidade ambiental, inovação produtiva, inclusão ou participação social... Menos república, menos democracia = menos desenvolvimento, menos unidade territorial, menos coesão social.

Em suma, ao invés de trabalhar para elevar e homogeneizar o padrão de vida da população residente no país, o atual governo age para nivelar por baixo o padrão histórico brasileiro de condições e relações de trabalho, lançando também os trabalhadores do setor público ao patamar e práticas milenares da sociedade escravocrata nacional. Desta feita, pelas razões expostas, torna-se necessário e urgente denunciar os mitos liberais acerca do Estado brasileiro e combater os efeitos deletérios da agenda em curso.

2. Outra Reforma Administrativa é Possível e Necessária: bases para uma refundação democrática do Estado no Brasil

O golpe de 2016 no Brasil, deflagrado por forças atávicas da sociedade nacional com evidente apoio estrangeiro, solapou as bases políticas sobre as quais o pacto constitucional de 1988 se assentava. Desde o golpe (de natureza e vinculação parlamentar, judicial, empresarial e midiática), tanto o Estado democrático de direito, como o embrionário Estado de proteção e promoção social até então em construção vêm sofrendo um desmonte abrangente, profundo e veloz.

Neste sentido, a recuperação da soberania popular deve ter como ponto de partida o enfrentamento contra o Estado de exceção levado a cabo desde o governo Temer, com a cumplicidade dos três poderes; e a linha de chegada deve mirar a construção das condições objetivas para um *novo poder constituinte* para o país.

Para tanto, é fundamental compreender que a disputa pelo poder estatal e seus fundamentos constitucionais é incontornável. O programa do golpe, com a destruição do setor público da economia e a violação dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988, vem relançando as bases para um Estado neoliberal no Brasil, inteiramente consagrado à quebra da soberania nacional e à concentração das rendas e riquezas em um país já escandalosamente desigual do ponto de vista social, além de anacronicamente patriarcal e discriminatório. Portanto, a necessária refundação do Estado brasileiro, com base na soberania popular, visa exatamente retomar e aprofundar – em um sentido estrutural e histórico – as conquistas inseparáveis da liberdade e da igualdade. A democracia brasileira só pode se reafirmar historicamente com a superação das desigualdades estruturais ainda presentes nos planos econômico, social, territorial, de gênero e inter-racial.

Esse desiderato passa pela desmercantilização da política como negócio. O conflito entre aqueles que querem dominar e concentrar riquezas e aqueles que buscam a liberdade e a igualdade está no centro da disputa pelo poder. Uma república democrática é exatamente aquela que se apoia ativamente na vontade – livre e plural – das maiorias e subordina os órgãos do Estado, inclusive os aparelhos de justiça e coerção, para a garantia dos direitos e deveres formados democraticamente. A defesa da República e da Democracia deve estar sempre acompanhada da vigília contra os poderes corporativos e arbitrários, o privatismo e os privilégios, pois estes se voltam historicamente contra as classes trabalhadoras, os setores populares, os setores progressistas e a esquerda política.

No caso do Brasil, a Constituição de 1988 trouxe inequívocos avanços. O pacto social firmado naquele momento permitiu, em certa medida, a construção das bases para um Estado de bem-estar social no país. Entretanto, a Carta Cidadã não deixou de ser impactada pela forma como se deu a transição democrática, desde o fim da ditadura militar, revelando alguns limites, como a permanência de elementos autoritários e conservadores impressos na própria ossatura do Estado e nas práticas de governo.

A questão de fundo é que a Constituição Federal não foi capaz de institucionalizar, em uma dinâmica democrática, as disputas entre dois projetos políticos antagônicos. De um lado, coloca-se novamente em pauta – por setores conservadores da sociedade, dos agentes políticos, da própria burocracia, do empresariado e da mídia oligopolizada – o caminho neoliberal, de orientação antinacional, privatista e concentradora, e que desde 2016 vem promovendo retrocessos institucionais em áreas críticas da regulação econômica, social e política do país.

De outro lado, permanece como possibilidade – defendida por setores do campo progressista, dentro e fora das estruturas de governo – a via da expansão ou universalização integral dos direitos humanos, econômicos, sociais, civis, políticos, culturais e ambientais, tais quais os promulgados – e apenas parcialmente efetivados – pela CF-1988. Todavia, é preciso ter claro que as bases materiais e as condições políticas para a efetivação de tais direitos precisam ser reconstruídas no país para a sua real consecução.

Na dinâmica neoliberal, atores econômicos buscam a captura das instituições de representação política do Estado, de modo a viabilizar a transformação de seus

interesses em decisões públicas, com vistas a favorecer os interesses empresariais. Um jogo desequilibrado, que induz a um cenário em que, por suas influências, grandes grupos empresariais controlam mecanismos da dinâmica democrática, exercendo uma dominação onde o interesse geral da população perde expressão, tanto em termos econômicos quanto de cidadania.

O capitalismo neoliberal torna disfuncional a democracia representativa. Não por outra razão, o Estado de exceção que se instaurou no Brasil a partir do governo Temer tem levado ao limite certas distorções entre os três poderes constitucionais. Sorrateiramente, o presidencialismo de coalização vai se transformando em um semiparlamentarismo de balcão. De outro ângulo, a ascensão do ativismo judicial nos coloca diante de um tempo em que o retorno a lógicas autoritárias, pelas quais as regras são aplicadas de acordo com o perfil político do destinatário da decisão do magistrado ou de tribunais, e em que se admite o uso de expedientes em desconformidade com normas e princípios constitucionais estabelecidos.

Sendo assim, a retomada de um projeto democrático de desenvolvimento para o país passa necessariamente pela construção de novos marcos democráticos, envolvendo não apenas as esferas do Poder Executivo e as Políticas Públicas, mas integrando a totalidade das instituições do Estado nesse percurso.

Esta refundação democrática exige um conjunto de reformas fundamentais, a saber:

- **Reforma Política:** refundação democrática de organizações e novos mecanismos de representação e deliberação coletivas.
- **Reforma do Estado:** republicanização e democratização das estruturas e formas de funcionamento dos aparatos governamentais, com planejamento governamental participativo, gestão pública democrática, controles burocráticos do Estado voltados para a transparência dos processos decisórios, efetividade das ações públicas e institucionalização da participação social em todas as etapas do circuito de políticas públicas.
- **Reforma Administrativa:** combate aos privilégios, à injustiça e à corrupção.
- **Reforma Tributária:** progressiva na arrecadação e redistributiva no gasto.

Reforma Política

A retomada da trajetória democrática apenas se dará com: i) a restauração (em condições institucionais mais adequadas) da máxima soberania popular através do voto direto e regular ao longo do tempo; e ii) a instauração de novos instrumentos capazes de aperfeiçoar a representação política e estimular a participação social. Para tanto, propõem-se reformas estruturais de democratização dos sistemas representativo, participativo e deliberativo direto, tais como:

- *Sistema representativo:* medidas para uma reforma político-partidária que impliquem maior convergência entre representação parlamentar e representados, bem como maior alinhamento ideológico e programático entre partidos e eleitores. Neste campo, o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais é primordial.
- *Sistema participativo:* medidas que impliquem maior institucionalização, ativação e responsividade dos conselhos, conferências, audiências e ouvidorias públicas, fóruns de discussão e grupos de trabalho na interface entre Estado,

políticas públicas e sociedade civil. Tais instâncias podem e precisam avançar qualitativamente como espaços de deliberação sobre questões estratégicas e diretrizes de políticas públicas.

- *Sistema deliberativo*: medidas que impliquem maior disseminação, uso e responsabilização dos instrumentos e mecanismos diretos de democratização das decisões coletivas, tais como o referendo, o plebiscito e as proposições legislativas de iniciativa popular. Esta ampliação da prerrogativa de convocação de plebiscitos, referendos e consultas populares deve incorporar também a introdução do veto popular, de modo a ratificar a soberania popular como espaço decisório cotidiano e de última instância em torno de questões cruciais para a sociedade brasileira.

Reforma Administrativa

Urge promover a refundação do Estado brasileiro, apontando diretrizes a embasar um projeto de reforma dos poderes estatais que os façam avançar na substantivação das virtudes republicanas e dos valores democráticos como âncoras essenciais ao processo de desenvolvimento nacional, tais como:

- Medidas para conferir *mais e melhor transparência dos processos decisórios* intragovernamentais e nas relações entre entes estatais e privados, bem como sobre resultados intermediários e finais dos atos de governo e das políticas públicas de modo geral. Este é um dos principais campos de atuação republicana contra a visão moralista e punitivista de combate à corrupção no país.
- Medidas para estimular *mais participação social e melhor controle público sobre os poderes da União (Executivo, Legislativo, Judiciário) e Ministério Público*. O empoderamento social no âmbito de conselhos e outras instâncias de compartilhamento de poder no âmbito dos três poderes constitucionais (e Ministério Público) é condição fundamental para o reequilíbrio de poder e valorização da esfera pública no país.
- Medidas para promover *desconcentração econômica, mais democratização e melhor controle social sobre os meios de comunicação* (públicos e privados) em operação no país. Sem uma mídia plural e ativa, responsável por mais e melhores informações ao conjunto da população e tomadores de decisões, a democracia não pode se realizar plenamente.
- Medidas de *recuperação e ativação das capacidades estatais de planejamento governamental e de coordenação estratégica dos investimentos* e demais decisões das empresas estatais. Neste particular, é preciso compatibilizar a sustentabilidade empresarial de longo prazo com a função social pública das estatais, já que a eficiência microeconômica de curto prazo não pode estar acima da eficácia macroeconômica e da efetividade social no médio e longo prazos.
- Medidas de minimização do impacto da porta giratória e das porosidades entre Estado e mercado por meio da *regulamentação das atividades de lobby e advocacy*.
- Medidas de *profissionalização e valorização da ocupação no (e do) serviço público*, tais que uma verdadeira política de recursos humanos para o setor público brasileiro – que leve em consideração de modo articulado e orgânico as

etapas de seleção, capacitação, alocação, remuneração, progressão e aposentação – esteja ancorada e inspirada pelos valores e princípios da república, da democracia e do desenvolvimento nacional.

Reforma Tributária

A Reforma Tributária deve ser ampla, contemplando a totalidade das atuais anomalias, a partir das seguintes diretrizes gerais:

- A Reforma Tributária deve ser pensada na perspectiva do desenvolvimento econômico e social do país.
- Ela deve estar adequada ao propósito de fortalecer o Estado de Bem-estar Social, preservando e diversificando as fontes para o financiamento da proteção social, em função do seu potencial como instrumento de redução das desigualdades e promotora do crescimento econômico e do desenvolvimento nacional.
- Deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela ampliação da tributação direta, que incide sobre a renda e o patrimônio das camadas mais ricas da população, ao mesmo tempo em que reduz a tributação indireta que incide sobre o consumo.
- A Reforma Tributária deve restabelecer as bases do equilíbrio federativo, deve aperfeiçoar e resgatar o papel da tributação sobre o comércio internacional como instrumento de política de desenvolvimento, e deve considerar a tributação ambiental.
- Ela deve fomentar ações que resultem em aumento da arrecadação, pela revisão das renúncias fiscais e aperfeiçoamento dos instrumentos de combate à sonegação e à evasão.

A refundação democrática do Estado deve ancorar a Administração Pública em novas bases, assentadas no aprofundamento permanente da soberania popular, na defesa diuturna da vontade geral da população, no combate sem tréguas às desigualdades de toda ordem e na busca incessante pela formação de uma opinião pública livre e plural. Sem descuidar de manter e aprofundar os direitos de cidadania conquistados em 1988, só assim poderemos enfrentar os sobressaltos e rupturas institucionais que, de tempos em tempos, colocam o país nas mãos de governos ilegítimos, ilegais e impopulares.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AMEAÇADA

Joelson Rodrigues Reis e Silva¹

Introdução

A atenção aos pobres por muito tempo configurou-se como uma ação inscrita no campo da caridade. O agravamento das condições de vida e sobrevivência da população era impulsionado pelas mudanças nos modos de produção, e a pressão da sociedade civil organizada obriga o Estado a intervir para modificar esta realidade. Assim, surge a assistência social como ação pública para atender à população pobre e indigente. No Brasil, o percurso percorrido pelas políticas sociais, cuja Constituição Federal de 1988 é mais significativa em termos de avanço, culmina a formação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como forma de organização.

O SUAS encontra-se ameaçado pelo desconhecimento que o faz deixar de ser prioridade na destinação do fundo público necessário a sua existência, ao tempo que sufoca as possibilidades de participação social. Em contraposição, mobilizam-se Frentes sociais e parlamentares em Defesa da Assistência Social cuja palavra de ordem é resistir para continuar a existir.

A Assistência Social no Brasil

A atenção aos pobres ou indigentes historicamente se constituiu uma prática inscrita no campo da filantropia² e da benemerência realizadas pelas pessoas de uma forma geral, sem a intervenção do Estado. Essas ações, em sua grande maioria tinham motivação religiosa em nome da caridade cristã³.

Um dos motivos para que o Estado não tomasse para si essa ação, e não realizasse a atenção aos pobres, fundava-se em um pensamento político-econômico que classificava a extrema pobreza e mendicância como desvios morais de princípios. Assim, a condição de pobreza da qual considerável parte da população estava fadada a viver, era tida como desvio de comportamento. Por isso, qualquer obra que permitisse a pessoa viver sem trabalhar (independente das condições objetivas deste trabalho) era recriminada como um incentivador ao ócio e à vagabundagem. (SHONS, 2003).

No Brasil, a partir de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, um enorme contingente de pessoas recém libertadas do modo de produção escravista passam a realizar mendicância por comida e abrigo. Esse acontecimento importante para a população brasileira não foi acompanhado de política específica no que diz respeito à assistência a essa população, descartada na mudança do modo de produção escravista, entram em cena as obras de misericórdia de ordem religiosa para a eles possa ser prestada assistência.

Com o passar do tempo, as condições de trabalho e de existência da população que vivenciou o processo de industrialização fizeram com que se organizassem para, a princípio, lutar contra o trabalho excessivo e insalubre. Suas primeiras formas de organização que superaram as associações de socorro mútuo e as caixas de assistência foram as Ligas Operárias que mesmo existindo de forma precária darão origem às sociedades de

¹ Assistente Social, Pós-graduando em Políticas Sociais Integradas, é Secretário Executivo de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco.

² Filantropia – (Do grego *filos* – amigo, *tropos* – homem) Segundo a enciclopédia Wikipédia (2007a) “Filantropia é a ação continuada de doar dinheiro ou outros bens a favor de instituições ou pessoas que desenvolvam atividades de grande mérito social”.

³ A caridade cristã está calcada nos ensinamentos de Jesus Cristo. Para ele, o amor ao próximo integra o maior e principal mandamento. Desse modo, a vida do cristão deve ser repleta de compaixão para com os outros, e sentimentos altruístas de ajuda ao próximo sem desejar nada em troca dessa ação.

resistência e sindicatos. Neste momento surgem os indicativos que viriam a se constituir na Previdência Social Brasileira.

No período do Governo do Presidente Getúlio Vargas as ações desenvolvidas eram pautadas no assistencialismo e realizadas através de obras de caridade, em sua maioria de classificação religiosa. Muitas dessas ações estavam caracterizadas como ações assistenciais, ligado às práticas assistemáticas⁴, de caráter focalista⁵ e com uso clientelista⁶.

Data-se de 1942 a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira instituição estatal a desenvolver a assistência social no país e passou a dedicar-se às gestantes, lactantes e à infância pobres, implantando postos de serviços de acordo com interesses, apoios e convênios, em uma tentativa de legitimação do Estado junto a essa imensa população fadada a precárias condições de sobrevivência. Destaca-se o papel da senhora Darcy Vargas, esposa do presidente Vargas, que assume o comando da instituição protagonizando o conceito do qual as primeiras damas passariam a cuidar das “ações caritativas do Estado”, e em muitos casos com objetivo único de encontrar respaldo popular e não efetividade técnica do comando político.

Com a Constituição de 1988, foi instituído o Sistema de Seguridade Social a partir do tripé: saúde, previdência social e assistência social. Segundo o texto constitucional a “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Caput do Art. 194. da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil, 1988)

Esta Seguridade Social encontra-se sob forte ataque em todas suas dimensões. A reforma da previdência que tramita em alta velocidade no Congresso Nacional dificultará o acesso à aposentadoria, exatamente em um contexto no qual a realidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho está cada vez mais difícil, especialmente com mudanças estabelecidas pela reforma trabalhista e lei da terceirização. O subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), além de descobertura da população que dele depende, vem promovendo seu contínuo sucateamento ao ponto de unidades e serviços pararem de funcionar. No entanto, defendemos que a dimensão menos perceptível neste tripé seja a Política de Assistência Social. Pois, ainda por ser desconhecida,⁷ sofre com o preconceito que vincula sua existência ao seu passado no qual se configurava como caridade aos pobres.

A Assistência Social é uma das Políticas Sociais de maior abrangência de atuação no atendimento da população brasileira. No entanto não tem seu financiamento considerado como obrigatório a exemplo da previdência social, nem possui percentual obrigatório vinculante no orçamento como é o caso da Saúde. Por este motivo sua existência está sob o risco de esvaziamento e até supressão.

⁴ Ações assistemáticas são as que não possuem continuidade estabelecida. Da mesma maneira que surgem a qualquer momento, podem simplesmente não mais existir, independente do que isso signifique para a população.

⁵ Ações focalistas são as que possuem um direcionamento específico para determinado grupo, segmento ou parte da população. Essa característica pode ser considerada também, para utilizar uma ação direcionada a um grupo ou segmento específico, na perspectiva de atendê-lo em sua integridade. Mas quando aliado à seletividade, acaba sendo característica excludente e restritiva de direitos.

⁶ Ações clientelistas referem-se ao uso político de políticas públicas. Ou seja, a constituição de um subsistema de relação política, onde há uma troca de benefícios (no caso da assistência, benefícios financiados pelo Estado) em troca de apoio político ou mesmo voto.

⁷ O desconhecimento da Política de Assistência Social ocorre pela não identificação sobre como ela atua no âmbito de Política Pública de Direito. Exemplo disso é que o Programa Bolsa Família é muito mais conhecido que a Política que o Programa integra. Parte desta confusão tem sua raiz em seu passado ainda muito vinculado a filantropia e por isso recriminado por isso.

Importante registrar que a referida Política avançou bastante a partir do dispositivo Constitucional e da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993 que consolida o caráter público da assistência enquanto política pública, por isso mesmo, responsabilidade do Estado de caráter universalizante ao ser destinada a quem dela necessitar. Os avanços da Política de Assistência Social ocorreram no caminho de instituição e consolidação do Sistema Único de Assistência Social, de caráter nacional implantando de forma padronizada serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais em todo o território, sob o comando único em cada esfera de governo e estruturando instâncias de gestão, de pactuação, de financiamento e de controle social para a União, os Estados e praticamente a totalidade de municípios que aderiam ao SUAS instituindo Secretarias de Assistência Social ou congêneres, Fundos de Assistência Social, Conselhos de Assistência Social e implantaram Serviços Socioassistenciais devidamente tipificados nacionalmente, além de ofertarem benefícios e programas complementares.

Desde a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (2004), muitos avanços foram registrados nessa caminhada que contou com a participação ativa da sociedade civil por meio das instâncias de controle social. E neste sentido, a presença de entidades, usuários e trabalhadores do SUAS juntamente com os gestores fizeram a diferença para construção do SUAS possível.

Na atualidade, o SUAS está presente em todo o território nacional com 8.372 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 2.681 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 227 Centro de Referência Especializados para população em situação de Rua (Centros Pop), Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 6.453 Unidades de Acolhimento Institucional, para crianças, idosos, pessoas com deficiência ou adultos e famílias, dentre outros. São 13.841.302 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família impactando diretamente na vida de 42.759.998 de pessoas (20,51% da população brasileira); além de 4.630.854 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). São mais de 250 mil trabalhadores do SUAS que atuam nas gestões municipais e estaduais de Assistência Social.

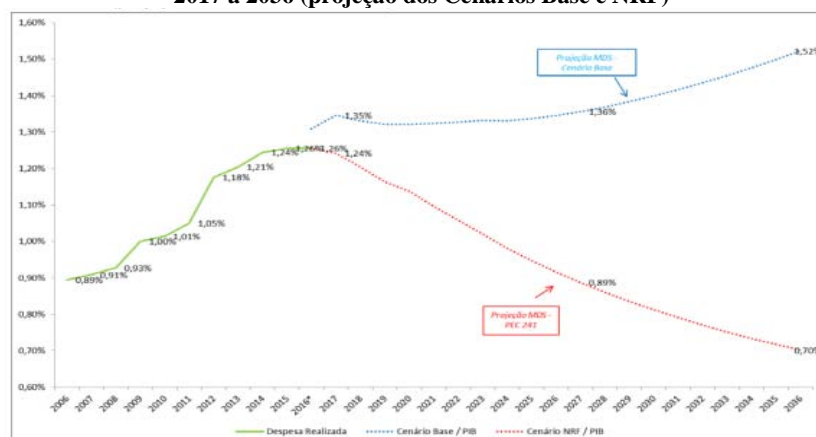
O SUAS sob risco

A falta de prioridade na realização dos repasses de recursos para manutenção da rede de serviços e programas na modalidade fundo a fundo, de forma que os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) possa seja transferido aos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social de forma regular e automática deixou de ser regular desde meados de 2016 com o agravamento da crise vivenciada no segundo governo da presidente Dilma. Mas nem de longe, comparada a realidade que veio em seguida.

A irregularidade no repasse de recursos vem comprometendo a execução das atividades necessárias ao atendimento da população. Neste sentido, temos o registro de redução de equipes técnicas dos Serviços de atendimento a população. Os concursos públicos realizados por Municípios e Estados para esta área praticamente desapareceram. Percebe-se o aumento da precarização dos vínculos trabalhistas e redução do efetivo atuando, além da redução da oferta de benefícios, a exemplo dos benefícios eventuais bastante procurados para atender situações de morte (auxílio funeral), nascimento (enxoval), vulnerabilidade temporária (recursos financeiros ou bens) e calamidade pública ou emergência (necessidades básicas emergenciais).

Um dos motivos da limitação orçamentária para o setor é a da aplicação da Emenda Constitucional 95 nas Políticas Sociais. Antes mesmo de sua aprovação, uma projeção feita pelo IPEA indicava o colapso do investimento na Política de Assistência Social no Novo Regime Fiscal.

Gráfico 1 – Evolução da participação (%) do gasto do MDSA em relação do PIB – 2006 a 2016 (despesa realizada e 2017 a 2036 (projeção dos Cenários Base e NRF)



Fonte: IPEA, 2016. Siga Brasil; Matriz de Informações Sociais (beneficiários do Programa Bolsa Família e valores médio do benefício); IBGE (estimativa da população e PIB); Anexo IV. 6 da LDO 2017 (projeção do IPCA, do PIB e do reajuste do Salário Mínimo). Elaboração dos autores.

Essa situação foi experimentada no exercício fiscal de 2019, quando se iniciou o ano sem o orçamento necessário para manter os compromissos com o pagamento do Programa Bolsa Família, BPC e dos Serviços e Programas existentes e em funcionamento. A suplementação necessária foi realizada pelo Congresso Nacional no mês de junho de 2019 sob forte apelo do presidente da república e equipe econômica e concedido pelo Congresso Nacional. No entanto tal suplementação não garantiu a recomposição orçamentária para o conjunto de serviços, programas e apoio a gestão da assistência social, que mesmo representando apenas 6,5% do total de recursos da Assistência Social (55% BPC e 36% Bolsa Família), é a parcela fundamental para que o SUAS exista e resista promovendo seu papel protetivo de acompanhamento da população em situação de vulnerabilidade e risco social. Dos estimados R\$ 2,3 bilhões de reais necessários para cobrir as despesas relativas ao exercício atual e de exercícios passados não pagos, houve suplementação de apenas R\$ 500 milhões, sem a devida recomposição de liberação por parte do Ministério da Economia ao ministério da Cidadania. Desde o início do ano, a liberação financeira representa algo entre 50% a 70% do necessário por mês. Ampliando ainda mais o passivo para com o SUAS.

Outro importante aspecto é o risco do BPC. Este benefício inserido na Constituição de 1988 a partir de emenda popular, só foi regulamentado em Lei em 1993⁸ e sua operacionalização só ocorreu a partir de 1995. Tal relutância do poder público em garantir este direito à sobrevivência também evidencia o quanto incomoda a parte da população que não consegue enxergar a luta pela sobrevivência da pessoa com deficiência e da pessoa idosa que não conseguiu contribuir suficiente à previdência social.

Assim, temos a obrigação de demarcar que o que foi apresentado na proposta de reforma da previdência representava uma inviabilização do BPC. Primeiro com o aumento da idade de acesso para a partir de 70 anos, mesmo o estatuto da pessoa idosa reconhecendo 60 anos o marco para a pessoa idosa e este que deveria ser a idade de acesso, e não os 65 anos atuais. Muito menos a proposta de criação de benefício intermediário no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a partir de 60 anos, uma vez que o benefício é substitutivo de renda, e este valor não garantiria sobrevivência no Brasil do ano de 2019. Além da proposta que dificultaria ainda mais o

⁸ Importante registrar que a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) não foi sancionada pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Coube ao presidente substituto Itamar Franco fazê-lo em dezembro de 1993.

acesso, como a proibição do beneficiário possuir imóvel no valor equivalente a faixa inicial do Programa Minha Casa Minha Vida. Parece até cômico, caso não fosse trágico, a ideia proposta: ou se mora ou se vive.

Outra importante dimensão do risco que se passa a assistência social é o esforço contínuo e combinado de supressão da participação social. O Decreto nº 9.759, publicado no último dia 11 de abril de 2019 que extingue espaços colegiados da administração pública federal, teve maior impacto nas áreas de direitos humanos, igualdade racial, indígena, rural, cidades, LGBT e meio ambiente. No entanto, também impactou na Assistência Social com a extinção da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), bem como as comissões permanentes do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) deixaram de existir, por não terem sido criadas por Lei, o que obrigou ao Conselho Nacional mudar seu regimento para poder continuar a atuar de forma organizada e a CIT foi reinstalada com novo decreto.

Outra dimensão foi a decisão do Governo Federal de não realização da Conferência Nacional de Assistência Social este ano. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) prevê a realização de Conferências a cada 4 (quatro) anos ordinariamente e extraordinária a cada 2 (dois). No entanto, as conferências vem ocorrendo a cada 2 anos há 22 anos, e pela primeira vez, quebrou-se este ciclo de mobilização da sociedade e participação social com a decisão do governo federal em não promover este ano.

Como sinal de resistência, representantes da sociedade civil do CNAS, juntamente com o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e outras entidades e organização de assistência social irão promover a Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, mesmo sem financiamento da União. Por outro lado, estados e municípios que possuem autonomia para realização, estão realizando suas Conferências e devem participar da Conferência Nacional Democrática.

Na trincheira de resistência, a Frente Nacional de Defesa do SUAS e da Seguridade Social atua na articulação dos debates nacionais com a participação de ex-gestores, acadêmicos e militantes do SUAS. Muitos Estados também instituíram suas Frentes Estaduais.

Na Câmara dos Deputados, foi instituída e fortalecida a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social que atualmente está presidida pelo Deputado Federal do PSB de Pernambuco, Danilo Cabral, que também é autor do Projeto de Emenda a Constituição PEC nº 383/2017 que destina 1% da Receita Corrente Líquida para o financiamento dos Serviços, Programas e Gestão do SUAS. Medida que garantiria a revisão da priorização e garantiria a manutenção da rede socioassistencial existente com algumas implantações. No entanto, o direcionamento estabelecido pelo Governo Federal aponta para caminho distinto.

Observamos o presente repetindo o passado com o retorno de pensamentos imaginados como superados, com a criminalização da pobreza, responsabilização da população pobre por sua condição, desresponsabilização do poder público, incentivo a caridade e práticas a voluntárias como forma de atuação em detrimento ao reconhecimento do direito de cidadania, o primeiro damismo e até mesmo a relativização da escravidão e do trabalho infantil. Tudo isso sendo definido sem participação social. Só restando a quem milita na área um caminho da organização, mobilização e resistência!

Referências:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Censo SUAS 2017**: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social.- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016;

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988;

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota Técnica 27. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de Assistência Social no Brasil**. IPEA. Brasília, setembro de 2016.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Relatório de Informações Sociais. Brasil. **Relatório de Programas e Ações (v.2017) BRASIL**. [online] Disponível na Internet via [www.URL: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php). Arquivo consultado em 17/08/2019.

SHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2. ed. Rio de Janeiro, Cortes, 2003;

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Filantropia**. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Filantropia>. Arquivo consultado em 08 de janeiro de 2007a;

SAÚDE!

*Ronald Ferreira dos Santos
Presidente da FENAFAR, Ex-presidente do CNS*

O texto abaixo, trata-se de uma síntese do conteúdo do Documento Orientador dos debates do processo da 16ª Conferência Nacional de Saúde, que teve sua etapa nacional realizada de 04 a 7 de agosto do corrente ano, o Documento Orientador foi elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, e serviu de guia para as mais de 4000 conferências municipais de saúde, 26 conferências estaduais e a do Distrito Federal, e centenas de atividades que mobilizaram mais de um milhão de brasileiros e brasileiras desde de dezembro de 2017. Este conteúdo foi capaz de galvanizar a mais ampla unidade, dos mais diferentes setores da sociedade brasileira, pelo seu potencial demonstrado na prática, de unir diferentes forças sociais e políticas em torno da defesa dos direitos do povo (As propostas e diretrizes tiveram mais de 90% de aprovação na etapa nacional), as reflexões sobre a saúde no Brasil aqui contidas, precisam ser compartilhadas.

OS ATAQUES AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO COLOCAM A SAÚDE EM RISCO

A Constituição Federal de 1988 vem sendo atacada desde sua promulgação. Esses ataques, foram dirigidos justamente ao seu caráter Democrático e de Direito. O Estado Democrático diz respeito à soberania da vontade popular e ao respeito às minorias. O Estado de Direito significa o acesso ao direito à cidadania através de políticas públicas.

Dessa forma, ao não respeitar a soberania da vontade popular de uma eleição majoritária e ao instituir a Emenda Constitucional no 95 de 2016, que congela os gastos públicos por 20 anos, romperam com nosso contrato social. Tal investida precisa ser compreendida dentro das disputas de rumos, não só do Brasil, mas do mundo, pois, o que está em disputa é como vivemos e como morremos, quem vive e quem morre, e a disputa entre a vida e a morte.

As consequências dessas disputas podem ser o avanço civilizacional ou uma tragédia humanitária, pois seus desdobramentos impactam diretamente em vidas humanas. A escolha é: Todos têm Direito à Vida? Alguns podem ser elimináveis? Há uma brutal e cruel concentração de riqueza no mundo, diante disso, a defesa da vida passa a ter um caráter civilizatório na contemporaneidade.

LUTAR PELA SAÚDE É LUTAR PELA DEMOCRACIA

Essas disputas travadas num amplo processo de construção do Estado Democrático de Direito proporcionam avanços e conquistas, como os que experimentamos nas três últimas décadas e resultam em aprimoramento e fortalecimento do SUS. Contudo, diante das ameaças a direitos, da redução de investimentos, da retração das políticas públicas sociais, tanto o processo de construção do SUS está em xeque quanto a própria consolidação da democracia.

Foram, os enfrentamentos em um ambiente democrático que permitiram que as diferentes forças sociais conseguissem, mesmo de forma subfinanciada, importantes vitórias na defesa do SUS e da Saúde como Direito. A Lei 8142/90, deu materialidade ao princípio do SUS, da participação da comunidade na gestão da saúde, consagrando o papel do Controle Social, permitindo a formulação, fiscalização e mobilização da sociedade.

As Conferências de Saúde têm sua relevância reconhecida para fortalecimento do processo democrático de participação social na gestão do SUS, e para construção de diretrizes para formulação de políticas públicas de saúde que atendam os anseios e necessidades da população.

Esse processo de conferência, assim como os Conselhos, representam uma verdadeira reforma na condição de funcionamento democrático do Estado, ampliando as relações entre democracia representativa e democracia participativa direta e de caráter ascendente

O SUS expressa o caráter democrático do Estado Brasileiro por meio de políticas que devem ser formuladas e geridas pelos representantes na estrutura do Estado de forma a responder às necessidades de saúde da população e também na participação de representantes de grupos e instituições na avaliação e definição de diretrizes.

Essa dupla inserção da participação cidadã, na escolha de representantes para a gestão governamental e na definição de diretrizes e avaliação das políticas e da situação de saúde, dá um caráter de inovação, fortalecendo o slogan da 8ª Conferência Nacional de Saúde, de que “Saúde é Democracia”, constituindo a ideia de que não basta um sistema de assistência às doenças.

SAÚDE COMO DIREITO

A definição de que a saúde compõe um direito de todos não aparece de forma inédita da CF de 88. Decorre da Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada em 1948 no que menciona seu artigo 25: Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Precisamos respeitar as especificidades de cada um, garantindo o acesso de acordo com as necessidades específicas, significando, assim, equidade. A indivisibilidade dos direitos significa que direitos, outros, como: educação, moradia, alimentação, emprego e renda são também fundamentais para se ter saúde e não podem ser separados.

Ainda, para que a saúde seja tratada como direito humano, além de universal e indivisível, os direitos devem ser interdependentes, o que significa que para termos saúde de qualidade, depende que outros direitos não especificamente de ações e serviços de saúde, mas que condicionam e determinam o bem viver, sejam também garantidos.

O conceito de saúde como direito humano teve sua concepção referendada pelo movimento da reforma sanitária brasileira, que culminou com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 e que, até os dias de hoje, é considerada “divisor d’água”, pois foi a primeira aberta à participação da sociedade, e que confirmou o conceito ampliado de saúde, onde saúde deixa de ser um conceito estanque – ausência de doenças, e passa a agregar fatores determinantes e condicionantes, de forma intersetorial.

Além dessa importante contribuição, a 8ª CNS foi inspiradora para formulação das bases para a seção “Da Saúde” da Constituição de 1988 que deu materialidade legal para a “Saúde como Direito de todos e Dever do Estado”. Esta conquista constitucional foi apenas um passo deste processo de luta que vem sendo desencadeado cotidianamente pela mobilização da sociedade, principalmente pelas instâncias de Controle Social, ao longo destes 30 anos.

O momento atual, que inclui uma crise moral e ética relevante, também coloca em questão o processo histórico que antecedeu à Constituição atual. Mas é importante lembrar que os problemas de saúde que vivemos atualmente não são idênticos aqueles vividos até o final da década de 1980.

Naquele tempo, o acesso à assistência à saúde no sistema público era restrito aos trabalhadores do mercado formal de trabalho (com carteira assinada) a população, sem emprego formal não

tinha acesso a ações de saúde pública e prevenção de doenças. A assistência centrada nas doenças era feita em serviços filantrópicos, quando disponíveis, ou com o pagamento dos serviços.

A partir da Constituição, com o reconhecimento legal da saúde como direito e dever do Estado, o acesso a ações e serviços se torna universal, e que o conjunto de impostos e contribuições recolhidos pelos brasileiros e brasileiras deve ser a fonte da sustentabilidade dessas ações. Não há gratuidade. Pessoas físicas e jurídicas, os contribuintes, são responsáveis pela sustentação do sistema de saúde.

Uma vez aprovada a Constituição federal, por meio da qual foi criado o SUS, havia a necessidade de uma legislação específica que a regulamentasse, no caso, a Lei Orgânica da Saúde- Lei 8080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Como esta lei sofreu vários vetos do presidente da república, foi complementada, em 28 de dezembro do mesmo ano, pela lei 8142/90 que regula a participação social, por meio de instâncias oficiais de Controle Social: Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde.

O controle social representa a participação do cidadão na gestão pública: fiscalização, monitoramento e controle das ações da Administração Pública. É um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania que contribui para aproximar a sociedade do Estado, abrindo a oportunidade de os cidadãos acompanharem as ações dos governos e cobrarem uma boa gestão da coisa pública.

CONSOLIDAÇÃO DO SUS REAFIRMAR OS PRINCÍPIOS DO SUS

O Brasil é o único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes que tem um sistema de saúde público e gratuito. O SUS pode ser entendido a partir de um núcleo comum (único) no qual concentram-se os seus princípios, sejam eles doutrinários ou organizativos.

Os princípios doutrinários do SUS conferem legitimidade ao Sistema, além de definirem os rumos para a sua implantação. A Universalidade determina que todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, tenham direito ao acesso às ações e serviços de saúde. A Equidade significa investir mais onde a carência é maior. A integralidade significa considerar a pessoa como um todo, não fragmentado e integrado a comunidade.

Os princípios organizativos que, tratam da sua organização a partir dos princípios doutrinários e orientam o processo afim de concretizar o SUS na prática.

A regionalização e a hierarquização preconizam que os serviços devem ser organizados em rede de atenção, em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos, e com definição e conhecimento da clientela a ser atendida.

Descentralização e Comando único, na saúde, tem como objetivo prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização pelos cidadãos. No SUS, a descentralização deve se dar até o município, o qual deverá ter garantido condições de gestão, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função.

O conceito de participação social incorporado ao SUS deve estar conectado com o de democracia participativa, onde a população torna-se sujeito ativo da política pública de saúde e não apenas receptor desta.

O MODELO DE GESTÃO FUNDAMENTAL PARA EFETIVAÇÃO DO SUS

Para a consolidação do sistema de saúde há necessidade do desenvolvimento de um modelo de gestão condizente com suas diretrizes. A principal característica da gestão no SUS é a Gestão Estratégica e Participativa, que compreende todos os mecanismos de deliberação e de gestão compartilhados, valorizando e fortalecendo os mecanismos instituídos para controle social no SUS.

O modelo gestão estratégica e participativa do SUS está fundamentada na distribuição de competências entre a União, os estados e os municípios, cabendo às três esferas de governo, de maneira conjunta, operar e executar as ações e serviços de saúde; definir mecanismos de controle e avaliação; monitorar o nível de saúde da população; gerenciar e aplicar de maneira suficiente os recursos; definir políticas de recursos humanos; realizar o planejamento de curto e médio prazo e promover a articulação de políticas de saúde, com a participação ativa da comunidade em todas essas ações.

As diretrizes que devem nortear o modelo de gestão a ser implementado no SUS são: Gestão de caráter estratégico e participativo; Formulação e execução de políticas econômicas e sociais com impacto na redução de riscos de doenças e de outros agravos; Formulação e execução de políticas econômicas e sociais que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde; Execução, direta pelo Estado, de ações e serviços de saúde Caráter complementar da participação da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde, que devem estar submetidas às diretrizes do SUS, incluindo o controle social; Organização das ações e dos serviços de saúde de forma regionalizada, hierarquizada em níveis de complexidade crescente e articulada em redes de atenção; Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, com promoção de equidade; Aplicação de recursos financeiros em ações e serviços de saúde públicos de forma constante, crescente e suficiente por parte da União, do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IMPORTÂNCIA DE UM MODELO DE ATENÇÃO QUE ATENDA AOS PRINCÍPIOS DO SUS E SEJA RESOLUTIVO

Os Modelos de Atenção à Saúde referem-se a combinações e estruturação de tecnologias que devem servir para a resolução de problemas e para o atendimento das necessidades, individuais ou coletivas, de saúde da população.

O modelo de atenção à saúde é um sistema lógico que organiza o funcionamento das redes de atenção à saúde, articulando, as relações entre os componentes da rede e as intervenções sanitárias, definido em função da visão prevalecente da saúde, das situações demográfica e epidemiológica e dos determinantes sociais da saúde, vigentes em determinado tempo e em determinada sociedade.

Por essa característica, ao longo dos anos de implementação do SUS, trava-se uma disputa para a substituição do modelo centrado nas ações médico-curativas, por um modelo de atenção que conjugue, integralmente, as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, e da qualidade de vida de todos os cidadãos.

O modelo de atenção idealizado para o SUS precisa preconizar as seguintes questões: Integralidade do cuidado; Garantia do acesso; Regionalização e descentralização dos serviços; Ações humanizadas e resolutivas de saúde e voltadas às necessidades de toda a população; Ações de planejamento e avaliação que respeitem as diferentes necessidades e problemas de saúde locais e regionais Intervenção nos problemas de saúde de forma mais precoce e longitudinal, ou seja, com possibilidades de acompanhamento dos indivíduos em seus contextos familiares e territoriais.

Nesta perspectiva, é importante que a assistência seja organizada pela lógica da centralidade de uma Atenção Básica orientadora e ordenadora das Redes de Atenção à Saúde, descentralizada, próxima da vida das pessoas, com cobertura de serviços e ações para 100% da população, em articulação com demais dimensões do sistema, como a média e alta complexidade, que devem estar organizadas quantitativamente e qualitativamente para garantir a integralidade do Sistema.

A consolidação do modelo de atenção resolutivo passa pela defesa da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Embora ainda em implementação, melhoramento, ampliação e qualificação, a ESF já conta com avanços significativos, tais como: Modelo de cuidado centrado em pessoas; Atenção longitudinal por uma mesma Equipe de Profissionais, inseridas em seus territórios e construindo suas comunidades, em diferentes momentos de seus ciclos de vida, sem restrições por conta de etnia, orientação sexual, identidade de gênero ou estrato social, o que determina melhores indicadores sócio- epidemiológicos; A Atenção Básica como porta de entrada ao sistema; Aumento da resolutividade de ações; Afirmação da Atenção Básica como melhor cenário para formação de profissionais orientados para atuarem na lógica de um Sistema de Proteção Social.

A ESF alcançou melhoria de indicadores da cobertura vacinal, redução da desnutrição, da morbimortalidade infantil e da mortalidade materna, melhoria do acesso a serviços odontológicos, redução das internações desnecessárias, acesso às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e da Educação Popular em Saúde, redução do número de mortes por causas evitáveis, ampliação do acesso a medicamentos pelo Programa Farmácia Popular, entre outros.

Torna-se inevitável relacionar a melhoria dos indicadores de saúde ao aumento da cobertura da Atenção Básica nos últimos anos, saindo de 31,8% em 2002 para 62,4% em 2014. Atualmente, 5.460 municípios possuem Estratégia de Saúde da Família e mais de 121 milhões de pessoas - mais de 2/3 da população, estão sendo beneficiadas pela ESF.

FINANCIAMENTO DO SUS DA CONQUISTA À FRAGILIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) estabeleceu um marco na proteção social do país ao substituir a lógica dos seguros, onde o direito era restrito à assistência médica e destinado somente aos trabalhadores formais com carteira de trabalho assinada. A partir da Constituição, a população brasileira passou a ser inserida num sistema de proteção social, alcançando a seguridade social como um direito universal.

Apesar desse avanço, resultado da legítima disputa dos movimentos sociais, a seguridade social tem sofrido ataques, desde a década de 1990, dificultando, que as pessoas alcancem efetivamente a proteção social que lhes é de direito.

Parte desses ataques são caracterizados pela implementação da denominada política de austeridade fiscal e materializados quando os governos colocam a política econômica como prioridade.

O SUBFINANCIAMENTO DO SUS

O financiamento da saúde pública no Brasil sempre foi precário. Antes do SUS, se restringia às contribuições dos trabalhadores organizados que, mais tarde, ficaram vinculados à Previdência Social. Apesar de estar previsto em lei, o financiamento do SUS tem sido instável e insuficiente, caracterizando real subfinanciamento do SUS, desde a sua criação.

Além do financiamento ser precário, as sucessivas renúncias fiscais e subvenções de dinheiro público, inclusive para o setor privado de saúde, têm provocado uma expansão deste setor que

subverte a ordem constitucional que preconiza o caráter complementar da iniciativa privada no SUS.

As tentativas de vinculação de receitas e/ou de percentuais de gastos mínimos não conseguiram reduzir a instabilidade do processo de financiamento do SUS nas três esferas de governo. Os 30% do Orçamento da Seguridade Social (OSS) da União para o financiamento federal das ações e serviços públicos de saúde definido pela CF de 1988 nunca foi cumprido.

A HISTÓRICA LUTA PELA REDUÇÃO DA INSTABILIDADE DE FINANCIAMENTO DO SUS

As disputas por recursos financeiros para um SUS público e universal estão presentes na sociedade brasileira desde a sua criação. Como exemplos dessas disputas estão: A PEC 169 de 1993, a PEC 82 de 1995 a CPMF de 1997 e a Emenda Constitucional no 29 de 1999. Durante este período houve também o PLC 1/2003 e outros projetos de lei que propunham mudanças na aplicação mínima pela União dos 10% das Receitas Correntes Brutas.

A regulamentação da EC 29 aconteceu no ano de 2012 com a promulgação da Lei Complementar 141/2012 que, no entanto não incluiu os 10% das Receitas Correntes Brutas.

O MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DA SAÚDE - “SAÚDE MAIS 10”,

Então, com o protagonismo do CNS e de várias entidades nacionais e movimentos sociais, nasceu o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública - “Saúde Mais 10”, sendo necessária a alteração da LC 141/2012.

O movimento com mais de 2,1 milhões de assinaturas viabilizou a tramitação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLP) 321/2013 que previa a aplicação de 10% da Receita Corrente Bruta da União para a Saúde, mas que não teve respaldo do Congresso Nacional.

Em continuidade ao movimento Saúde Mais 10, a frente ABRASUS lança manifesto em defesa do SUS no período preparatório da 15ª Conferência Nacional de Saúde (2015). Neste momento a defesa da aprovação da PEC 01/2015 passa a ser fundamental para a garantia do atendimento gratuito e de qualidade aos brasileiros e às brasileiras, ao assegurar o percentual mínimo da receita corrente líquida para custeio da saúde no Brasil.

O AGRAVAMENTO DO SUBFINANCIAMENTO DO SUS COM A EC 95

A partir de dezembro de 2016 o financiamento do SUS sofre mais um duro golpe. É aprovada a Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, a EC 95, que ficou conhecida como a “PEC da Morte”. Com a EC 95 o financiamento dos direitos sociais, como a saúde e a educação, ficará congelado até o ano de 2036. Estima-se que, com o congelamento de investimentos, haverá uma redução de 400 bilhões no orçamento durante esse período. Ainda que a população cresça nas próximas duas décadas, o governo vai reduzir os investimentos, mesmo diante de direitos básicos, garantidos na Constituição de 1988.

Desafios para um financiamento capaz de favorecer a implantação da saúde universal no nosso país

Que a União aplique 10%, no mínimo, da sua receita corrente bruta (ou seu equivalente em RCL) em ações e serviços públicos de saúde.

Ampliação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (fonte de financiamento para a saúde) para instituições financeiras (atual 9%) para 18%.

Criação de um Imposto Geral sobre a Movimentação Financeira (IGMF) e a tributação das remessas de lucros e dividendos pelas empresas multinacionais, atualmente isentas, destinadas ao Orçamento da Seguridade Social;

O estabelecimento da Contribuição sobre Grandes Fortunas com destinação para a Seguridade Social, e consequentemente para a saúde.

Defesa do caráter público e universal do direito à assistência à saúde de qualidade e segundo as necessidades da população, nos diversos níveis de atenção.

Implementação da ordem constitucional que preconiza o caráter complementar da iniciativa privada no SUS, não permitindo que os interesses privatizantes sejam preponderantes no modelo de gestão e de atenção à saúde no SUS

Rejeitar a permanência da DRU, que retira 30% do Orçamento da Seguridade Social para o Tesouro Nacional, como forma de não prejudicar a “saúde” financeira do referido orçamento

CONVOCAÇÃO AO POVO BRASILEIRO DA 16ª CONFÊRENCIA NACIONAL DE SAÚDE (aprovado com 95% dos votos dos delegados e delegadas)

Saúde é Democracia!

Pelas liberdades democráticas e pelos direitos sociais: em defesa do direito à saúde.

Os graves ataques à democracia e aos direitos do povo brasileiro que caracterizam a atual conjuntura exigem uma ampla mobilização que aponte para a construção de um processo de lutas nas suas mais diversas expressões, ampliada para além da via institucional.

O Sistema Único de Saúde – SUS vem passando por um processo de desmonte que ameaça o direito à saúde. O comprometimento de seu financiamento e intensificação dos processos de privatização colocam em risco seus princípios de universalidade, equidade e integralidade, comprometendo a vida de milhões de brasileiras e brasileiros.

A luta pela saúde se inscreve na defesa da seguridade social e de todos os direitos sociais. A revogação da EC 95, que inviabiliza financeiramente as políticas sociais, a revogação da reforma trabalhista e o enfrentamento à reforma da previdência e aos ataques à educação pública são essenciais à defesa da saúde da população.

As participantes e os participantes da 16ª CNS conclamam todos e todas para a construção de uma jornada de lutas em defesa das liberdades democráticas, dos direitos sociais e do SUS, contra todas as formas de privatização, pelo acesso universal, financiamento adequado, carreira de estado para as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde e fortalecimento da participação popular.

Nesse sentido apontamos uma jornada de lutas para o enfrentamento do projeto conservador e ultraliberal em curso, integrando:

Marcha das Margaridas;

Dia Nacional da de mobilização pela educação;

Grito dos Excluídos;

Marcha das Mulheres indígenas;

Ato junto ao Congresso Nacional pela revogação da EC 95;

Ato junto ao STF pela inconstitucionalidade da EC 95.

Saúde não é mercadoria! Nenhum direito a menos!

O Ministério do Trabalho e a Soberania Nacional

Quando indagado por um jornalista a respeito da “questão operária”, o último presidente da República Velha – Washington Luís – respondeu que ela era mais uma questão de ordem pública do que uma questão social. Trocando em miúdos, sua opinião era bastante clara: a questão social era caso de polícia. O coração da Revolução de 1930 foi o Ministério do Trabalho, chamado por Getúlio Vargas de “Ministério Revolucionário” e sua função foi justamente corporificar na estrutura do Estado a questão social. Um olhar detido na História Brasileira mostra que é impossível separar a questão social da questão nacional. Por isso, a extinção do Ministério do Trabalho não pode ser apartada do projeto de recolonização do Brasil perpetuado pelo governo de Bolsonaro.

Nascemos enquanto Nação como uma plataforma de produção de produtos tropicais para os grandes impérios marítimos da Europa. Nossos conquistadores portugueses eram oriundos de um pequeno reino despovoado, cuja independência era constantemente ameaçada pela ambição espanhola de dominar toda a península ibérica. Foi o açúcar e mais tarde o ouro produzido pelo Brasil que asseguraram a renda necessária para a manutenção da independência de Portugal, pagando as despesas de seu Estado moderno e de sua Marinha extremamente bem equipada. Como foi possível para esse pequenamonarquia produzir o impressionante volume de produtos tropicais em um país continental do porte do Brasil? A resposta foi a escravidão negra e indígena.

Durante a colônia, no ciclo açucareiro, o núcleo mais dinâmico da economia brasileira estava na zona da mata no nordeste. Como pouco era produzido no Brasil além dos produtos tropicais requeridos por nossa metrópole, o senhor de engenho, o capitão da indústria do açúcar, dependia da importação de maquinarias para o engenho, armas, escravos africanos e até mesmo o cal para a construção civil. Tudo era fornecido pelo mercador lusitano na forma de empréstimos, pagos posteriormente com melaço de cano. Assim eram os grilhões que mantinham o Brasil como Colônia do império lusitano. A escravidão indígena foi relativamente marginal no Brasil, florescendo nos rincões mais distantes do capital comercial dos mercadores portugueses. Contudo, desempenhou um papel central no desbravamento do território do Brasil Profundo e na descoberta do ouro em nosso país.

Na colônia e no Império, a questão social do Brasil esteve nas mãos da Igreja. Foram os Jesuítas que educaram os índios e os protegeram parcialmente da escravidão. A Igreja também procurava colocar limites na crueldade desenfreada da escravidão negra, como testemunham os Sermões do Padre Antônio Vieira. Do outro lado, a força dos quilombos como de Zumbi dos Palmares e da resistência indígena como os manauaras liderados por Ajuricaba impunham severas derrotas à sanha descontrolada dos colonizadores.

O capitalismo mundial atravessava profundas contradições no final do século XIX. Na Europa, a moderna maquinaria trouxe um nível civilizatório nunca antes visto na humanidade. Contudo, a tendência da maquinaria industrial cada vez mais sofisticada em poupar mão-de-obra fez com que o fantasma do desemprego assombrasse as grandes potências europeias. Sem conseguir escoar seus produtos no mercado interno cuja renda do trabalho estava sempre declinante, os grandes capitalistas se viram obrigados a usar seus Estados para criar vastos impérios globais

para absorver essa oferta insaciável. Desse modo, a França abocanhou pedaços enormes do norte da África e do Sudeste Asiático, além de outras regiões, e o Império Britânico tornou-se tão colossal que o sol nunca se punha em seu imenso território.

O Brasil do final do Império não passou incólume por essas transformações. Era o auge do ciclo do café e mão-de-obra escrava já não era mais tão dinâmica. Aos poucos, foram substituídos pelos imigrantes expelidos da Europa pela industrialização. Os descendentes dos escravos se viram expulsos das terras que haviam enriquecido, sem indenização ou qualquer tipo de auxílio. A gritante questão social apareceu nos enfurecidos escritos dos abolicionistas que enxergaram a injustiça daquela época.

Impedir a industrialização do Brasil sempre foi um imperativo das potências imperialistas. Na colônia, Marquês de Pombal chegou a proibir a manufatura. Especializando-se em consumir manufaturados estrangeiros e exportar bens primários, o Brasil se viu preso em um ciclo vicioso, em que não conseguia criar mercado interno, pois nosso povo praticamente não tinha renda dada a escassez de trabalho industrial, ao mesmo tempo em que dependia crescentemente dos bens industrializados oriundos da Europa.

É nesse contexto de crise mundial e de crise no Brasil, que surge a Aliança Liberal capitaneada por Getúlio Vargas. Em seu famoso discurso na Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro, Getúlio responde a Washington Luís dizendo que a questão social não era caso de polícia. Ao assumir a chefia do Governo Provisório após a vitória da Revolução de outubro de 1930, um de seus primeiros atos foi a criação do Ministério do Trabalho, apelidado de “Ministério Revolucionário”. Getúlio aprofunda e estende os direitos trabalhistas de algumas categorias duramente conquistados pelo movimento sindical na República Velha para a universalidade dos trabalhadores urbanos. Sua intenção era estendê-las também aos trabalhadores rurais em conjunto com a reforma agrária, mas a complexa conjuntura brasileira da época impediu que seu sonho se concretizasse.

Os sindicatos, severamente reprimidos na República Velha, passaram a contar com proteção do Estado para seu funcionamento. Lindolfo Collor, o primeiro Ministro do Trabalho, e o socialista Joaquim Pimenta, que havia sido militante sindical nos anos 20 em Pernambuco, lançaram as bases normativas do que viria a ser a estrutura sindical brasileira por quase 100 anos. Lá estavam a contribuição e a unicidade sindical, pedras angulares da coesão dos trabalhadores em suas lutas contra os patrões. A Justiça do Trabalho, na época com juízes classistas eleitos em parte pelos sindicatos, tornou-se o canal para efetivar as demandas da questão social no Brasil. Corporificava-se, assim, nas entranhas do Estado, o poder da classe trabalhadora organizada.

A legislação trabalhista foi o grande feito desse período. Se antes a exploração dos trabalhadores do Brasil era praticamente desenfreada, o povo brasileiro contava com limites em sua jornada de trabalho e férias remuneradas, universalmente garantidas a todos os trabalhadores urbanos. Nesse mesmo sentido, foram regulamentados o trabalho noturno e o trabalho feminino e proibido o trabalho infantil. A Lei do Salário Mínimo, talvez a maior conquista isoladamente considerada, garantia uma existência digna acima do patamar da miséria para o trabalhador brasileiro, ao mesmo tempo em que rompia com mais um grilhão da colonização do Brasil: criou-se um dinâmico mercado interno no país. O trabalhador com renda podia consumir os bens produzidos no país e o empresário interessado no desenvolvimento nacional encontrava demanda interna no Brasil, não mais contando somente com a via

da exportação de bens primários para obter lucros. Quebrava-se um ciclo vicioso secular.

A instituição da Previdência Social a partir da gestão de Agamenon Magalhães no Ministério Revolucionário nos anos 30 universalizou para todos os trabalhadores urbanos o direito à aposentadoria, até então restrito a determinadas categorias. Também foram estabelecidas as indenizações pelos acidentes de trabalho. Mitigava-se, assim, a superexploração do trabalhador brasileiro, marca indelével de nossa condição colonial, que tinha que fornecer excedentes extraordinários para as potências imperialistas desde os tempos da escravidão.

Sem o desenvolvimento da indústria nacional, a legislação trabalhista e as conquistas do Ministério Revolucionário jamais teriam prosperado. Aproveitando-se da tempestuosa conjuntura internacional dos anos 30, Getúlio Vargas, por meio de uma genial política diplomática pendular, força os Estados Unidos a ceder tecnologia para o Brasil e os países europeus – sobretudo o Império Britânico – a abrir mão da posse sobre nossas mineradoras e ferrovias. Surgem assim a Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional, as bases sobre as quais se edificará a cadeia industrial do Brasil.

Com a reorientação mundial da Guerra Fria, a independência do Brasil começou a ameaçar os interesses dos Estados Unidos para a América Latina. É assim que o império estadunidense, utilizando-se do aparato militar internacional montado na Segunda Guerra Mundial, patrocinou um golpe de Estado contra Getúlio Vargas em 1945 que contou com o apoio da elite agroexportadora conservadora. A estrutura sindical entendeu perfeitamente o que se passava naquele momento e apoiou o movimento “queremista”. Até mesmo proeminentes figuras que haviam sido oposição ao governo de Vargas como Luís Carlos Prestes passaram a apoiá-lo frente a restauração conservadora que se formava com o brigadeiro Eduardo Gomes. O vínculo que unia a questão nacional à questão social mostrava-se cristalino na luta sindical.

Em 1951, Getúlio Vargas volta ao poder nos braços do povo. É um período de forte industrialização do país com a criação de importantes alicerces da cadeia industrial brasileira como a Petrobras e a Eletrobras. No entanto, a contradição mais importante do Brasil, a dependência da importação de manufaturados, ainda estava lá. Em conjunto com a remessa de lucros pelas empresas transnacionais, essas válvulas de sucção das riquezas do povo brasileiro comprometiam nossa balança de pagamentos, o que levou à inflação. O movimento sindical constrói a greve dos 300 mil, alterando a correlação de forças e permitindo que o ministro do Trabalho à época – João Goulart – aumentasse o salário-mínimo em 100%. Durante todo o governo Dutra, o salário-mínimo não havia sido reajustado sequer uma vez. A medida foi vista como um desafio imediato ao FMI e outros organismos imperialistas que se sentiram ultrajados. Mais uma vez o Ministério do Trabalho protagonizou a luta pela soberania do país.

O governo radical, popular e nacionalista de Getúlio Vargas foi um desafio maior do que os interesses imperialistas podiam tolerar. Em conluio com os setores mais conservadores da elite brasileira, arma-se mais um golpe de Estado visando aniquilar os esteios da luta anti-imperialista. Por amor à nação, Getúlio tira sua vida e entra na história. O cerne da carta-testamento que Getúlio legou ao povo brasileiro é o vínculo que une a espoliação do país à espoliação do povo.

Sobre os alicerces industriais deixados por Vargas, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek expande a produção manufatureira do Brasil pela substituição de importações. A estrutura sindicalista brasileira cresce junto do sistema industrial brasileiro. No governo de João Goulart, o Ministério do Trabalho adquire uma importância ainda maior em razão da pressão inflacionária causada pela Remessa de Lucros cuja regulamentação havia custado a vida de Getúlio. Os ajustes do salário-mínimo eram parte integral das Reformas de Base, que contemplavam a extensão dos direitos trabalhistas ao campo por meio do Estatuto do Trabalhador Rural. As Reformas atacavam o coração da condição colonial brasileira, defendendo a que o excedente econômico brasileiro permanecesse no país para a formação de meios de produção nacionais e combatendo a superexploração do trabalhador agrícola, fundamental para nossa manutenção como meros exportadores de commodities.

Mais uma vez a independência do Brasil incomodou os Estados Unidos que baixou sua pesada mão na forma de um golpe de Estado. Setores dos militares traíram o Brasil e se apossaram do poder por décadas. Entretanto, a estrutura combativa da classe trabalhadora deixada por Getúlio Vargas mostrou-se fundamental na dupla luta pela soberania nacional e pela questão social. As greves de Contagem e Osasco foram a expressão da batalha contra o arrocho salarial que visava engordar os lucros das transnacionais.

Na redemocratização, a estrutura do Ministério do Trabalho revelou-se fundamental na luta contra o moribundo regime militar. Com o retorno do fantasma da inflação ao país em razão da crise mundial do dólar nos anos 70, o Novo Sindicalismo foi o protagonista na mobilização pela recomposição dos salários, desidratados pela escalada de preços. Embora criticada, a unicidade e a contribuição sindical foram importantes instrumentos para a organização dos trabalhadores em um momento crucial de nossa história. Foram em parte graças a esses institutos que os trabalhadores puderam protagonizar a luta pelas Diretas Já.

Os anos 90 foram marcados pelo neoliberalismo e o consequente ataque ao Ministério do Trabalho. O fim dos juízes classistas foi um duro golpe desferido contra a Justiça do Trabalho. As greves foram fundamentais na luta contra as privatizações, com destaque para a mobilização dos petroleiros em 1994. No entanto, a desindustrialização a partir da abertura desenfreada da economia brasileira no governo Collor começou a minar o alicerce industrial do sindicalismo brasileiro.

Nos governos Lula e Dilma, a estrutura varguista do Ministério do Trabalho foi a coluna vertebral da mais importante conquista dos trabalhadores nesse período: a valorização do salário-mínimo acima da inflação. O aumento no poder de compra da classe trabalhadora foi central para a prosperidade econômica percebida nesses anos por causa do aquecimento do mercado interno. Contudo, como é uma constante em nossa história, a soberania econômica do Brasil – mesmo hesitante – foi suficiente para despertar a ira do império estadunidense, que patrocinou mais um golpe de Estado no Brasil.

O capitalismo mundial mais uma vez aproxima-se de uma grande encruzilhada. O modelo financista de acumulação esgotou-se e não há nenhuma solução a vista para os países de primeiro mundo. Por isso, há um recrudescimento do imperialismo na forma de guerras híbridas que objetivam destruir os alicerces da soberania econômica nos países de terceiro mundo. A tomada do petróleo nacional, a entrega da Embraer, o ataque judicial à tecnologia da construção civil brasileira, o ataque a nosso setor

nuclear e a privatização criminosa de nossas riquezas nacionais são parte integrante do desespero dos países centrais. Sem o excedente econômico extraído dos Trabalhadores do Brasil, sua hegemonia periga perecer.

É nesse contexto que a Reforma Trabalhista, a Terceirização Irrestrita e a Destruição da Previdência surgem como expedientes para garantir que as riquezas geradas pelos Trabalhadores do Brasil sejam sugadas pelas perdas internacionais. O fim do Ministério do Trabalho – o Ministério Revolucionário – tem por objetivo desorganizar a classe trabalhadora, como ficou patente na extinção da contribuição sindical. Notícias veiculadas pela mídia apontam que o governo lesa-pátria de Bolsonaro tem agora a unicidade sindical na sua mira. Trata-se de um claro projeto de desmantelamento do órgão que corporifica a questão social no Estado brasileiro – mais uma vez revelando, tal como na Carta Testamento de Vargas, a indissociabilidade da questão social da questão nacional.

O modelo financista de valorização do capital imposto ao Brasil deixa um legado de destruição no tecido social brasileiro. A superexploração, isto é, a exploração do trabalho a um grau que não permite a reprodução social do trabalhador e sua família a um nível normal, voltou a crescer na forma de novas relações de trabalho irregulares. Os subocupados, trabalhadores que forçosamente desempenham atividade remunerada por menos do que 40 horas semanais, tiveram um salto de pouco mais de 4 milhões de brasileiros no final de 2015 para mais de 7 milhões no segundo trimestre de 2019¹. Embora a taxa de desemprego apresente uma leve redução desde o pico de 13,1% no final de 2016 para 12% no segundo trimestre desse ano, os dados do Caged apontam que a maioria dos postos de trabalho foram criados na informalidade. No trimestre móvel encerrado em janeiro deste ano², a expansão da quantidade de trabalhadores ocupados por conta própria foi de 3,1% e os assalariados sem carteira assinada no setor privado aumentaram em 2,9%, enquanto os trabalhadores com carteira assinada no setor privado tiveram recuo de 1,1%. Além disso, dos postos de trabalho formal gerados entre abril de 2018 a janeiro de 2019, 23% foram em regime parcial ou intermitente. O desalento, a desistência do trabalhador em buscar emprego, explodiu de cerca de 1% da população em idade ativa para quase 3%, revelando o grau de desgaste do mercado de trabalho nacional.

A uberização dos trabalhadores do Brasil é a faceta mais moderna desse processo de desmantelamento de nossas instituições trabalhistas. Transnacionais conseguiram monopolizar até mesmo segmentos do mercado informal brasileiro por meio de aplicativos de celular, extraíndo mais-valor de sujeitos travestidos de empresários que procuram valorizar a si mesmos como se fossem um capital autônomo, aumentando os acidentes de trabalho e de trânsito.

Esse retrocesso na estrutura do mercado de trabalho brasileiro não pode ser dissociado de um projeto de recolonização corporificado na desindustrialização do Brasil. Entre 1984 e 2018, a participação da indústria brasileira no PIB recuou de 27,3% para 11,3%³. Restaura-se o ciclo vicioso de dependência por manufaturados e diminuto mercado interno que havia mantido o Brasil em uma posição subordinada no mercado mundial antes da Era Vargas.

¹Esses dados foram extraídos da 43ª edição dos Cadernos de conjuntura do IPEA, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190618_cc_43_mercado_de_trabalho.pdf

²Dados do Caderno de Conjuntura do IPEA nº 42, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190320_cc_42_mercado_de_trabalho.pdf

³<https://valoradicionado.wordpress.com/2019/02/28/desindustrializacao-segue-intensa-em-2018/>

O Ministério do Trabalho – o Ministério Revolucionário de Vargas – é o vínculo que une a prosperidade do povo brasileiro com nossa emancipação enquanto Nação. Não é possível separar o esgarçamento do tecido social do Brasil e a correlata piora na qualidade de vida do nosso povo da recolonização de nosso país expressa na desindustrialização imposta pelo modelo financista de acumulação capitalista. É nesse sentido que o Projeto Nacional de Desenvolvimento proposto por Ciro Gomes é muito mais do que um programa de governo. Ele é o instrumento de autoconhecimento de um povo, diagnosticando os problemas da financeirização no Brasil e o grito rebelde dos Trabalhadores do Brasil clamando pela industrialização de nosso país. Precisamos voltar a pensar o Brasil estrategicamente.

Antonio Neto
Presidente da CSB
Membro da Executiva Nacional do PDT

É preciso substantivar nosso projeto de educação

*Por Gilson Reis**

A educação brasileira passou, ao longo dos séculos, por diferentes fases, distintas ideias pedagógicas e diversas práticas educacionais, que vão desde a catequização jesuítica até o cenário de enfrentamentos que vivenciamos hoje, nesta segunda década do século XXI.

Em seu livro “História das ideias pedagógicas no Brasil”, o filósofo e pedagogo Demerval Saviani, professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), dividiu essa trajetória em quatro períodos. O primeiro, abrangendo as concepções pedagógicas que vigoraram do início da colonização até meados do século XVIII, é justamente o que pressupôs, pela influência dos jesuítas, um monopólio religioso sobre o processo educacional. O segundo, que se estendeu até o início da Era Vargas, corresponde à época em que a vertente religiosa passou a dividir espaço com a atuação leiga na instrução pública, mas ainda ligada a uma pedagogia dita tradicional. O terceiro, até 1969 — ano do endurecimento da ditadura civil-militar que tinha sido instaurada em 1964 —, foi marcado pelo predomínio da chamada pedagogia nova, movimento no qual se destacam nomes como Anísio Teixeira, que articulou as bases filosóficas e políticas da renovação escolar, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e, como líder do movimento de educação popular, Paulo Freire. E, por fim, o quarto, até o início dos anos 2000, com a crise da Escola Progressiva e a configuração de uma concepção pedagógica tecnicista e produtivista.

Esse último período merece um recorte especial, uma vez que ele próprio se subdivide em três tempos. De 1969 a 1980 — período que, não por acaso, abrange os chamados anos de chumbo e, posteriormente, a progressiva derrocada da linha mais dura do governo militar, bem como a reascensão dos movimentos de trabalhadores —, sobressaiu-se a pedagogia tecnicista. Não foi em vão. As reformas educacionais levadas a cabo pela ditadura civil-militar intencionavam, ainda que não declaradamente, eliminar nas escolas o espaço para o pensamento crítico, e isso passava por um pretenso pressuposto de neutralidade científica, tentando reordenar o processo pedagógico de modo a torná-lo objetivo e operacional, imputando-lhe características do próprio modelo industrial.

A partir dos anos 1980 até o início da década de 1990, contudo, o Brasil viveu sem processo de redemocratização, no meio do qual está toda a discussão da Assembleia Constituinte e consequente promulgação da Constituição de 1988 — não chamada à toa de Constituição Cidadã —, que elegeu precisamente a educação como primeiro dos direitos sociais fundamentais. É nesse esteio de resgate democrático — durante o qual são fundadas as entidades educacionais e de trabalhadores em educação, como a Contee —, que surgem as pedagogias contra-hegemônicas, entre as quais a pedagogia histórico-crítica formulada pelo próprio Saviani, que, contrariamente ao modelo conteudista, defende o acesso aos conhecimentos e sua compreensão por parte do estudante como instrumento de reflexão e transformação da sociedade. Nas palavras do pedagogo, a “prática social põe-se, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa”.

Todavia, a ascendência das políticas neoliberais nos anos 1990 até o início deste século interferiu nos modelos pedagógicos, instituindo um neoprodutivismo determinado pelos interesses do capital, o que Savini batiza de “pedagogia da exclusão”. De um lado, no que toca à escola pública, o próprio Estado se insere no sentido de uma avaliação quantitativa, quase fabril, buscando obter o máximo de resultados numéricos — aumento de vagas e melhoria de índices, por exemplo, mas sem uma aprendizagem crítica efetiva e sem alterar a lógica perversa da exclusão do mercado de trabalho e/ou da participação ativa na sociedade — com os recursos destinados à educação.

De outro, tem-se o crescimento indiscriminado do ensino privado não mais como confessional, comunitário ou sem fins lucrativos, e, sim, em sua vertente mercantil. Daí advém o processo de mercantiliação, financeirização, e desnacionalização do ensino no Brasil, primeiramente no nível superior, mas que se estende cada vez mais para a educação básica. E daí se explica também o agravamento do atual cenário, erigido sobre as bases do desmonte e consequente, privatização, oligopolização concentração e centralização da escola e da universidade públicas.

Esse retrospecto histórico é essencial para que entendamos, hoje, as forças que estão em disputa e nossa função em defesa não apenas da educação, genérica, mas de qual educação. Uma primeira questão que se tem colocado entre os formuladores de políticas públicas é justamente essa preocupação com o papel da educação. Muitas vezes, inclusive nessas últimas manifestações nacionais das quais participamos — a Greve Nacional da Educação de 15 de maio, o Dia Nacional em Defesa da Educação de 30 de maio, a Greve

Geral da Classe Trabalhadora de 14 de junho e este último Tsunami da Educação de 13 de agosto —, falamos na defesa da educação como pauta e tema geral. Devemos, no entanto, não só discutir o processo de defesa da educação, mas dar substantivos e adjetivos à nossa defesa. É imprescindível ter como referência uma ideia-força: a educação que defendemos é uma educação pública, estatal (não serve qualquer educação pública que não como política de Estado), laica (precisamos regatar a laicidade do Estado nacional), democrática (combatendo as forças que querem calar o pensamento crítico) e referenciada na formação plena da cidadania e dos direitos plenos dos cidadãos. Isso implica termos projetos pedagógicos claros, em contraponto, inclusive, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada à revelia de uma discussão profunda com os atores educacionais e com a sociedade civil organizada. Defender a educação, no discurso, todo mundo defende; até o capital, o mercado, todo o consórcio economicamente ultraliberal e político-moralmente protofascista que se apropriou do país a partir do golpe de 2016. Por isso, é preciso substantivar nosso projeto de educação, diferenciando-o do deles.

Quatro argumentos preliminares se mostram fundamentais para compreendermos o que estamos debatendo sobre educação pública. O primeiro é o de que, hoje, a educação está no centro do retrocesso político, econômico e social pelo qual passa o país. O princípio consagrado na Constituição de 1988 está sob ataque de todas as formas possíveis. A política do atual governo, como também foi a de seu antecessor, é servil ao mercado financeiro, cujo objetivo é ampliar os lucros, privatizar a educação superior e básica brasileira, facilitar a entrada do capital financeiro e agradar, com ganhos certos, as grandes corporações internacionais de capital aberto que atuam no Brasil no domínio de instituições públicas e privadas. Isso implica o fim da educação como direito e como dever do Estado, bem como a colocação do Brasil, no âmbito da educação, na lógica do mercado, e não da formação com qualidade de nossas crianças e jovens.

Para tanto, os ataques passam pelo congelamento dos investimentos públicos, via Emenda Constitucional 95; pelos cortes nos recursos, não só nos orçamentos das universidades e institutos federais, mas também em programas da educação básica; pela inviabilização do Plano Nacional de Educação (PNE) e de metas como a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública, a instituição do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e a implementação do Sistema Nacional de Educação, englobando rede pública e setor privado; a destinação de bolsas dos

Programa Universidade Para Todos (ProUni), em sua maioria, para cursos na modalidade Educação a Distância (EaD), sem garantia de qualidade e com rebaixamento da formação, aliada à desprofissionalização do magistério; a uberização da atividade docente; a abertura ao homeschooling, que tanto vai ao encontro da demanda do movimento Escola Sem Partido — pretensamente poupando os estudantes da suposta “doutrinação ideológica” e do imaginário “marxismo cultural” que pairariam fantasmagoricamente sobre as salas de aula — quanto do favorecimento dos estabelecimentos privados de ensino, com fins lucrativos, por meio da abertura de um outro nicho de mercado: o das avaliações.

Devemos discutir a educação como um direito assegurado ao povo brasileiro e, portanto, uma segunda questão que precisamos debater e reafirmar é que a educação, como nós conhecemos e defendemos, está na fronteira da resistência democrática no país. Se olharmos o papel do Estado brasileiro e das várias organizações que compõem sua estrutura — os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a imprensa, as múltiplas entidades da sociedade civil —, veremos que grande parte está sob o comando do capital, do mercado, dos que encabeçam a série de retrocessos que enumeramos aqui e tantos outros. Por causa disso é que esses setores buscam o controle, de forma desesperada e articulada, também sobre a educação: porque ela é um dos poucos espaços onde ainda há disputa de poder. A cruzada ideológica empreendida por essas forças e seu conjunto de formulações — como o movimento Escola Sem Partido, o combate a uma suposta ideologia de gênero — visa a inviabilizar esta que é uma das últimas fronteiras do espaço democrático no Brasil.

Isso nos leva à terceira preliminar: a educação como instrumento de resistência. A educação está para o nosso momento histórico como os metalúrgicos estavam para os anos 1970 e 1980. É ela o fator decisivo da mobilização política nacional, desde o golpe de 2016 — que não foi um golpe apenas contra a presidenta Dilma Rousseff, e, sim, contra a própria democracia brasileira — até mais recentemente, agora, nessas grandes manifestações públicas que tomaram as ruas e praças do país. A educação nacional ganha importância fundamental na luta política e temos uma responsabilidade histórica com essa luta.

Finalmente, a educação como setor decisivo no processo de construção do projeto de desenvolvimento soberano, nacional e com valorização do trabalho. A formação qualificada sob todos os aspectos de nossas crianças e jovens se faz necessária na consolidação de uma geração intelectualmente preparada, socialmente incluída e politicamente engajada. Uma educação profundamente vinculada a ciências e tecnologias,

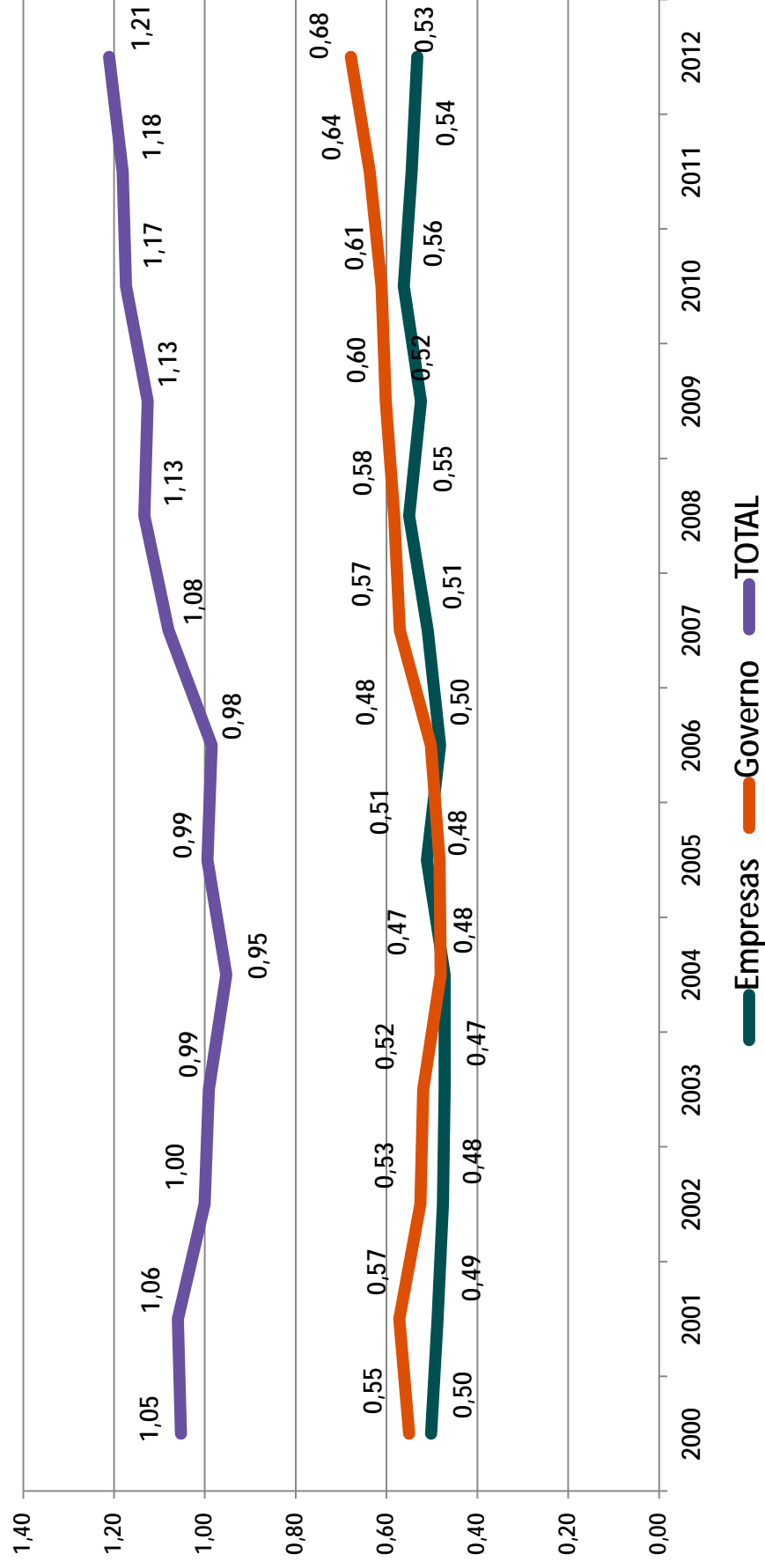
capaz de inserir o país na fronteira do conhecimento global. Uma educação que estabeleça a participação da nação brasileira na novíssima divisão internacional do trabalho constituída nas revoluções 4.0 e 5.0. Educação ou morte, eis nosso grito de liberdade.

**Gilson Reis é vereador do município de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e coordenador-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino — Contee*

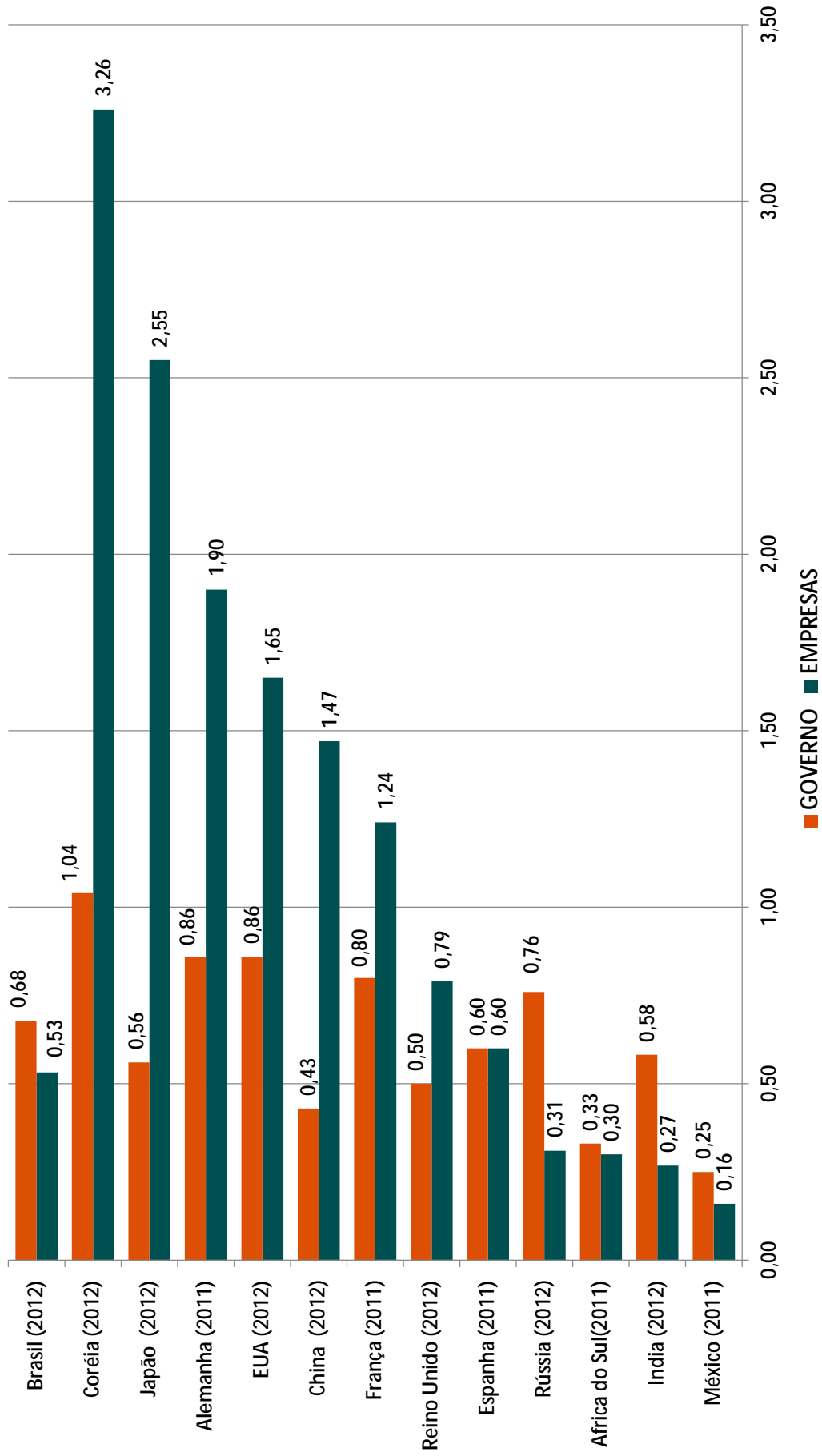
Marcos da Estruturação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia



Dispêndios em (P&D) no Brasil % do PIB

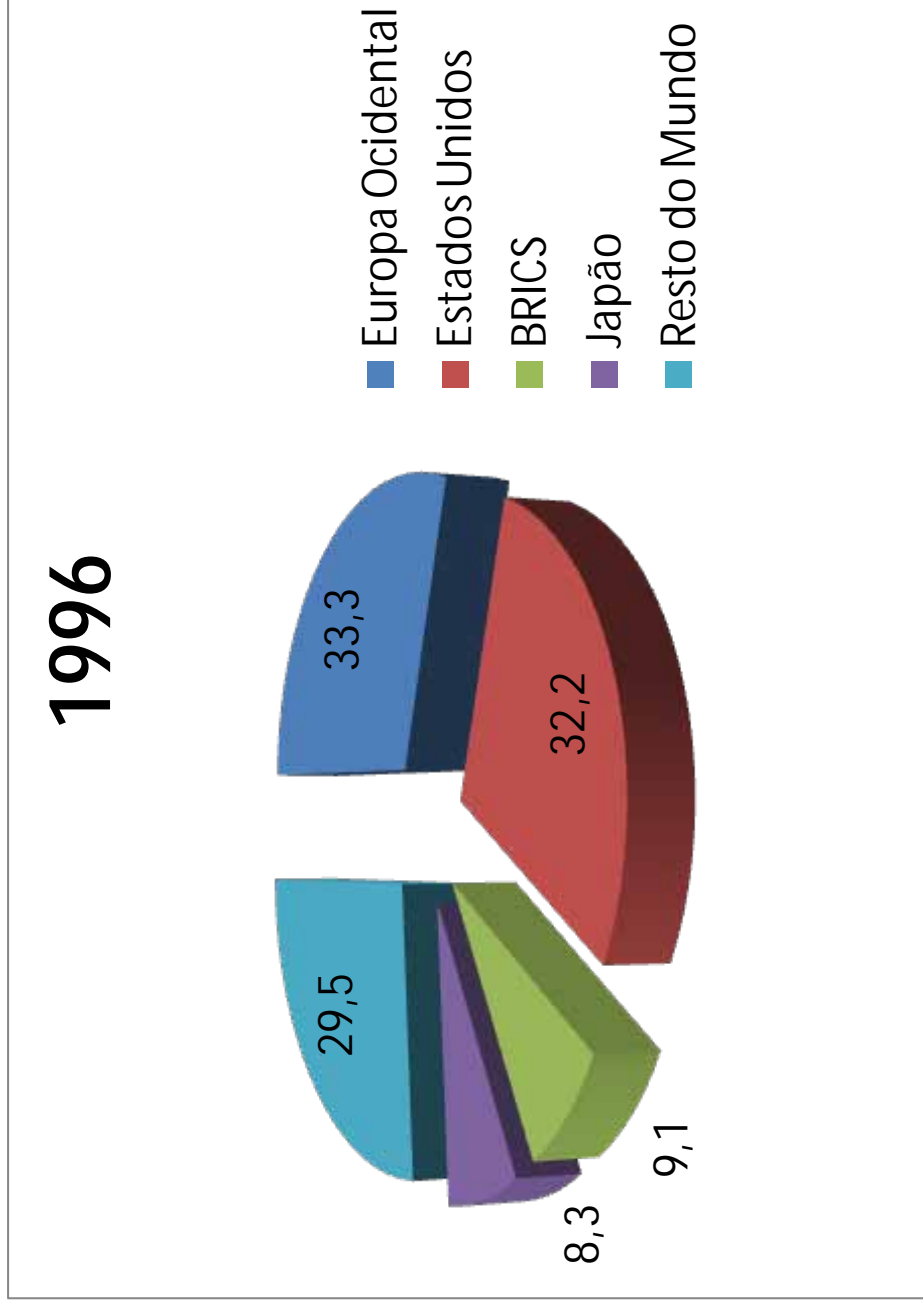


Dispêndios em países selecionados (P&D) % do PIB



Participação na Produção de C&T Mundial

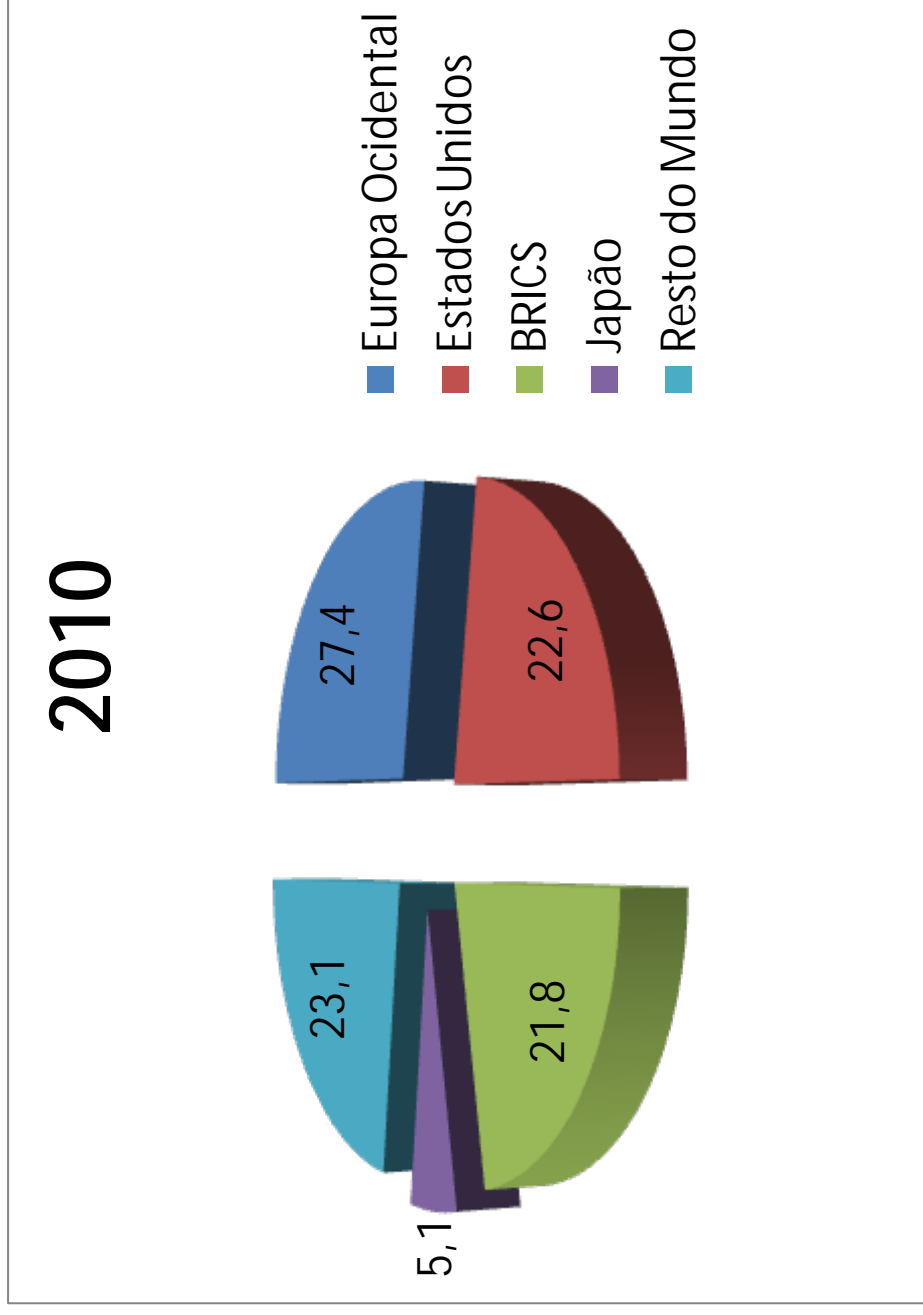
(% do Total)



Fonte: **SCImago Journal & Country Rank**

Participação na Produção de C&T Mundial









(% do Total)



Fonte: **SCImago Journal & Country Rank**








Produção do conhecimento no Mundo (2015)

Publicações em todas as áreas

	País	Publicações	Citações
1	 United States	494.790	352.934
2	 China	438.601	152.140
3	 United Kingdom	141.425	111.107
4	 Germany	136.516	98.852
5	 Japan	107.171	51.447
6	 India	106.078	34.961
7	 France	96.467	64.942
8	 Italy	84.016	60.766

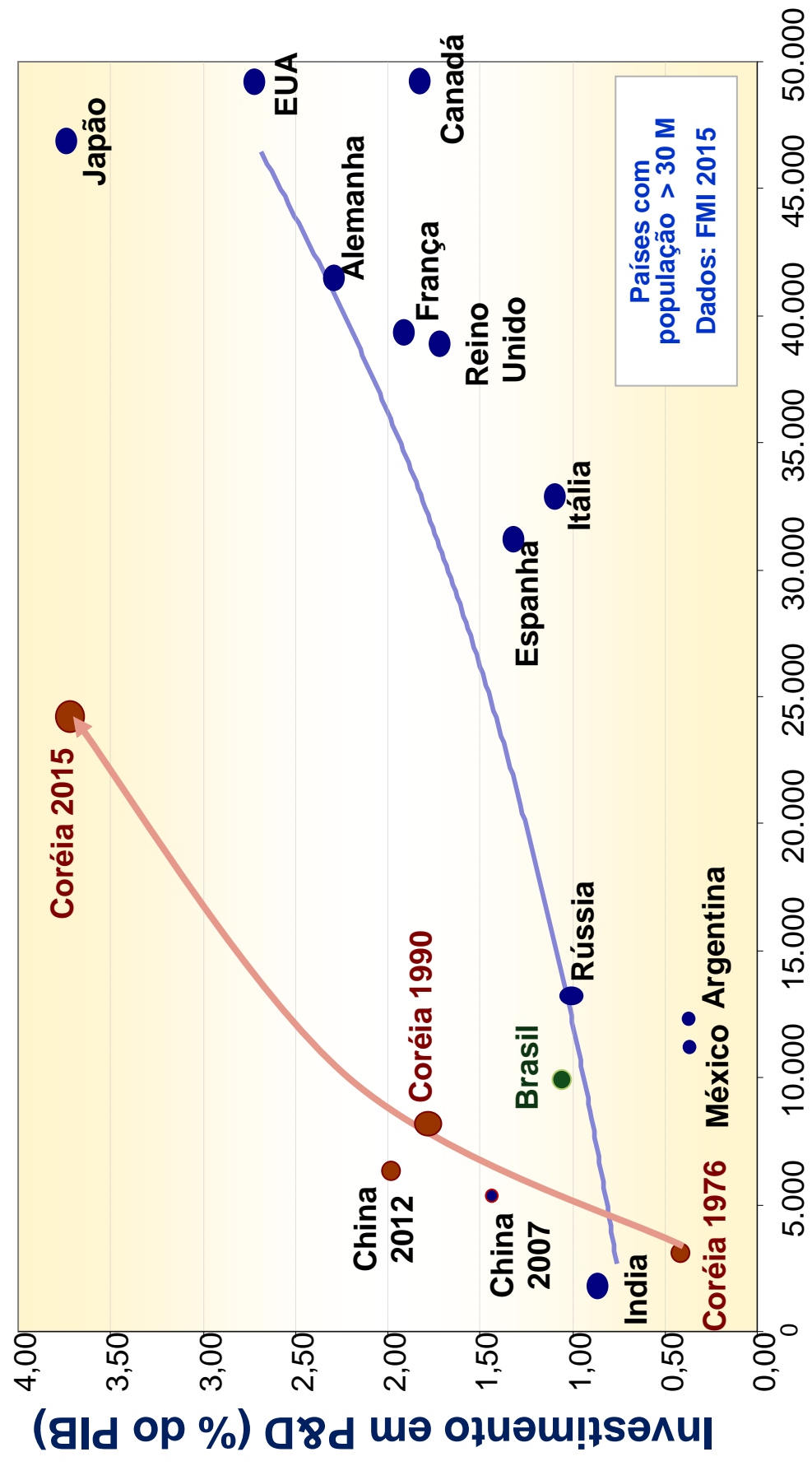
Produção do conhecimento no Mundo (2016)

Publicações na Área das Engenharias

País		Publicações	Citações
1	 China	148308	108734
2	 United States	85134	71642
3	 India	31486	18100
4	 Germany	25908	20648
5	 Japan	25599	14194
6	 United Kingdom	23426	22993
7	 South Korea	20118	16113
8	 France	17609	14009



É possível um país sem tradição em C&T mudar seu padrão de desenvolvimento?



PIB / capita (US\$ PPC)

Evolução e Crise do Sistema Nacional de Fomento da CT&I



Retração nos financiamentos federais para CT&I

Valor Salvo, domingo e segunda-feira, 20, 21 e 22 de março de 2017

Valor Salvo, domingo e segunda-feira, 20, 27 e 28 de março de 2010

Gasto do governo com juros quase dobra em um ano e chega a R\$ 540 bi

Os gastos com juros do setor público atingiram R\$ 540 bilhões nos 12 meses até janeiro, o equivalente a 9,1% do PIB, um salto expressivo em relação aos 5,5% do PIB registrados em 2014. Nesse período, as despesas financeiras foram infladas especialmente pela alta da taxa de juros, o aumento da inflação e a desvalorização do câmbio.

No acumulado de 2016, esses gastos devem ser menores como proporção do PIB, devido à inflação mais baixa e às perspectivas para a trajetória do real, que podem fazer o Banco Central ir ga-

Gosto com juras no Brasil e outros países

■ % do PIB
Acumulado em 12 meses



■ Comparação Internacional - 2015



Em 2016 o Brasil gastou cerca de R\$ 600 bilhões com juros da dívida. Cerca de R\$ 2 bilhões por dia útil.

DESAFIOS GERAIS

Alavancar os investimentos empresariais em P&D para alcançar o total de 2,0% do PIB em P&D.

Em 10 anos posicionar o Brasil na fronteira do conhecimento em áreas como, Agricultura, Aeronáutica, Saúde, Energia, Tecnologia da Informação, Defesa, entre outras por meio de plataformas tecnológicas prioritárias.

Fortalecer a infraestrutura de pesquisa nas universidades e institutos para melhorar e ampliar o ambiente da inovação.

Através dos Fundos de Investimento, fortalecer a criação de empresas nascentes de base tecnológica.

Observatório da Democracia - Políticas Públicas para Habitação

Margareth Matiko Uemura¹

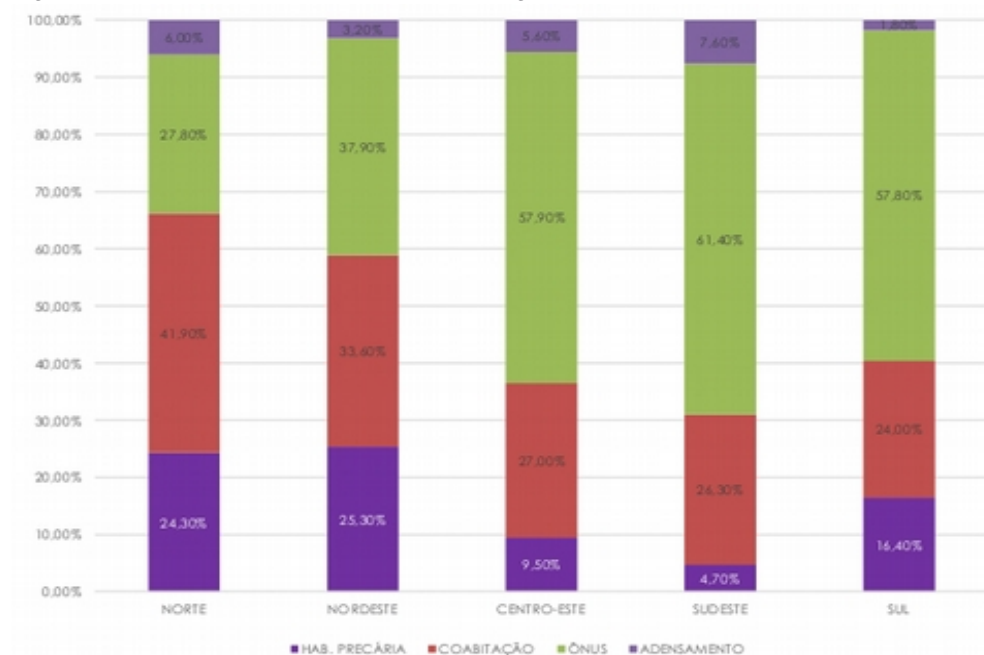
No Brasil, historicamente se constituiu políticas públicas que responderam a demandas específicas e conjunturais e não se tornaram Políticas de Estado para fazer frente a diversidade regional e as características do déficit habitacional que são apresentadas desde 2000 pela Fundação João Pinheiro. Iniciamos no Brasil um processo de construção de um sistema de desenvolvimento urbano com o Ministério das Cidades em 2003 e a construção do Plano Nacional de Habitação - PLANHAB em 2009, onde a política urbana setorial, incluindo a habitacional, estava sendo organizada e os programas propostos consideravam as características das demandas do déficit habitacional e as diferenças regionais. No entanto, não avançamos na sua implementação.

A falta de recursos orçamentários, aparentemente um problema para as demais políticas públicas, não foi um impedimento para a execução de moradias em escala na última década, onde se pode observar a centralidade da habitação na agenda federal. Foram investidos vultuosos recursos que não atenderam a população de menor renda, não enfrentaram o déficit e produziram mais desigualdades e exclusão.

O déficit habitacional hoje é de 6.355.743 domicílios (9% dos domicílios no Brasil), segundo dados de 2015 da Fundação João Pinheiro, sendo que 50% é composto pelo ônus excessivo com aluguel, ou seja, famílias que vivem com até 3 salários mínimos, cujos gastos com aluguel excedem a 30% de sua renda mensal. Esse é um primeiro alerta em relação a adequação da Política Pública Habitacional que poderia regulamentar o mercado de locação como uma modalidade de acesso à moradia, a somente optar pela transferência de propriedade com a construção de nova moradia. O segundo maior déficit é a da coabitação familiar, cuja família compartilha cômodos ou convive com outras, que representa 30% do déficit. Neste caso, o déficit pode também ser suprido por unidades prontas ofertadas no mercado de locação, além da construção de novas moradias. O mesmo para o adensamento excessivo, onde três pessoas ocupam o mesmo cômodo alugado, que representa 5% do déficit. Os demais 15% representam o déficit por Habitação Precária, que são domicílios rústicos ou improvisados², historicamente presentes em assentamentos precários como favelas.

Se observarmos regionalmente, quase a metade do déficit na região Norte (41,90%) são domicílios coabitados, seguido do Nordeste que tem seu déficit dividido entre coabitação (33,06%) e ônus excessivo por aluguel (37,9%), o Centro-Oeste, Sudeste, Sul, onde se destaca, com mais de 50% dos domicílios, o ônus excessivo por pagamento de aluguéis. A habitação precária, objeto de programas de melhoria urbana e habitacional está presente no Norte e Nordeste, com percentuais que chegam a 25%.

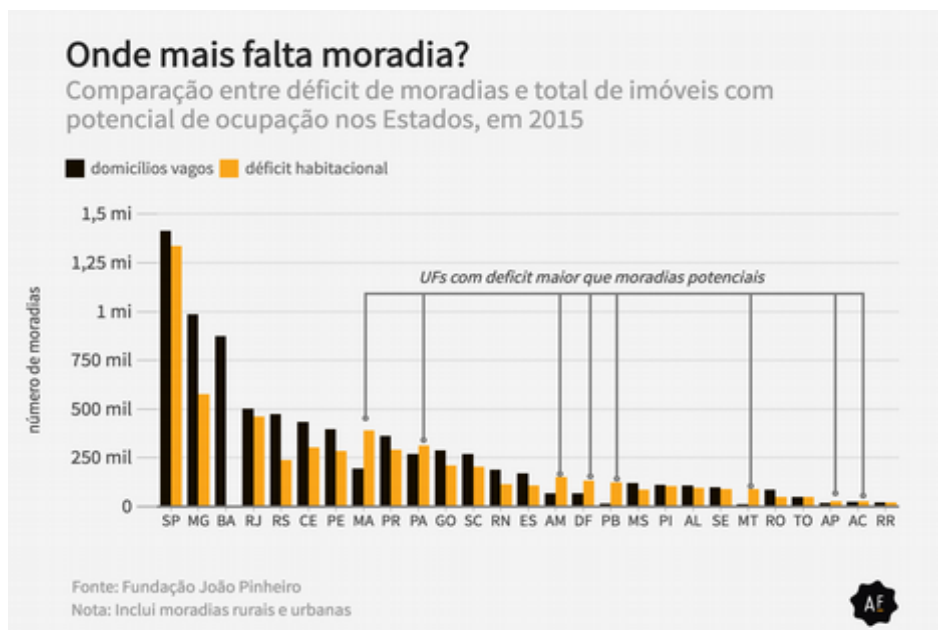
Fig.1 – Distribuição do Déficit por região do país



Elaboração: Instituto Polis (2019)

Além disso, é importante atentar para a quantidade de imóveis vagos nos Estados. Em alguns casos como MA, PA, AM, DF, PB, MT, AP e AC os domicílios vagos superam o déficit. Claramente, nem todos serão adequados ao uso residencial, mas é importante que esta relação esteja sempre presente para que políticas habitacionais se atentem ao máximo para o cumprimento da função social da propriedade e utilizem as infraestruturas já instaladas e, portanto, ocupem esses imóveis vagos para fins de moradia.

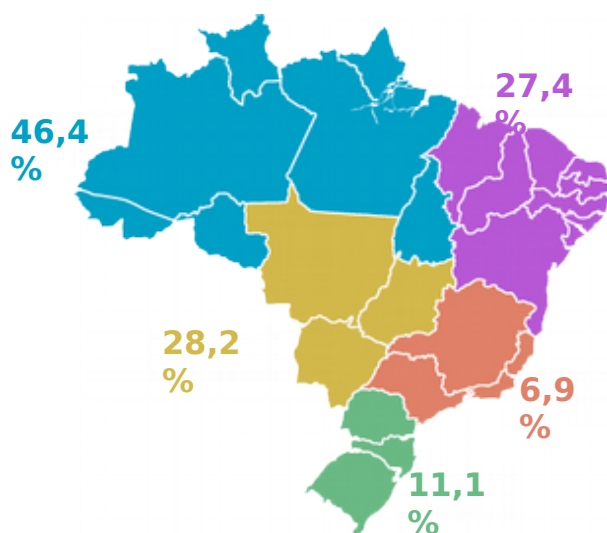
Fig. 2 – Relação entre os domicílios vagos e déficits habitacionais por estado.



Elaboração: Aofatos.org. (2015)

Acabamos de relatar os dados para o déficit denominado “quantitativo”, ou seja, que é visto somente como produção de novas moradias. Mas ainda temos o déficit por inadequação domiciliar, dado também produzido pela Fundação João Pinheiro, que aponta a carência de infraestrutura nos domicílios próprios, e que é um déficit “qualitativo”, ou seja, a população tem acesso a moradia, mas ela não é adequada.

No Brasil 9,5 milhões de domicílios tem alguma carência de infraestrutura (abastecimento de água, coleta de esgoto, falta de energia elétrica ou coleta de resíduos) ou todas elas, significando 16% dos domicílios no Brasil. O Norte tem o maior déficit qualitativo e também quantitativo, seguido do centro oeste, nordeste, sul e sudeste. Além da falta de infraestrutura, existem os domicílios sem unidade sanitária exclusiva que corresponde a 191 mil domicílios próprios. Neste caso, os programas de melhoria habitacional seriam adequados ao atendimento deste déficit, assim como para o atendimento do adensamento excessivo em domicílios próprios que corresponde a 1 milhão de moradias no Brasil.



A inadequação fundiária, outro grave problema no Brasil, está subdimensionada porque o Censo 2010 não trabalhou com variáveis que possibilitassem tal leitura.

A Política de Habitação, portanto, além de ter o desafio de atender a essa diversidade de demandas regionalizadas, também deveria ser territorializada e prever a intersetorialidade no atendimento da população de maior vulnerabilidade social. O acompanhamento social, visto de forma mais abrangente (saúde, assistência, educação), é imprescindível nas políticas de habitação.

A visão proposta é que as políticas deveriam ser territoriais e não setoriais. O PAC – Plano de Aceleração do Crescimento lançado em 2007 destinou recursos para urbanização de favelas denominado PAC-UAP- Urbanização de Assentamentos Precários, que tinha o caráter de integrar intervenções setoriais – política que combinavam crescimento econômico com ações redistributivas³. As políticas de mobilidade e saneamento que provêm de infraestrutura básica e oferta de serviços estão diretamente associadas à

qualidade de vida e condições do habitar e, por isso, suas políticas deveriam também ser trabalhadas sempre de forma integrada à habitacional, para garantir qualidade de vida e proximidade entre local de moradia, local de trabalho e diminuição do tempo de deslocamento. A mesma integração vale para a política ambiental nos processos de urbanização das favelas, mocambos, palafitas, etc.

A política habitacional integrada à política urbana faria parte de um sistema de desenvolvimento urbano, como foi colocado anteriormente, e não como uma política setorial. Já está demonstrado pelas experiências municipais que as políticas locais de habitação integradas a política de desenvolvimento urbano utilizando instrumentos já amplamente divulgados como as ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, Parcelamento e Edificação Compulsória - PEUC e/ou a Preempção, deram resultados melhores, porque produziram habitação mais bem localizadas e com infraestrutura disponível. Da mesma forma, que as ZEIS permitiram a urbanização de assentamentos precários na cidade, melhorando as condições urbanas e realizando desadensamentos necessários a execução de obras de infraestrutura e atendendo a população no mesmo local.

Outro aspecto positivo das ZEIS demarcadas por alguns municípios do Brasil foi a aplicação do instrumento em vazios urbanos ou prédios abandonados, que propiciaram a reforma de edifícios e a produção de habitação em menor escala, propiciando a população morar próxima ao local de trabalho. Em alguns casos foi associado ao instrumento da PEUC em áreas subutilizadas trazendo bons resultados como mostra a pesquisa realizada pela UFABC⁴. O processo de notificação destes imóveis (terrenos, edifícios, galpões, lotes) tem também um efeito de publicizar os imóveis que não cumprem sua função social, levantar dívidas associadas a esses lotes e possibilitar a constituição de um banco de imóveis bem localizados com infraestrutura disponível para atendimento da população de baixa renda.

A Estruturação de uma política específica de moradia para a área central pode utilizar-se de algum desses instrumentos citados. O acesso à moradia na área central nas grandes e médias cidades pode estabelecer como prioridade o atendimento à população de renda muito baixa que mora precariamente nos centros (p. ex. cortiços) e trabalha nas proximidades, ao mesmo tempo em que promove a ocupação diversificada da região central.

A Política de desenvolvimento urbano deve concretizar a função social da terra, com a aplicação associada dos instrumentos do Estatuto das cidades para a utilização de imóveis vazios e subutilizados bem localizados para atendimento da população de menor renda.

Recentemente, a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Habitação associados aos Planos Diretores fez com que os dados sobre o déficit fossem apropriados pelos municípios brasileiros, mas a falta de financiamentos adequados ao atendimento das diversas demandas não faz com que eles se efetivem, além da predominância da construção nova sob qualquer outra forma de acesso à moradia.

No caso do PLANHAB foram previstas as diversas modalidades de atendimento para demandas variadas, mas o governo federal não aprovou os recursos orçamentários para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS necessários a implementação da política e, tampouco, criou linhas de

financiamento para outras modalidades que não fosse a de produção de novas moradias.

A destinação do Orçamento Público para atender à necessidade habitacional das famílias que recebem até 3 salários mínimos deveria ser obrigatória. O subsídio para o acesso à moradia a estas famílias deveria ser prioridade. E, com isso, aborda-se a limitação dos financiamentos para a transferência de propriedade a esta demanda, devido a baixa capacidade de endividamento. Tentando uma alternativa para atendimento a esta população, em 2009 foi elaborado um projeto de lei que propõe que o atendimento habitacional seja tratado como – “serviço de moradia⁵”, endereçado a famílias com menor renda e maior vulnerabilidade social. O importante é que se garanta o acesso à moradia e não à propriedade. Neste aspecto, muitos debates jurídicos têm sido travados sobre as modalidades de acesso sem transferir a propriedade. É importante aprofundar o conhecimento sobre modelos de propriedade comunitária e coletiva da terra – gestão coletiva da terra realizado pelas cooperativas habitacionais uruguaias que acumulam vasta experiência.

O Serviço de Moradia Social como política ampla de atendimento habitacional para a população socialmente vulnerável.

Alguns programas a nível local, como de locação social, também foram experimentados em terras públicas – municipais, do Governo do Estado e da União. Um parque de locação social público com a estruturação de mecanismos de gestão para atendimento a demanda majoritária do déficit por coabitação. Outra iniciativa, também experimentada, é o uso de um estoque de moradia que já está construído, disponível para locação com a devida regulação dos valores no mercado privado, a partir, por exemplo, de uma política de incentivos: isenção de IPTU e/ou ISS para imóveis alugados abaixo do teto estabelecido e atendendo à demanda social indicada pelo município.

Quando se trata de melhoria habitacional e urbana nos assentamentos precários o atendimento deste déficit qualitativo poderia ser efetivado com uma **política de melhoria habitacional com assessoria técnica, já prevista com o ATHIS - Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social** com obtenção de créditos facilitados para reforma, etc., visando à ampliação ou a melhoria das edificações e das condições de vida.

A proposta é criar uma rede de ATHIS incluindo institutos, laboratórios, de modo a criar escritórios regionais e fomentar a formação de equipes integradas entre assessorias técnica e jurídica. Esse trabalho atualmente já é realizado pelos programas de extensão universitária e residência a exemplo do trabalho realizado pela UFBA – Universidade Federal da Bahia, com regulamentação, destinação de recursos e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de metodologias participativas.

Esse trabalho, em geral, é realizado conjuntamente com a **Urbanização integrada de assentamentos precários e regularização fundiária com melhoria habitacional**. O número do déficit mostra como é importante a urbanização das áreas precárias e melhoria das moradias nessas áreas, dando sequência às demarcações de ZEIS em áreas precárias ocupadas pelos Planos Diretores e a exigência de Planos de Urbanização para os mesmos. A ampliação das iniciativas de regularização fundiária dos assentamentos após a urbanização adequada promove segurança jurídica da posse.

A Política Habitacional e Urbana deve destacar-se pela variedade de soluções apresentadas, atuando para que se integre aos bairros existentes após a urbanização com a devida prestação de serviços públicos. Neste caso, a implementação da ATHIS como parte da política de Estado, visa um processo amplo e maciço de melhoria da moradia autoconstruída na cidade, garantindo salubridade e dignidade –, associadas ao provimento de infraestrutura (água, esgoto, drenagem), recuperação de cursos d'água, adequação de sistema viário, implantação de equipamentos e espaços públicos de qualidade (sobretudo de educação e cultura) de modo a integrar a comunidade no entorno, e, ainda, agir na geração de emprego e renda, fomentando associativismo e cooperativismo. Além da possibilidade de implantação de programa de apoio à melhoria da segurança nas ocupações em associação com a Defesa Civil do Município e de acompanhamento de ocupações para evitar áreas de risco geológico e de preservação ambiental.

A produção de novas habitações também tem seus equívocos historicamente sendo repetidos. A produção não atende a diversidade regional e tipológica e, tampouco a da constituição familiar. A tipologia habitacional construída continua sendo padronizada em grandes conjuntos e realizada em terrenos sem acesso aos serviços e infraestrutura urbana e que não permite uso misto com comércio e equipamentos públicos junto à habitação. Além disso, a produção é majoritariamente construída pelo mercado, quando já está demonstrado que o processo de produção por autogestão tem resultado melhores em todos os aspectos: da construção à gestão.

Importante frisar e reafirmar que as questões colocadas aqui não são excludentes. Elas compõem uma política que já foi amplamente discutida no debate do PLHANAB e que está aqui retratada de maneira sumária, como um registro que pouco avançamos, mesmo com o conhecimento técnico e a legislação urbana vigente hoje no país. A garantia da participação popular dos beneficiários também é imprescindível na elaboração das políticas, na sua implementação e acompanhamento dos processos e projetos, para além das decisões tomadas nos conselhos, no sentido de fortalecer a gestão, a comunidade e a qualidade dos empreendimentos.

Portanto, a política habitacional deveria garantir acesso a moradia e aos serviços urbanos de modo a integrar políticas setoriais e ser tratada como uma política de Estado, participativa e dirigida preferencialmente à população mais pobre.

Como 80% do deficit é de ônus excessivo com aluguel e coabitação, a locação social deveria ser avaliada como alternativa à provisão. Desenvolver formas de produção e gestão do parque público e do privado são essenciais para a Política Pública, incorporando os imóveis da União, Estados e Municípios.

A produção de novos conjuntos poderia ser feita por autogestão. A produção empresarial seria destinada ao parque de locação. A assistência técnica destinada para os Programas de Melhorias Habitacionais e a Urbanização destinada a Assentamentos irregulares e regularização fundiária.

Outro aspecto e não menos importante é **garantir e priorizar o direito de permanência das pessoas nos locais onde vivem como princípio básico e combater os despejos e as reintegrações de posse.**

A criminalização se dá principalmente em relação às ocupações de edifícios em áreas centrais. Os movimentos de moradia ocupam edifícios abandonados, em processo de deterioração física e que se constituem em foco de problemas para a vizinhança (riscos sanitários, esconderijo de marginais, estupros); reformam para dar condições de moradia; melhoram a segurança e por vezes desenvolvem atividades culturais a exemplo do edifício em São Paulo na 9 de julho. Com recursos próprios e uma gestão democrática melhoram as condições de habitabilidade e prestam um serviço social, eliminando vetores de doenças, provendo moradia, evitando que essa população aumente o contingente de moradores de rua, nas favelas ou em áreas protegidas.

Neste caso, articular estratégias junto aos municípios e redes locais de defensores de direitos humanos, entidades de luta pela moradia e de conflitos fundiários, com mapeamentos dos despejos e remoções forçadas, fortalece os processos de resistências junto às populações ameaçadas em consonância com a Resolução nº 10 do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

A criminalização dos que ocupam imóveis vazios e subutilizados para fins de moradia tem sido cada vez mais constante, mesmo nos casos em que claramente o espaço esteja cumprindo hoje sua função social, o que antes não ocorria.

Notas:

1 Margareth Matiko Uemura – arquiteta urbanista – Mestre em Estruturas Ambientais e Urbanas com especialização em Desenho e Gestão do Território Municipal. Atualmente é coordenadora do Instituto Polis e membro da rede nacional do BRCidades.

2 Domicílios Rústicos: sem paredes de alvenaria ou madeira emparelhada - Domicílios improvisados: imóveis comerciais, sob pontes/viadutos, etc.

3 Ver Sessão livre XVII ENAPUR – São Paulo, 2017 – CARDOSO, Adauto Lucio. Urbanização de Favelas no Brasil após o PAC: avaliação da experiência e desafios para o futuro – in: Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e regional?

4 DENALDI, Rosana. Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios e IPTU Progressivo no Tempo: Regulamentação e Aplicação. 2015

5 Projeto de Lei nº 6342/2009 – Institui no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, o Serviço de Moradia Social para famílias de baixa renda.

Investimentos do setor de Saneamento no Brasil e desafios para universalização do saneamento no Brasil

Álvaro Bittencourt Henrique Silva: Engenheiro da FUNASA e professor titular UNICEUB

Agosto 2019

1. Introdução

O acesso água tem sido motivo recorrente para instalação de aglomerados urbanos a séculos. A falta ou inexistência de água inviabiliza a instalação de cidades e aglomerados urbanos. A quantidade de água para uso consultivo e para o desenvolvimento das atividades humanas, tanto necessário ao processo produtivo industrial assim como os diversos usos concorrentes como o abastecimento de água para o consumo humano, vem aumentando significativamente com o crescimento do Brasil e outros países. Por outro ângulo a quantidade de água potável em condições econômicas de serem consumidos para atender esses diversos usos não aumentou.

Podemos simular diversos modelos de preservação de mananciais protegendo nascentes e aumentando o investimento em saneamento. Consideremos saneamento, portanto como os diversos componentes do sistema de abastecimento de água, esgotamentos sanitários e resíduos sólidos urbanos.

O sistema de esgoto sanitário pode ser dividido em três fases, a saber: coleta, tratamento e lançamento no corpo receptor que deve ter a capacidade de autodepuração dos efluentes dessas estações de tratamento de esgoto. As águas residuárias podem ter diversos usos como: (i) irrigação de áreas verdes; (ii) usos paisagísticos; (iii) descarga de toaletes; (iv) combate a incêndios; (v) lavagem de automóveis; (vi) limpeza de ruas; (vii) usos na construção (Prosab, 2006).

As alternativas de usos múltiplos não consultivos valorizam e reduzem o gasto com uso da água potável, além de garantir pontos positivos de melhoria da saúde pública e melhoria do meio ambiente (Toneto Junior, 2004:31).

No Brasil o marco regulatório do setor de saneamento está estabelecido pela Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e pela Lei 9.433/1997, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). As citadas leis trazem no corpo a tentativa de manutenção ou sustentabilidade dos investimentos em saneamento.

O fato posto no Brasil é que faltam definições precisas das atribuições de cada esfera no governo no tocante ao saneamento básico. Em função dessa situação, União, estados, Distrito Federal e municípios estabelecem ações concorrentes em alguns casos ou podem se tornar negligentes em outros. Essa situação permite a responsabilização ou estabelecem um cenário

concorrente dos agentes envolvidos nesse cenário, a alocação de recursos pode ser realizada de forma desordenada e desinteressante dentro de uma visão mais holística, que permita melhor inter-relação entre esses agentes, impactando o planejamento e a eficácia dos recursos aplicados.

2. Aspectos relevantes do setor do saneamento básico no Brasil

O saneamento possui impacto direto na qualidade de vida, na saúde, na educação, no trabalho e no ambiente da população em que está beneficiando. O saneamento básico no Brasil possui algumas formas de implementação e gestão como os modelos municipais SAAEs (Serviços Autônomos de Água e Esgoto) e modelos estaduais Companhias de Saneamento. No Brasil, tem sido marcado por uma grande heterogeneidade de perfil de acesso ao saneamento. O sistema de esgotamento sanitário tem sido parte do sistema com baixos índices de oferta. Segundo dados da Trata Brasil 52,36 por cento da população têm acesso à coleta de esgoto, quase 100 milhões de brasileiros não têm acesso a este serviço, cerca de 13 milhões de crianças e adolescentes não têm acesso ao saneamento básico, 3,1 por cento das crianças e dos adolescentes não têm sanitário em casa e 36 municípios nas 100 maiores cidades do país têm menos de 60% da população com coleta de esgoto.

Quanto ao atendimento à população de baixa renda os índices de atendimento são mais modestos fato que demanda mais recurso a fundo perdido e principalmente um sistema rígido de manutenção dos sistemas quanto aos aspectos de operação e manutenção. Apesar dos esforços de fortalecimento do setor saneamento ainda temos grande parte da população sem acesso a água tratada conforme observamos na figura 1 adaptada do painel saneamento 2019.

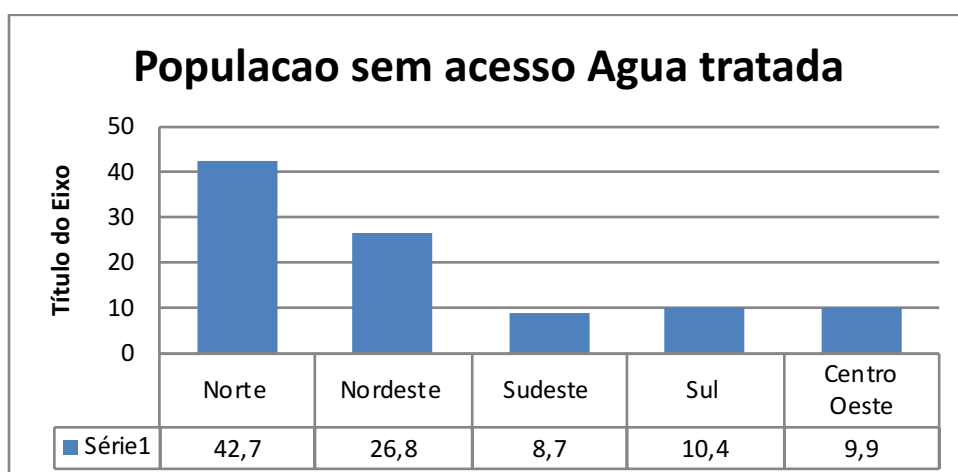


Figura 1: painel saneamento 2019 (adaptada)

A Figura 2 apresenta o total de investimento per capita necessário para universalização do saneamento básico no Brasil comparados os padrões de atendimento as populações de regiões mais afastadas dos grandes centros temos uma estimativa de investimentos necessários para universalização do saneamento Brasil em relação à população das regiões brasileiras em termos percentuais adaptado da AESBE 2006 considerando o investimento por região e crescimento da população brasileira.

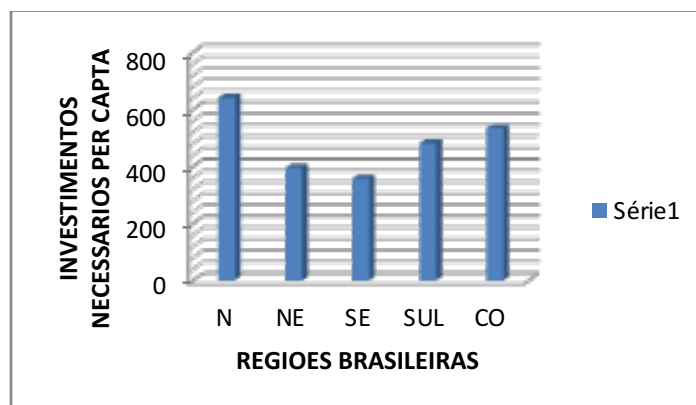


Fig. 2 Investimento per capta (adaptado AESBE 2006)

Ainda de acordo com a Figura 2, o Sudeste é a região que necessita de menor investimento per capita, em torno de R\$ 358, enquanto a região Norte necessita de um investimento da ordem de R\$ 641, sendo quase o dobro necessário. Observa-se também que a região Norte possui o maior comprometimento da renda per capita da população com relação ao total necessário a ser investido. Valores altos de investimentos indicam a necessidade de atuação do Estado com investimentos sem retorno que desobrigariam o tomador do empréstimo ao pagamento do montante recebido.

Segundo dados do Ipea, o instrumento criado para alavancar investimentos em infraestrutura com recursos do FGTS tem sido “subutilizado” tanto em volume aportado quanto em relação à natureza das aplicações. Cerca de 40% da carteira do FI-FGTS é de investimentos que nada têm a ver com projetos de infraestrutura, segundo dados da AESBE, 2019.

A carteira do FI-FGTS mostra que R\$ 33,4 bilhões da Caixa Econômica Federal existente, segundo dados do IPEA estava disponível em dezembro de 2017. Em 2016, o valor da carteira era de R\$ 31,7 bilhões. O FI foi instituído em 2007 a partir de recursos subscritos do patrimônio líquido do FGTS, montante próximo a R\$ 100 bilhões nos últimos três anos e desvinculado das contas individuais dos trabalhadores.

Em 2018, o limite de transferência do FGTS para o FI, permitido por lei, foi de R\$ 83,5 bilhões, mas o Conselho Curador do FGTS, órgão executivo do fundo para infraestrutura, previu subscrição de apenas R\$ 51,6 bilhões segundo a AESBE, 2019.

A fonte de recursos da Funasa - Fundação Nacional de Saúde, ligada ao Ministério da Saúde, sinaliza com um discreto aumento de recursos disponíveis para o setor de saneamento nos últimos anos conforme Figura 3.



Fig. 3 Receitas por ano da FUNASA (transparência.gov.br)

Quando analisamos o orçamento inicial das despesas do governo federal observamos que o orçamento de investimento do governo federal ligado as transferências constitucionais situa-se abaixo de despesas como refinanciamento da dívida, previdência social e serviços da dívida interna, por exemplo, como se pode observar na Figura 4 que trata das despesas do programa orçamentário do governo federal 2019 constante no portal transparência.gov.br acesso em agosto 2019.

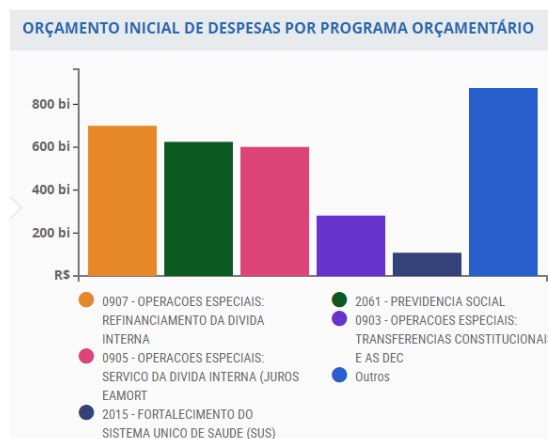


Fig. 4 - Orçamento de despesas Brasil -2019 (transparencia.gov.br)

Um ponto importante no setor saneamento consiste na necessidade de melhoria das informações do setor agregando georreferenciamento das ações e dos investimentos, ou seja, melhoria da informação especializada das políticas públicas, com posterior divulgação dos dados geográficos produzidos. O SNIS é um grande avanço em função das informações coletadas e

produzidas, mas a melhoria e democratização das informações permitiriam a análise integrada do planejamento federal, agregando dados e cotejando possíveis incompatibilidades e sobreposições de ações governamentais.

Referências bibliográficas:

ABCON (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO). Panorama da participação do setor privado.

AESBE (ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE SANEAMENTO BÁSICO ESTADUAIS). Financiamento de investimentos em saneamento básico: medidas sugeridas para expansão sustentável e modernizadora. 2006.

ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). O que é o Prodes.

FUNASA (FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE). Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

HOLCMAN, N.M.; LATORRE, M.R.D.O.; SANTOS, J.L.F. Evolução da mortalidade infantil na região metropolitana de São Paulo, 1980-2000. Revista Saúde Pública, v. 38, n. 2, p. 180-186, 2004.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Disponível em [\[https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2017&SE%5Bo%5D=a\]](https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2017&SE%5Bo%5D=a). Acessado em 25 de agosto de 2019

Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos**. 2016. Brasília: SNSA/MCIDADES, fev. 2018

PAINELSANEAMENTO. Disponível em [\[https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2017&SE%5Bo%5D=a\]](https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2017&SE%5Bo%5D=a). Acessado em 24 de agosto de 2019.

Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. **Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB**. Brasília. p. 1-173, dez. 2013. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/plansab_06-12-2013.pdf.

Brasil, da gravíssima crise socioambiental ao retrocesso acelerado

Estamos diante da mais aguda crise ambiental e de justiça social da história. Uma crise estrutural, multifacética e, pela primeira vez, verdadeiramente planetária (pois ocorre em todos os quadrantes e atinge países pobres, em desenvolvimento ou ricos). São ocorrências danosas aos humanos e à natureza confirmadas por pesquisas, contundentes provas científicas que apontam para diferentes cenários, todos críticos quanto ao nosso destino comum desta e das futuras gerações. Omissão ou fragilidade pode nos levar ao extremo de colocar em risco nossa sobrevivência. São tempos de atitudes individuais e coletivas, agendas de interesse comum e senso de urgência para todos.

Não se trata só de uma crise ambiental. Engloba todas as dimensões (ética, econômica, social, política, cultural e até espiritual). Daí, várias iniciativas, atitudes, compromissos para construção da sustentabilidade estão em pauta, em especial o inédito consenso alcançado por 193 países que firmaram na COP 21, em 2015, a **Agenda 2030** – Transformando Nosso Mundo com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS - e 169 metas nas mais diferentes áreas para alcançá-los e para redução das emissões dos gases de efeito estufa.

O Brasil - com reconhecido protagonismo mundial - sediou a histórica RIO 92 e depois a RIO + 20 em 2012 (cujo legado principal foi o compromisso de em três anos os estados-membros da ONU, suas sociedades e empresas oferecerem objetivos e metas para resolver ou mitigar a grave crise planetária) e fez bonito na Conferência das Partes – COP 21-, inclusive com ousadas metas apresentadas.

Hoje, além das mudanças climáticas e outras turbulências, vivemos uma mudança assustadora: o desmonte do construído ao longo de décadas, de desrespeito ao processo e ditames constitucionais e o descumprimento ou desatenção a compromissos assumidos pelo Estado brasileiro em instâncias planetárias – como o Acordo de Paris/COP 21/ Agenda 2030 Transformando Nosso e outros. Há uma inversão de valores como no afrouxamento de fiscalizações, no desrespeito às normas, no estímulo ao ilegal, na confusa e contraditória gestão pública, na insensata postura política de extremo conservadorismo, de negação da realidade científica e vivencial e tantas outras demonstrações de espasmos autoritários.

Sem esgotar os conteúdos e as diferentes dimensões da crise, vejamos situações e alguns dados para bem dimensionar nosso imenso desafio e assim fertilizar ainda mais a reflexão que gera ação, bem como desconstruir posições de céticos ou “negacionistas da ciência climática”.

DIMENSÃO CLIMÁTICA/AQUECIMENTO GLOBAL

- Só em 2017 tivemos 330 bilhões de euros perdidos no mundo em catástrofes naturais, conforme resseguradora alemã Munich Re e 93% se relacionaram a eventos climáticos.
- Entre 1980 e 2016, só na Europa, foram de 410 bilhões de euros a soma das perdas com desastres naturais relacionados ao clima, refletindo, sobretudo, prejuízos financeiros e ativos físicos.
- Em 2018, segundo a organização britânica Christian Aid, só as 10 maiores catástrofes climáticas geraram um custo de US\$ 91 bilhões ou cerca de R\$ 357 bilhões.
- Até 2100, conforme estudo e projeções recentes contidos no respeitado periódico científico *Nature*, um aquecimento de 2,5°C pode colocar em risco US\$2,5 trilhões em ativos na economia mundial. No cenário mais pessimista da pesquisa da *London School of Economics*, e com as incertezas de valoração dos riscos impostos pela mudança do clima, há 1% de chance de que o prejuízo chegue até US\$ 24 trilhões.
- Hoje, já são 5 milhões de mortes a cada ano devido à poluição do ar, fome e doenças como resultado das mudanças climáticas e das economias com uso intenso de carbono, e esse número provavelmente vai subir para 6 milhões por ano até 2030 se os atuais padrões de uso de combustíveis fósseis continuar, conforme documento encomendado pelo Fórum Clima Vulnerável, uma parceria de 20 países em desenvolvimento serão ameaçados pela mudança climática.

- O crescimento econômico global será reduzido em 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2030 se o mundo fracassar no combate às mudanças climáticas, sendo que o custo para adotar uma economia de baixo carbono é estimado em cerca de 0,5% do PIB mundial.
- Todos perdem - especialmente nas perdas em dinheiro- com as mudanças climáticas atingem tanto países ricos, em desenvolvimento ou os mais pobres, conforme estudo recente que reuniu pesquisadores das universidades de Cambridge (Reino Unido), do Sul da Califórnia e Johns Hopkins (EUA), da Universidade Nacional de Tsing Hua (Taiwan) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e divulgado pelo Bureau Nacional de Pesquisa Econômica (NBER, na sigla em inglês), dos Estados Unidos;
- Atualmente o Brasil é o sexto país do mundo que mais sofre com catástrofes climáticas, segundo dados da ONU.

A verdade sobre o aumento da temperatura está sobejamente comprovada. A temperatura média global da superfície da Terra em 2018 - o mais quente - superou em cerca de 1,0°C os níveis da época pré-industrial (1850-1900). Nos vinte e dois últimos anos, vinte foram os mais quentes desde 1850, início dos registros sistemáticos da temperatura mundial, conforme NASA, COPERNICUS-União Europeia e a OMM - Organização Meteorológica Mundial.

Para segurança dos dados a ONU usa como referência o ano de 1850, data em que começaram a ser realizados os registros sistemáticos da temperatura.

Fortes impactos das mudanças climáticas também se dão no CICLO DA ÁGUA, com consequências na ALIMENTAÇÃO, FLORESTAS, BIODIVERSIDADE, DESERTIFICAÇÃO, ENERGIA, SAÚDE, SISTEMAS URBANOS e AMBIENTAIS.

DIMENSÃO HÍDRICA

A água - o bem da natureza mais ameaçado e mais fundamental para os humanos, os animais e os vegetais - já está no epicentro de conflitos, de desastres naturais, de problemas de saúde, de alimentação, de degradações produtivas, de diversas contaminações químicas, agrotóxicas, residuais, de erosão do solo, de desmatamentos, de queimadas, da má gestão e do desperdício. Senão vejamos:

- 90% dos desastres naturais no mundo estão relacionados com a água.
- Três em cada dez pessoas não têm acesso a uma fonte segura de água potável.
- 1,9 bilhão vivem em áreas sob risco de escassez hídrica.
- Escassez de água pode reduzir o crescimento econômico em 6% do PIB MUNDIAL até 2050 (Relatório do High and Fry: Climate Change, Water and the Economy – Bco. Mundial), pois ela está presente em 80% de todos os empregos no mundo.
- No Brasil, o Atlas Brasil ANA – 2011 – já apontava, de forma insofismável, que 55% dos municípios nos próximos anos conviveriam com déficit no abastecimento de água, atingindo 125 milhões de brasileiros (71% da nossa população).
- Outro drama social, de saúde pública, de desatenção: “45% da população brasileira ainda não têm acesso a serviço adequado de esgoto”, conforme outro Atlas *Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas* - ANA e Ministério das Cidades.

DIMENSÃO POLUIÇÃO & RESÍDUOS

- Banco Mundial estima que a poluição gera custos econômicos, de saúde e perdas de bem-estar de US\$ 5,11 trilhões/ano em todo mundo e irá ocasionar um milhão de vidas por ano até 2050 se os países não cumprirem o Acordo de Paris (relata a Organização Mundial da Saúde/2018).
- Nos 15 países mais desenvolvidos e que mais emitem gases de efeito estufa a projeção do Banco Mundial é que os impactos da poluição do ar na saúde é superior a 4% de seu PIB,

enquanto que as ações para atingir as metas do Acordo de Paris, Agenda 2030- Acordo do Clima, custariam cerca de 1 do PIB global.

- No Brasil, no começo da última década, a poluição gerou um custo de 2,6% do nosso PIB e mais de 50 mil vítimas/ano. Com agravante: a maioria dos estados no Brasil não realiza monitoramento regular de quanto e quais poluentes são jogados na atmosfera (Plataforma da Qualidade do Ar).
- Nosso LIXO de cada dia cresce assustadoramente em quantidade e em perigos tóxicos. Maurício Waldman (*Lixo: cenários e desafios* - Cortez Editora) afirma que “dar destino correto aos 30 bilhões de toneladas de lixo gerados anualmente pela humanidade é um problema cada vez mais complexo... Não há planeta para tanto lixo”.
- Brasileiras e brasileiros geram mais de 240 mil toneladas/dia de lixo (grande parte depositada de forma inadequada em 2.906 lixões em 2.810 municípios). Somente 18% deles há programas oficiais de Coleta Seletiva (IPEA).
- São muitos os efeitos causados pelos resíduos sólidos no solo, nas águas e na atmosfera, como o aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera terrestre (os aterros e lixões são grandes geradores de gás metano).

DIMENSÃO SOCIAL

A crise da desigualdade, da acelerada concentração de renda e riqueza, da exclusão social e produtiva. Miséria, fome, exclusão. "Ao invés de uma economia que trabalha para a prosperidade de todos, para as gerações futuras e pelo planeta, o que temos é uma economia que trabalha para o 1% dos mais ricos" relata a Oxfam.

- Significa que 1% da população global detém a mesma riqueza dos 99% restantes. Vivemos numa sociedade onde “em 2016 as 62 pessoas mais ricas do mundo acumularam o equivalente à riqueza dos 50% mais pobres da população mundial”.
- No Brasil, menos 10 brasileiros ganham por ano mais do que 100 milhões de pessoas, o que atesta a gigantesca concentração de renda e riqueza.
- Além de dramática situação social de desempregados, de subempregados, da crescente economia informal, do congelamento dos investimentos em saúde, educação, segurança, flexibilização trabalhista, de violência e insegurança aguda e várias outras iniciativas ou omissões governamentais que - entre outras crueldades - fazem aumentar a exclusão, o desperdício, a desesperança, a desnutrição e a fome entre nós.
- A propósito, estamos entre os 3 maiores produtores mundiais de alimentos do mundo, e somos o 4º em desperdício.
- Temos - conforme a Embrapa - uma perda de 41 mil toneladas/ano de alimentos, vale dizer, café da manhã, almoço e janta para mais de 19 milhões de pessoas e Instituto Akatu aponta onde as perdas ocorrem: 20% na colheita; 8% no transporte e armazenamento; 15% na indústria de processamento; 1% no varejo; 20% no processamento culinário e hábitos alimentares. São calorias, nutrientes, valores ambientais, econômicos, sociais, culturais jogados fora como também muita água, energia, terra, trabalho, diversos recursos, estruturas.

DIMENSÃO FINANCEIRA

Predomina no mundo a ECONOMIA ESPECULATIVA, nada sustentável. Temos um sistema financeiro desatento a princípios éticos, prática rentista, uma jogatina. Patrick Viveret, em sua obra Por uma sociedade feliz, registra que “pouco antes da crise internacional de 2008/9 havia no sistema financeiro mais de U\$ 3,2 bilhões de transações financeiras e só uma pequeníssima parte, menos de 3%, correspondia a bens e serviços, isto é, de ECONOMIA REAL”. Portanto, 97% era de ECONOMIA ESPECULATIVA, sem gerar obras, serviços, empregos, prosperidade e que oscilava entre euforia e pânico de uma hora para outra.

- Predomina a “ECONOMIA EMOCIONAL” no sistema financeiro que vivemos. Conforme denominou o próprio Wall Street Journal, em plena crise de 1987, uma economia que só conhece dois sentimentos: “A EUFORIA & O PÂNICO”. Há pouco, o próprio Vaticano atacou pesadamente a finança especulativa inescrupulosa e amoral, capaz de “criar crises sistêmicas e de alcance mundial”, marginalizando grandes massas da população como “excluídos e descartados” -*Considerações para um discernimento ético - sistema econômico-financeiro –Vaticano.*

DIMENSÃO NA BIODIVERSIDADE

De extrema importância para o Brasil, se optar pela oportunidade, e não pela crise crescente.

A UNESCO nos ensina que a “biodiversidade é a variedade de vida na Terra. É composta por todos os seres vivos e engloba desde vírus microscópicos até os maiores animais do planeta e todos os genes, espécies, ecossistemas e paisagens que integram nosso mundo. Humanos são parte integrantes da biodiversidade. ... e são “os ecossistemas que nos suprem de elementos básicos para a vida, incluindo alimentação, água potável, madeira, fibras, recursos genéticos, medicamentos, produtos decorativos e culturais; ajudam a manter a qualidade do ar, a purificar a água, a tratar resíduos e a nos proteger de perigos naturais, erosão, pragas e doenças. Exemplo: a biodiversidade dos ecossistemas de áreas úmidas auxilia na purificação natural da água; as árvores nas cidades reduzem a poluição do ar; realizam processos fundamentais, mas muitas vezes invisíveis, dos quais todos os outros serviços do ecossistema dependem. Por exemplo, a produção de alimentos depende da formação do solo, que por sua vez depende das condições climáticas, bem como de processos químicos e biológicos; e serviços culturais – os benefícios não materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas por meio de enriquecimento espiritual, reflexão, recreação e assim por diante. A biodiversidade moldou lendas e inspirou culturas, história e artes”.

Quanto vale a biodiversidade e seus serviços?

O importante relatório “A Economia dos Ecossistemas e a Biodiversidade”(The Economics of Ecosystems and Biodiversity) responde com o cálculo de que o valor total da biodiversidade e de seus serviços é de US\$ 33 trilhões por ano, praticamente o dobro do valor da economia mundial. Vê-se como a manutenção da biodiversidade é imprescindível para o funcionamento dos ecossistemas. Porém, as atividades humanas e as mudanças climáticas estão varrendo do planeta 3 espécies animais ou vegetais por hora, diz a ONU, e com efeitos nas economias, meios de subsistência, segurança alimentar e qualidade de vida. Por sua vez, o indiano Pavan Sukhdev – economista que coordenou o estudo acima atesta que a perda da biodiversidade pode causar prejuízo de até US\$ 4,5 trilhões por ano, incluindo nesta conta o valor funcional dos animais, das florestas e dos rios nas diversas atividades que afetam os seres humanos.

Vale lembrar que na RIO-92 surge a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), com forte posicionamento do Brasil, líderes mundiais definiram uma estratégia global e dos instrumentos jurídicos para atingir o desenvolvimento sustentável e ajustaram três objetivos principais: conservação da diversidade biológica; uso sustentável de seus componentes; e partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos.

E qual o papel estratégico do Brasil para os brasileiros e para o planeta como campeão em biodiversidade? Ser líder mundial em bioeconomia uma vez que temos a biodiversidade mais rica do planeta. Nós e mais 16 outros países, sozinhos, possuem 70% da biodiversidade do planeta, 57% dos bosques primários e 45% da população mundial. São os 17 da MEGA DIVERSIDADE.

Em nosso território abrigamos 20% de todas as espécies do mundo. Os números de espécies da fauna e flora do Brasil impressionam (5.000 espécies de fungos filamentosos e leveduras - 10% da diversidade mundial; 22% da diversidade de briófitas do mundo; cerca de 1.400 espécies de pteridófitas - 12% da diversidade mundial; maior diversidade de plantas angiospermas do mundo. Estima-se mais de 45 mil espécies; entre 90 a 120 mil espécies de insetos - 10% da diversidade mundial; maior diversidade de peixes do mundo. Mais de 3.500 espécies; a fauna mais rica do mundo para o grupo dos anfíbios; cerca de 1.800 espécies de aves; mais de 650 espécies de mamíferos).

Grande parte da biodiversidade brasileira é encontrada na Floresta Amazônica, Mata Atlântica e Cerrado.

A Biodiversidade da Amazônia é exuberante: acredita-se que possua quase 60% de todas as formas de vida do planeta. No entanto, menos de 30% delas são conhecidas pela ciência. Uma ideia da grandiosidade: por hectare podem ser encontradas de 40 a 300 espécies de árvores diferentes. No comparativo com a América do Norte: lá, esse número varia entre 4 a 25. E grande parte das espécies encontradas na região amazônica são endêmicas, ou seja, só ocorrem lá. Mas com toda essa expressividade, Caatinga e Amazônia estão entre os biomas mais vulneráveis diante da variação/mudança climática e são merecedores de atenção especial. Alerta que vem do estudo de uma série de dados de satélites de 14 anos sobre cobertura vegetal e variáveis climáticas em diversas regiões do mundo. São pesquisadores da Noruega e do Reino Unido que criaram um índice de sensibilidade da vegetação que contribui para prever os efeitos das mudanças do clima sobre ecossistemas no mundo e facilitar o entendimento em quais regiões pode ocorrer extinção ou resistência ao aquecimento.

É evidente que o declínio da biodiversidade brasileira prejudica - e muito - as pessoas de todo o Brasil, seja direta ou indiretamente, em termos econômicos, políticos, culturais e sociais, e representa uma das maiores ameaças ambientais que enfrentamos, comprometendo também o futuro das novas gerações.

No Ministério de Meio Ambiente, há entendimento quanto aos principais processos responsáveis pelo dano à biodiversidade: a perda e fragmentação dos habitats; introdução de espécies e doenças exóticas; exploração excessiva de espécies de plantas e animais; uso de híbridos e monoculturas na agroindústria e nos programas de reflorestamento; contaminação do solo, água e atmosfera por poluentes; e mudanças climáticas. Somam-se propostas de contenção da perda da biodiversidade contidas na Convenção sobre Diversidade Biológica e PNUMA: aumento da superfície de áreas protegidas (atualmente existem 105 mil unidades de áreas de proteção que correspondem a 12% do planeta); desenvolvimento de metas de recomposição do número de espécies perdidas; desenvolvimento de programas de prevenção da poluição; aprimoramento no uso de recursos (aumentar a eficiência); planejamento mais eficiente na expansão agrícola; moderação no consumo de alimentos; valorização do conhecimento das comunidades tradicionais.

Em razão dos enormes interesses - conflitantes e muitos hegemônicos - torna-se imprescindível entre nós que governantes, políticos, sociedade, academia, os locais e da área privada tenham uma estratégia ousada de interesse coletivo, de bem comum, soberana, emancipatória, contínua, de valorização da nossa biodiversidade, de conhecimentos, pesquisas e aproveitamento e usos sustentáveis e compartilhados. Com respeitosos diálogos de saberes, ampliar, sistematizar e valorar processos participativos e a contribuição de saberes originários, populares, acadêmicos, científicos e com ecotecnologia, processar apropriadamente riquezas conhecidas e pesquisar as ainda não suficientemente conhecidas de nossos biomas, em especial do amazônico. Afinal, mais que gado, soja, madeira ou minério é a bioeconomia que vai fazer a prosperidade continuada, vai conquistar o mundo, vai nos colocar como sujeitos do avanço e não do atraso, da insensatez, da depredação. Comparecer no concerto das nações proativas, responsáveis e chamando à corresponsabilidade é que inaugurará uma nova geopolítica positiva, de relações internacionais cooperativas e respeitadas, aproveitando bens da natureza sem degradar, contaminar e depredar.

Daí a justeza do admirável e reconhecido cientista, professor e pesquisador brasileiro, Carlos Nobre, expert mundial em mudanças climáticas globais, que - como ponta de lança de uma importante iniciativa de valorização dos produtos da biodiversidade amazônica - propõe uma nova economia, a bioeconomia -, uma inovadora industrialização, o desenvolvimento sustentável. Com mais de 40 anos dedicados ao estudo da floresta, do clima, da economia de baixo carbono e na formulação de mudanças estruturais para um país do século 21, defende o Projeto Terceira Via Amazônica, já denominada de AMAZÔNIA 4.0, que “busca revelar o potencial da floresta por meio de uma bioeconomia baseada na riquíssima biodiversidade amazônica”. E exemplifica esse potencial com o açaí que já alcança mais de 250 mil/toneladas de poupa produzidas por ano, beneficiando 300 mil pessoas e que gera 1 bilhão de dólares/ano para a economia da região. Afirma Carlos Nobre que “o grande futuro da floresta depende do desenvolvimento de uma industrialização a partir da biodiversidade, com a floresta em pé, sistemas agroflorestais, com restauração

de áreas desmatadas, com cultivo de espécies de valores econômicos, tudo associado às indústrias locais para agregar valor”.

A mesma exuberante biodiversidade se estende atrativa aos saberes e sabores da diversidade alimentar uma vez que o mundo tem 30 mil espécies de plantas comestíveis – muitas nos nossos biomas – mas se utiliza de apenas 30 culturas que são responsáveis por atender 95% da energia fornecida pelos alimentos consumidos pelos seres humanos; a maior parte delas (60%) se resume a arroz, trigo, milho, milho e sorgo – dados da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas – IPBES). O mesmo ocorre com a crescente procura de alimentos, saudáveis, de cosméticos naturais e o significado das inúmeras plantas com propriedades medicinais que clamam por uma ousada Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com incentivos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e implantação de complexo industrial de saúde, a começar com fitomedicamentos no SUS. Aqui, como em outros campos, hoje, somos dependentes, vassalos. Dispondo de todos esses bens da natureza, com o maior banco biogenético disponível e “dormimos em berço esplêndido”, pois somos dominados pela farmoquímica multinacional. Importamos 80% dos medicamentos ou dos fármacos para produzi-los e dos aparelhos hospitalares que usamos gerando um gasto-importação de mais de 110 bilhões de reais/ano. Dolarizamos o valor dos remédios que consumimos com enorme custo aos brasileiros e geramos empregos e riqueza lá fora.

Nunca foi tão oportuna a reflexão para ação instigada pelo premiado Lester Brown – autor de mais de 20 livros, traduzidos em mais de 40 idiomas, criador e líder do Worldwatch Institute que todo ano, desde 1984, publica o livro O Estado do Mundo, um raio X do planeta – quando nos convoca a trazer o futuro para mais perto: **“o Brasil possui uma riqueza extraordinária em biodiversidade, de fato a maior de todo o mundo. Acho que poucos brasileiros se dão conta do valor dessa diversidade genética. Trata-se de uma enorme biblioteca, que não existe em nenhum outro lugar. No futuro, quando o material genético adquirir grande valor, a conservação da diversidade biológica renderá muitos dividendos. Observar a Amazônia desaparecer nas chamas me lembra um pouco o incêndio da biblioteca de Alexandria, há mais de 2.000 anos. Era uma das maiores bibliotecas do mundo e, quando os invasores chegaram, decidiram queimar tudo. Por quê? Porque acreditavam que ela não tinha nenhum valor”**.

COMPROMISSOS – METAS ASSUMIDAS PELO ESTADO BRASILEIRO

Quanto aos compromissos assumidos com outros 192 países na Assembleia Geral da ONU/setembro de 2015 e o ACORDO DE PARIS/dezembro de 2015, foram ratificados pela Câmara dos Deputados e Senado da República. O Brasil, o Estado brasileiro se obrigou com a implementação da **Agenda 2030** – Transformando Nosso Mundo com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – e 169 metas nas mais diferentes áreas. Significa dizer que após três anos de consultas internas entre governos, empresas, sociedade foram estabelecidas **METAS BRASILEIRAS** que são: **até 2025 reduzir 37% suas emissões de gases de efeito estufa e em 43% até 2030**. Lembrando que a quase totalidade de nossas emissões são causadas:

- 34% pela mudança de uso da terra – como desmatamentos, queimadas, com compromisso ousado de alcançar DESMATAMENTO ZERO NA AMAZÔNIA ATÉ 2030;
- 30% pelo uso de energia não renovável;
- 26% pela agropecuária;
- 9% pelas indústrias, resíduos etc.

Com vontade política, visão contemporânea e grande articulação/participação nacional mirando mais as novas oportunidades do que as dificuldades, todas as metas seriam factíveis. A nossa capacidade de fazer, de compatibilizar a defesa da natureza, da biodiversidade e o combate às mudanças climáticas com o desenvolvimento ficou patente quando tivemos crescimento do país em média de 3%, ampliação do agronegócio, estímulo e resposta exemplar da agricultura familiar e simultaneamente a redução em 80% do desmatamento da Amazônia. Idem, na formulação da consistente proposta AGRICULTURA DE BAIXO

CARBONO, o **Plano ABC** (PLANO SETORIAL DE MITIGAÇÃO E DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA, contendo sete programas: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos Animais e Adaptação às Mudanças Climáticas). Idem com programas como Municípios/Cidades Sustentáveis; com o estabelecimento de Compras Públicas com Critérios de Sustentabilidade e tantos outros projetos hoje no esquecimento ou sepultados. Quanto a energia suja que ainda utilizamos e que responde por 30% das nossas emissões, duas desatenções trágicas: 1ª - só com eficiência energética dá para reduzir 10% as emissões; 2ª - no emergir da era das energias renováveis e a extraordinária possibilidade do Brasil ser a maior referência mundial em energias limpas (solar, biomassa plantada, biomassa residual, eólica, hidroelétrica e outras), continua vigorando decisão do governo anterior e mantida neste de incentivar, “subsidiar” e facilitar ajuda de 1 trilhão de reais por 20 anos para as petroleiras e estrangeiras. São atitudes de subserviência, ausência de estratégia, de Projeto Nacional e ousadas políticas públicas e decisão de gerar cadeias de suprimentos para gerar mais e mais economia, empregos, renda, aumento do bem-estar, sociedade mais saudável e melhor futuro climático. Exemplo emblemático: o Brasil, único país-continente com sol o ano inteiro, tem hoje menos de 1% de solar do total da energia gerada e a maioria dos equipamentos importados. Idem, quanto a imensa geração de dejetos de suínos, aves, bovinocultura de leite, mais o lixo nosso de cada dia e resíduos industriais poderiam gerar, só no Paraná, energia para mais de 4,7 milhões de pessoas. Ademais, a Agência Internacional de Energias Renováveis – IRENA- mostra que podemos ter mais de 24 milhões de novos empregos até 2030 se a participação das renováveis alcançar 36% da geração mundial. Estamos diante de nova interseção entre geopolítica e energia, com novas dinâmicas que geram um novo paradigma de opções descentralizadas, de autogeração e geração distribuída, mais de pequena e média escala, sem os monopólios ou oligopólios nefastos para a inclusão social e produtiva, para o bem-estar para a paz, a democracia, a boa política, a economia descentralizada e sadia.

Por fim, agir como fizeram 8 ex-ministros de Meio Ambiente denominando de “estado desolador” o fato do atual Governo colocar em prática em pouco mais de quatro meses uma “política sistemática, constante e deliberada de desconstrução e destruição das políticas meio ambientais” implementadas desde o início dos anos de 1990, além do desmantelamento institucional dos organismos de proteção e fiscalizadores, com o Ibama e o ICMBio e da quebra do prestígio internacional do Brasil.

Unir força, agir, protestar, buscar a reversão do desmantelamento e do avanço do atraso. Há muito o que fazer. Começa por resistir. Lutar. Resgatar a esperança.

E tudo fazer, conforme sentença a **CARTA DA TERRA**, para que **“o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela alegre Celebração da Vida.”**

Nelton Miguel Friedrich - Foi Constituinte e membro da Frente Verde e da Frente Indígena, ex- secretário de estado/PR, um dos criadores e coordenador por 20 anos do premiado Programa Cultivando Água Boa – Itaipu Binacional e parceiros - e participantes de várias Conferências da ONU

Algumas notas sobre segurança pública

(para debate em oficina promovida pela Fundação Perseu Abramo com seus pares – Brasília, 29 de agosto, 2019)

Luiz eduardo Soares

(Observe-se que os principais pontos estão desenvolvidos em meu livro mais recente, **Desmilitarizar; segurança pública e direitos humanos**, publicado pela editora Boitempo, em 2019)

Nessas notas, focalizo as instituições e seu funcionamento, e deixo de lado, portanto, para efeito de organização metódica do debate, as questões centrais, urgentes e decisivas, atinentes às **desigualdades sociais**, à **educação** e ao **racismo estrutural** brasileiro. Essa escolha se deve ao fato de que a centralidade das desigualdades, da educação e do racismo já é reconhecida, amplamente, enquanto a problemática institucional, embora de grande importância, permanece negligenciada.

- I. **Segurança pública não é problema de governo, mas de Estado**, devendo orientar-se não para promover intervenções reativas, mas para construir uma **arquitetura institucional compatível com o século XXI**, fundamento consistente para ações capazes de conjugar **efetividade e respeito à legalidade constitucional e aos direitos humanos**.
- II. Segurança pública corresponde, acima de tudo, à **garantia de direitos, sobretudo da vida**. A redução dos homicídios dolosos e dos demais crimes letais intencionais constituem a prioridade absoluta.
- III. Segurança pública significa **estabilização e generalização de expectativas positivas, relativamente à sociabilidade**. Ela não é algo que se possa ver, tocar ou descrever a partir de critérios estáticos e universais. Manifesta-se não como um fenômeno, mas como uma experiência, recheada, entretanto, de fenômenos (como atos violentos, por exemplo).
- IV. Segurança pública refere-se a uma problemática complexa porque **multidimensional**, envolvendo os aspectos mais variados da experiência individual e coletiva, desde a economia à psicologia, das condições sociais às relações intersubjetivas, da comunidade à família. Se o problema é multidimensional, as políticas que lhe são endereçadas têm de ser

intersectoriais e, em boa medida, **preventivas**. Do que se deduz, considerando-se o caráter fragmentário e descoordenado do Estado brasileiro (nos níveis municipal, estadual e da União), a necessidade de um **novo sujeito da gestão pública** (uma estrutura estatal apta a promover a implementação de políticas intersectoriais).

Quais as **debilidades da atual arquitetura institucional da segurança pública** (na qual se inscreve o **modelo policial**), ou seja, do **artigo 144** da Constituição Federal, herdada da ditadura, em função da correlação de forças ao longo do processo constituinte, do corporativismo que predominava, e ainda predomina, nas instituições policiais, e da falta de propostas alternativas com amplo apoio social.

(1) Ao nível da **União**:

- (A) Salvo pelo papel da **Polícia Federal** e da **Polícia Rodoviária Federal**, a **União é praticamente impotente**, salvo em crises agudas, e desprovida de responsabilidades (salvo em quadros extremos) –o que tem se mostrado conveniente, do ponto de vista do cálculo político utilitário dos presidentes da República. Foi assim com FHC, com Lula e Dilma, e disso posso dar testemunho.
- (B) Apesar de esforços respeitáveis, a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem se reduzido a distribuir recursos escassíssimos entre os estados. À **SENASP** cumpriria formular uma política nacional de segurança pública, mas ela não dispõe de autoridade correspondente a essa atribuição. Se o **Fundo Nacional de Segurança Pública** fosse mais farto, lhe restaria pelo menos barganhar em torno de algumas linhas gerais de ação concertada. A SENASP contribuiu com investimentos na área educacional e a elaboração do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), negociado com os governadores, mas abandonado porque não interessava ao governo federal envolver-se no tema com protagonismo para evitar desgastes.
- (C) Poderia caber à União zelar pela **formação de policiais** e pela **gestão do conhecimento ou das informações** pertinentes. Um **Conselho Federal de Educação Policial**, órgão de Estado, não de governo -sem propósitos

centralizadores, apenas orientadores e fiscalizadores-, é indispensável para organizar a atual realidade babélica.

(D) Observe-se que a criação dos GGIs (**Gabinetes de Ação Integrada da Segurança Pública**), por conclamação à integração de esforços, por parte da SENASP, reduz-se a iniciativa voluntarista, inteiramente dependente da boa vontade das instituições envolvidas. Qualquer formalização ou institucionalização dos GGIs seria inconstitucional.

(2) Ao nível dos **estados**:

(A) Sobre os estados recaem as maiores responsabilidades. No entanto, o **modelo policial** é irracional, desfuncional, repellido pela maioria dos policiais, nossa triste jabuticaba institucional.

(B) As duas polícias estaduais, a militar e a civil, têm aquilo que se chama, tecnicamente, **ciclo incompleto**, isto é, cumprem apenas uma parte do trabalho policial, ou a investigação ou o policiamento ostensivo preventivo (esses são os termos constitucionais). A divisão de atribuições supostamente complementar, na prática, bloqueia a efetividade e estimula rivalidades. O diagnóstico de nossa tragédia o demonstra, à farta. Quando a polícia mais numerosa e presente nas ruas, a PM, está proibida de investigar, mas é compelida a produzir resultados, e os entende como a quantidade de prisões efetuadas, a imensa maioria dos encarcerados terão sido presos em flagrante, o que significa uma seletividade gigantesca. A principal ferramenta concedida à PM é a infame lei de drogas. Conclusão: o subgrupo que mais cresce, na imensa população penitenciária brasileira, é constituído por jovens negros, pobres, de baixa escolaridade, presos sem arma, sem vínculo com organizações criminosas e sem prática de violência, varejistas das drogas. O país contrata violência futura, porque, para sobreviver, esses jovens terão de se organizar em facções.

(C) Além disso, na prática, **não há duas polícias estaduais, mas quatro**: a dos oficiais e das praças, a dos delegados e dos agentes. O fato de não haver **carreira única** em cada instituição, impede a coesão interna, promove grandes injustiças e limita a efetividade.

(D) A natureza **militar** da polícia estadual ostensiva, além de acentuar a tradição cultural negativa, que define o **suspeito como inimigo**, e não entende a tarefa do policial como prestação de serviço público, inviabiliza a adoção dos métodos mais efetivos de policiamento, sob a regência do Estado democrático de direito. Isso porque o policiamento de proximidade, ou comunitário, exige atribuição de responsabilidade a quem atua na ponta, o que, por sua vez, requer uma **estrutura organizacional descentralizada**. O avesso da vertebração rígida e centralizada, típica do exército, que a PM é obrigada a copiar.

(E) Será razoável adotar um único modelo policial? **O mesmo modelo funcionaria em São Paulo e no Amazonas?** Por que não “desconstitucionalizar” o modelo policial, impondo, entretanto, constitucionalmente, as exigências mínimas quanto à organização. Em outras palavras: cada estado definiria o seu próprio modelo, respeitadas as determinações constitucionais. Essas determinações seriam: **nenhuma polícia criada seria militar; a carreira seria única**, no interior de cada instituição, e toda instituição policial cumpriria o **ciclo completo de polícia**. Isso **não implica a unificação** das polícias, o que talvez fosse adequado ao Acre, mas certamente não faria sentido em São Paulo. Há outras formas de estabelecer o ciclo completo para cada instituição policial, sem que as existentes precisem se fundir. Por exemplo: a criação de polícias **municipais**, nos municípios maiores, ou polícia **metropolitanas**, ou **regionais**. Ou a criação de polícias **segundo tipos criminais**. Por exemplo: contra o **crime organizado** ou especializada em investigar **homicídios**. Um quadro nacional de diversidade, quanto a modelos de polícia, não dificultaria ainda mais a coordenação de esforços? Não, necessariamente. E há casos internacionais que sustentam essa hipótese. Por outro lado, hoje há uma camisa de força, quanto ao modelo policial, e nenhuma coordenação.

(3) Ao nível dos municípios:

(A) Os municípios, na contramão da tendência nacional, não são protagonistas da segurança pública, no artigo 144. Na ausência de uma política nacional e face às demandas populares, prefeituras têm criado pequena PMs em desvio de função, reproduzindo vícios de nosso modelo policial, e perdendo uma oportunidade histórica de reinventar as instituições policiais.

(B) As guardas municipais ainda vivem no limbo legal. Nova legislação infra-constitucional está sendo questionada pelas PMs.

(C) Os municípios podem se tornar campos importantes para políticas preventivas. Há bons exemplos no Brasil, os quais tentam, em geral, seguir as orientações resumidas na nota IV, acima.

(4) O SUSP:

Trata-se de uma tentativa de articular políticas voltadas para o aperfeiçoamento (na perspectiva da integração) dos seguintes pontos, decisivos para uma organização policial: (a) recrutamento, formação, capacitação e treinamento; (b) gestão da informação ou do conhecimento; (c) gestão institucional, que envolve produção de dados, diagnósticos, planejamento, execução, avaliação e monitoramento corretivo; (d) controle externo (ouvidorias, considerando-se que o MP não tem cumprido sua obrigação constitucional de exercer o controle externo da atividade policial); (e) articulação intersetorial (vinculando o trabalho policial a políticas preventivas), inclusive, e sobretudo, nos municípios; (f) valorização profissional dos policiais.

(5) A **questão da política de drogas** é estratégica para a segurança pública. O proibicionismo tem alimentado a guerra às drogas, a corrupção policial, o encarceramento de jovens pobres e negros, e a reprodução em escala ampliada da violência, contribuindo para organizar o crime e financiar o tráfico de armas.

(6) Bloquear o **tráfico de armas** é essencial para a redução da violência. Há demonstrações científicas: mais armas circulando, mais crimes, mais mortes.

(7) É indispensável e urgente um grande **mutirão nacional pela redução de homicídios**. Trata-se da salvação de uma geração. Assinale-se que a brutalidade

policial letal é um dos fatores que concorrem para o genocídio de jovens pobres e negros, nas periferias e favelas.

(8) **As condições de trabalho dos policiais, com frequência, em muitas partes do Brasil, são indignas.** A natureza militar da polícia ostensiva tem funcionado como instrumento de intensificação da exploração da força de trabalho.

(9) É crucial transformar em profundidade o **sistema penitenciário**, o que não será possível sem mudança na política de drogas, sem alteração do modelo policial e sem o cumprimento efetivo da LEP.

(10) A autonomia das **perícias**, relativamente às polícias civis, e sua valorização (dos profissionais, dos investimentos em tecnologia e das articulações com universidades e institutos de pesquisa, para maximizar recursos regionais) fazem a diferença.

(11) Importante também será rever o **inquérito policial**, assim como as relações entre polícias e Judiciário, Defensoria Pública e, em particular, MP, o qual deve ser instado a assumir suas responsabilidades constitucionais, exercendo o controle externo das atividades policiais.

(12) Finalmente, mas não menos importante, é indispensável reconhecer **conexões entre segmentos policiais e o crime organizado**, sob distintas formas, em diversos estados, conexões que se manifestam ostensivamente, pela formação de milícias ou de modos menos evidentes, aliando-se aos tráficos de drogas e armas. Sem instrumentos institucionais confiáveis, não há como avançar na promoção da segurança.

O problema enorme da **violência policial**, já referido, associado à corrupção e às alianças com o crime, constitui imenso desafio, até porque impacta seriamente as relações entre o Estado, suas polícias, e a sociedade, em particular as comunidades mais vulneráveis. Compreenda-se que, sem a **repactuação das instituições do Estado, em especial as polícias, com as comunidades que mais sofrem a violência, inclusive e com destaque a violência do Estado, não haverá progresso democrático nessa área.** É preciso admitir que essa questão é chave para a própria democracia. Lembremo-nos de que o policial uniformizado na esquina é a representação mais tangível do Estado para boa

parte da população. Acentue-se que incursões bélicas às favelas não alteram a realidade, mas matam suspeitos, inocentes e policiais. A abordagem exige inteligência e a aplicação intersetorial de ações integradas preventivas, no contexto de redefinição radical das relações entre Estado e sociedade.